



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**CONCEITOS PARA QUÊ? DA CRÍTICA DE JERRY
FODOR À ABORDAGEM NEOEMPIRISTA DE JESSE
PRINZ**

PEDRO IVO SALES CAVALCANTE

BRASÍLIA

2024

PEDRO IVO SALES CAVALCANTE

**CONCEITOS PARA QUÊ? DA CRÍTICA DE JERRY FODOR À ABORDAGEM
NEOEMPIRISTA DE JESSE PRINZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Linha de pesquisa: Epistemologia, Lógica e Metafísica.

Orientador: Prof. Dr. André Leclerc

BRASÍLIA

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C376c Cavalcante, Pedro Ivo Sales
Conceitos para quê? Da crítica de Jerry Fodor à abordagem
neoempirista de Jesse Prinz / Pedro Ivo Sales Cavalcante;
orientador André Leclerc. -- Brasília, 2024.
138 p.

Dissertação(Mestrado em Filosofia) -- Universidade de
Brasília, 2024.

1. Conceitos. 2. Representações mentais. 3. Proxytypes.
4. Intencionalidade. 5. Empirismo. I. Leclerc, André,
orient. II. Título.

PEDRO IVO SALES CAVALCANTE

**CONCEITOS PARA QUÊ? DA CRÍTICA DE JERRY FODOR À ABORDAGEM
NEOEMPIRISTA DE JESSE PRINZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em 23/09/2024

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Leclerc (Orientador)

Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza

Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. André Joffily Abath

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof. Dr. Alexandre Fernandes Batista Costa Leite (Suplente)

Universidade de Brasília – UnB

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor André Leclerc, pela confiança em mim depositada e pela tranquilidade que me passou durante esse processo. Seu conhecimento e palavras de incentivo tornaram tudo muito mais fácil do que eu esperava.

Agradeço aos membros de minha banca de qualificação, professores Herivelto Pereira de Souza e André Joffily Abath, cujas preciosas observações foram fundamentais para a maturidade de meu texto.

Agradeço ao corpo docente e administrativo do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília.

Agradeço, principalmente, à minha esposa, Manuela, que me inspira a querer ser uma pessoa sempre melhor, motivo pelo qual retomei minha paixão pela Filosofia após alguns anos afastado. A ela dedico esse trabalho.

“O pragmatismo conceitual é um papagaio morto. Venho para enterrar este papagaio, não para homenageá-lo; já passou da hora do funeral.”

Jerry Fodor

“Achamos que o pragmatismo pode ser defendido. Na verdade, somos a favor de um pragmatismo potencializado que liga a posse do conceito à ação. Conceitos são orientados à ação.”

Andy Clark & Jesse Prinz

RESUMO

Durante décadas, tanto a filosofia como a ciência cognitiva se debateram sobre a natureza dos conceitos. Um princípio central tem sido a noção de que a posse conceitual precede sua individuação, o que sugere que teríamos a habilidade de possuir conceitos mesmo antes de havermos distinguido suas propriedades únicas, a partir da avaliação e da satisfação de certas condições epistêmicas de posse. Jerry Fodor, no entanto, formulou fortes críticas contra esta visão pragmática que dá primazia a um conjunto de capacidades e habilidades epistêmicas ante o pensamento. Fodor argumenta que tal abordagem é limitada e não leva em conta a riqueza e a complexidade das representações mentais, ao mesmo tempo que mina o poder explicativo das teorias cognitivas por não compreender que possuir um conceito é exclusivamente ter a possibilidade de pensar sobre aquilo que cai em sua extensão. Os capítulos que seguem exploram este debate, destacando a crítica de Fodor à postura tradicional, sua defesa de uma teoria representacional da mente que realize as devidas separações entre semântica, psicologia e epistemologia, e como o neoempirismo de Jesse Prinz, construído a partir de recentes avanços das ciências cognitivas, oferece uma solução potencial para aporias no pensamento de Fodor. Prinz, com sua teoria sobre *proxytypes*, busca preencher lacunas do racionalismo fodoriano defendendo um empirismo renovado, onde encontros iniciais com o mundo, mediados por experiências sensoriais, estabelecem as bases para a formação de conceitos que são, antes de tudo, orientados à ação. Ao examinar a crítica de Fodor e a solução proposta por Prinz, este trabalho pretende lançar luz sobre alguns pontos obscuros na compreensão de como e por qual motivo adquirimos e utilizamos conceitos.

Palavras-chaves: conceitos; representações mentais; proxytypes; intencionalidade; empirismo.

ABSTRACT

For decades, both philosophy and cognitive science have struggled with the nature of concepts. A central tenet has been the notion that conceptual possession precedes their individuation, which suggests that we have the ability to possess concepts even before we have distinguished their unique properties, based on the assessment and satisfaction of certain epistemic conditions of possession. Jerry Fodor, however, has formulated strong criticisms against this pragmatic view that gives primacy to a set of epistemic capacities and abilities over thought. Fodor argues that such an approach is limited and does not take into account the richness and complexity of mental representations, while at the same time undermining the explanatory power of cognitive theories by failing to understand that possessing a concept is exclusively having the possibility of thinking about that which falls within its extension. The following chapters explore this debate, highlighting Fodor's critique of the traditional stance, his defense of a representational theory of mind that makes the necessary separations between semantics, psychology, and epistemology, and how Jesse Prinz's neoempiricism, built on recent advances in cognitive science, offers a potential solution to aporias in Fodor's thought. Prinz, with his theory of proxytypes, seeks to fill gaps in Fodor's rationalism by defending a renewed empiricism, where initial encounters with the world, mediated by sensory experiences, establish the basis for the formation of concepts that are, above all, action-oriented. By examining Fodor's critique and Prinz's proposed solution, this paper aims to shed light on some obscure points in the understanding of how and why we acquire and use concepts.

Keywords: concepts; mental representations; proxytypes; intentionality; empiricism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. DESIDERATO GERAL DE UMA TEORIA DOS CONCEITOS.....	19
1.1. CONTEÚDO INTENCIONAL	20
1.2. CONTEÚDO COGNITIVO.....	22
1.3. COMPOSICIONALIDADE	24
1.4. PUBLICIDADE	26
1.5. AQUISIÇÃO	28
1.6. ESCOPO	29
2. PRAGMATISMO CONCEITUAL.....	31
2.1. SEMÂNTICA INFERENCIAL.....	33
2.1.1. Definições E Inferências.....	34
2.2. MOLECULARISMO.....	37
2.2.1. Teoria Clássica E Circularidade.....	37
2.2.2. Confiabilidade Empírica.....	39
2.3. HOLISMO.....	44
3. CARTESIANISMO CONCEITUAL	48
3.1. INTENCIONALIDADE NATURALIZADA	49
3.1.1. Representações Mentais.....	49
3.1.2. Covariação Nomológica E Informação	52
3.2. TEORIA CAUSAL BRUTA E ADENDOS.....	53
3.2.1. Robustez	53
3.2.2. Teoria Da Dependência Assimétrica	54
3.2.3. Natureza Da Relação De Dependência.....	56
3.3. CONTEÚDOS COGNITIVOS.....	58
3.3.1. Atomismo Informacional	62
3.3.2. Acesso Semântico	65
3.3.3. Aprendizado E Aquisição.....	68
3.4. CARTESIANISMO CONCEITUAL	71
4. NEOEMPIRISMO CONCEITUAL	73
4.1. METAFÍSICA DA REFERÊNCIA E NEUTRALIDADE VEICULAR.....	74
4.2. VEÍCULOS E CONTEÚDOS.....	76
4.2.1. Indicadores E Detectores	79
4.3. EMPIRISMO CONCEITUAL	82
4.4. DE PERCEPTOS A <i>PROXYTYPES</i>	84

4.4.1. Sistemas De Símbolos Perceptuais.....	88
4.4.2. <i>Proxytypes</i>	91
5. DESIDERATO DE UMA TEORIA EMPIRISTA DOS CONCEITOS	97
5.1. CONTEÚDO INTENCIONAL E CAUSA INCIPIENTE.....	97
5.2. CONTEÚDO COGNITIVO E DUPLA REFERÊNCIA.....	101
5.3. PUBLICIDADE	106
5.4. COMPOSICIONALIDADE	109
5.5. AQUISIÇÃO	114
5.6. ESCOPO	116
5.6.1. Conceitos Abstratos	116
5.6.2. Conceitos Morais	121
5.6.3. Conceitos Religiosos.....	125
CONCLUSÃO	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

Morris Weitz (1988) defende que todo pensamento filosófico é construído, implícita ou explicitamente, sobre uma teoria dos conceitos, pois seria incoerente o emprego de palavras livres de quaisquer critérios ou condições que governem seus usos corretos. Escrutinado, todo filósofo revela sobre os termos que usa “o que são, que papéis desempenham, as condições para desempenhar esses papéis e o caráter lógico, fechado ou aberto, dessas condições” (WEITZ, 1988, p. x, tradução nossa¹). “Conceito”, aqui, deve ser entendido como um termo teórico, cuja função seria exercida por entidades ou disposições pessoais das mais variadas formas, mas que convergem no reconhecimento, ao menos desde Platão², da existência de alguma coisa que funcione como intermediária entre a linguagem, o pensamento e o mundo exterior, norteando toda possibilidade de discurso e pensamento humanos. Grande parte de nossos enunciados são genéricos e subsomem sob considerações universais as particularidades concretas, referindo-se a fenômenos muito mais estáveis e fundamentais do que a experiência sensível imediata, a memória ou as crenças.

Tais fenômenos receberam diversas denominações na história da filosofia³, tendo sido “na Idade Média (p. ex., em Ockham) que encontramos o termo *conceptum* (‘algo concebido’ pela mente)” (HELMIG, 2012, p. 15). Identificar conceitos com o mental é, contudo, tendencioso. Há uma diversidade de possibilidades sobre a ontologia desses universais, o que foi bem delineado pelo pensamento medieval, classificando-os como *ante rem*, existindo antes e independentemente das coisas, p. ex., as ideias platônicas; *in re*, existindo nas coisas enquanto propriedades universais de entes singulares, p. ex., as formas aristotélicas; e *post rem*, existindo somente na mente humana ou mesmo apenas na linguagem, p. ex., conceitualistas e nominalistas, respectivamente. Todos, exceto nominalistas, são realistas

¹ Todas as citações, exceto onde expressamente indicado, foram traduzidas do original em inglês pelo autor.

² Considerações sobre a autenticidade da sétima carta de Platão à parte, Weitz considera o trecho a seguir paradigmático sobre o papel e a natureza dos universais: “Existe algo chamado círculo, e seu nome é exatamente a palavra que acabamos de usar. Em segundo lugar, há a sua definição, composta por substantivos e verbos... Em terceiro lugar está o que desenhamos ou apagamos, o que é virado ou destruído; mas o próprio círculo ao qual todos se referem permanece inalterado, porque é diferente deles”. (WEITZ, p. 3)

³ “Em meio a essa diversidade de designações, os termos mais importantes para se destacar um conceito são, sem dúvida, *ennoia* (*koinai ennoiai*), *logos* e *katholou*. Este último significa um universal no sentido amplo da palavra, especialmente o universal (conceito) na alma (Aristóteles, An. Post. II 19). De Plotino em diante, os neoplatonistas referem-se ao conhecimento inato como *logoi* (princípios de razão). O termo *ennoia* remonta a Platão, era frequentemente usado no estoicismo e ganhou popularidade no platonismo médio como referindo-se ao conteúdo inato da alma (lat. *notio*).” (HELMIG, 2012, p. 15)

sobre a natureza dos universais⁴, e, cada umas dessas formas, anacronismos à parte, ainda é encontrada no pensamento contemporâneo.

Portanto, conceitos podem ser 1) entidades extramentais, abstratas, universais e objetivas, às quais o pensamento, de alguma forma, se dirige; 2) representações mentais que capturam ou organizam a realidade; 3) um conjunto de habilidades revelado através de fenômenos linguísticos estabelecidos social e culturalmente. Assim, grosso modo, conceitos são representados, representam ou independem de representações. Os primeiros, objetivos, remetem a Platão e, mais recentemente, a Frege; os segundos, subjetivos, prevalecem nas ciências cognitivas⁵ e são herança, principalmente, do empirismo britânico; já os últimos, com raízes no nominalismo medieval, ecoam no behaviorismo e pragmatismo contemporâneos. O importante é que conceitos sejam identificados com alguma realidade estável, fora ou dentro da mente, que possibilite e sobre a qual se construa a racionalidade humana.

A exegese sobre a teoria de conceitos de filósofos particulares é complexa e polêmica, mas, no geral, sejam eles apreendidos pelo pensamento ou aqueles pelos quais o pensamento apreende, conceitos foram majoritariamente entendidos como definições, ou seja, entidades fechadas cujas posse e individuação são determinadas pela satisfação de um conjunto de condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes. Assim,

- (1) Um sujeito S possui um conceito C quando satisfaz um subconjunto do conjunto de condições $C_1 \dots C_n$.

Possui um conceito quem se encontra em um estado que satisfaz certas condições referentes à sua compreensão e aplicação. Um conceito corretamente individuado é aquele cujas características únicas que o distinguem de todos os demais foram devidamente estabelecidas. Tradicionalmente, para o racionalista⁶, S possui C *a priori*, sendo a

⁴ A questão é se universais existem enquanto entidades ontológicas de alguma espécie. Para conceitualistas, essas entidades existem de forma bem delineada, ainda que somente na mente. Para nominalistas, conceitos são inexistentes em quaisquer formas, existindo somente as coisas e as palavras.

⁵ Campo de pesquisa interdisciplinar que engloba diversas áreas do conhecimento, como psicologia, linguística, ciências da computação, filosofia, neurociência etc.

⁶ Racionalismo e empirismo serão tratados aqui por suas caracterizações mínimas: para o primeiro, aquilo pelo qual organizamos a realidade e podemos obter conhecimento não pode ser aprendido, para o último, pode. Em Descartes, p. ex., algumas poucas ideias inatas seriam suficientes para subsumir a experiência sob princípios racionais objetivos; já para Locke, a mente seria uma *tabula rasa* e universais seriam simples abstrações a partir de imagens com origem na percepção sensível. Porém, essa classificação é, muitas vezes, arbitrária e insuficiente, como bem mostrou a crítica kantiana. A filosofia do século XX faz eco a essa diluição da dicotomia racionalismo/empirismo ao abandonar representações mentais como fontes plausíveis de intencionalidade originária. Um dos objetivos desse trabalho é retomar a importância desse debate, principalmente a partir da crítica que Fodor faz à tradição filosófica e de sua teoria representacional da mente.

introspecção suficiente para a individuação, visto que $C_1...C_n$ são satisfeitas por um conhecimento que independe da experiência. Para o empirista, S possui *C a posteriori*, sendo a conformidade com dados da experiência sensíveis necessária para a individuação, visto que $C_1...C_n$ são satisfeitas por um conhecimento adquirido empiricamente.

A história da filosofia moderna, de Descartes a Hegel, é a história de como essa normatividade conceitual buscou encontrar alguma forma de justificação. A clausura da mente racionalista e os paradoxos empíricos com seus problemas de indução levaram a um ceticismo crescente, superado temporariamente pela revolução copernicana kantiana, cujo desfecho foi o profundo idealismo do final do século XIX. É nesse cenário que a filosofia analítica buscou resgatar um mínimo de contato com a realidade, oferecendo uma nova abordagem a partir da investigação sobre sentidos e significados que dominou a primeira metade do século XX. Se, a princípio, Frege⁷ e Russell retomaram o objetivismo ontológico de conceitos enquanto entidades abstratas capazes de sustentar a relação lógica entre linguagem e realidade, não demorou para o ceticismo sobre significados ancorados no mundo exterior ser reavivado com os jogos de linguagem do segundo Wittgenstein. Assim, aquelas entidades estáveis intermediárias entre a mente e o mundo não existiriam, sendo conceitos somente expressões linguísticas abstratas e abertas conectando-se entre si a partir de relações de semelhança familiar. Nenhuma introspecção racional ou realismo empírico seria capaz de fundamentar significados, sendo estes exclusivamente de caráter público e relacional, onde:

- (2) Um sujeito S possui um conceito C quanto mais seus usos de C se assemelham a um conjunto de exemplos paradigmáticos e se encaixam em diferentes jogos de linguagem relacionados a C.

Todos esses acontecimentos reafirmaram as ideias behavioristas, que, na filosofia, eram a “afirmação de que as atribuições mentais simplesmente significam coisas sobre as respostas comportamentais às influências ambientais” (LYCAN, PRINZ, 2008, p. 4), “reduzindo a posse de conceitos a uma capacidade de responder seletivamente” (FODOR, 1998, p. 3), ou, por vezes, a um conjunto de disposições e habilidades:

- (3) Um sujeito S possui um conceito C quando é capaz de discernir entre exemplos de C e $\neg C$; de classificar novos objetos enquanto C ou $\neg C$; de agir de acordo com o

⁷ Em Frege “conceito” é um termo técnico usado quando predicados se referem a funções com valor de verdade. Sentidos seriam os equivalentes aos conceitos no contexto desta dissertação.

significado de C em diferentes situações; ou de realizar inferências válidas contendo C.

Junto com os primeiros anos da segunda metade do século XX, veio a revolução cognitiva, que, contra o behaviorismo, voltou a defender a existência de estados mentais físicos participantes de etapas dentro de um sistema de processamento de informações que resultariam em comportamentos. Para a psicologia popular, pessoas agiriam como resultado de suas crenças, desejos e intenções, algumas das chamadas “atitudes proposicionais”. Assim, o desejo de Manuela de assistir a um determinado filme, somado a uma crença de que este está atualmente em cartaz, causa certos comportamentos em Manuela que a levam até o cinema mais próximo. Da mesma forma, alguém que veja Manuela assistindo ao filme naturalmente infere que os estados mentais citados, entre outros, ocorreram em Manuela⁸.

Uma das características mais reconhecidas dessas atitudes é o fato de supostamente possuírem intencionalidade, ou seja, uma disposição da mente a ser sobre e dirigir-se a algo além de si mesma, seu conteúdo intencional, com o qual estabelece parâmetros de avaliação semântica: fulano acredita que X e essa crença pode ser verdadeira ou falsa; sicrano deseja Y e seu desejo pode ou não ser satisfeito; beltrano experiencia Z e sua percepção pode ser precisa ou imprecisa. Dessa forma, atitudes proposicionais geram comportamentos coerentes e compartilháveis entre seres humanos quando seus conteúdos intencionais são corretamente individuados.

Em outra dimensão de análise, “subpessoal e científica” (VON ECKARDT, 2012, p. 29), as ciências cognitivas criaram arquiteturas hipotéticas para explicar o funcionamento da mente através de uma descrição de processos mentais enquanto computações formais sensíveis à sintaxe de determinados símbolos, à maneira de uma máquina de Turing, ou sobre representações distribuídas em diversas camadas de redes neurais artificiais. Por vezes, a própria linguagem representacional foi abandonada em nome de interpretações dinâmicas da cognição. Essas visões buscaram superar a ideia behaviorista da mente como uma “caixa-

⁸ “O paradigma da explicação crença-desejo, ao qual nos referiremos de tempos em tempos, é o que Aristóteles chamou de “silogismo prático”.

Silogismo Prático:

- A quer que P seja o caso.
- A acredita que não-P a menos que Q.
- A age de modo a fazer com que Q.

Assumimos que as explicações que invocam silogismos práticos são tipicamente causais (crenças e desejos causam ações). (FODOR, 2015, p. 2-3)

preta”⁹, sugerindo novas metáforas, como a “mente como um computador”¹⁰, do simbolismo computacional clássico; a “mente como um cérebro”¹¹, do conexionismo; ou a “mente como um governador centrífugo”¹², para o dinamicismo (ELIASMITH, 2003, p. 493-494). Cada uma dessas elucubrações metafóricas tem como objetivo esclarecer e elucidar como e quais procedimentos mentais operam e são capazes de gerar comportamentos humanos inteligentes.

A relação entre a formalidade da psicologia científica e as intuições da psicologia popular está longe de ser harmoniosa. Em última análise, modelos teóricos computacionais ou dinâmicos são compatíveis com a existência de atitudes proposicionais? Ou seja, a psicologia científica é capaz de justificar a psicologia popular? Essas perguntas são uma repaginação de um mesmo e velho problema: para uma arquitetura mental ser capaz de “ser sobre” alguma coisa, deve antes ser capaz de subsumir a miríade informacional proveniente do mundo exterior sob generalizações “mais estáveis e fundamentais do que a experiência sensível imediata, a memória ou as crenças”, o que, como vimos, seria o suposto papel de conceitos. Se “Manuela acredita que o planeta é redondo” tem, entre outros, “planeta” como integrante da proposição “o planeta é redondo”, isso se dá pelo fato de que Manuela, de alguma forma, formou uma determinada crença sobre um planeta, e não sobre outra coisa qualquer, ou seja, Manuela supostamente individuou e possui PLANETA¹³.

Alguns neofregeanos, como Christopher Peacocke, parecem acreditar que essa tarefa poderia ser cumprida por computações mentais, pois “há espécies de atitudes proposicionais que consistem em relações com conteúdos estruturados construídos a partir de conceitos” (PEACOCKE, 1992, p. 238) entendidos como abstrações capturadas “a nível de sentidos

⁹ “Quando o que uma pessoa faz é atribuído ao que está acontecendo dentro dela, a investigação é encerrada. Por que explicar a explicação? Durante dois mil e quinhentos anos, as pessoas estiveram preocupadas com os sentimentos e a vida mental, mas só recentemente foi demonstrado algum interesse numa análise mais precisa do papel do meio ambiente. A ignorância desse papel levou, em primeiro lugar, a ficções mentais, e foi perpetuada pelas práticas explicativas a que deram origem” (SKINNER, 2008, p. 19)

¹⁰ “Sob esta visão, a mente é o software do cérebro. Jerry Fodor, por exemplo, argumentou que o impressionante poder teórico proporcionado pela sua metáfora é uma boa razão para supor que os sistemas cognitivos têm uma “linguagem de pensamento” simbólica que, tal como uma linguagem de programação de computador, expressa as regras que o sistema segue” (ELIASMITH, 2013, p. 5-6)

¹¹ “Os conexionistas propuseram novas ideias sobre representação e computação que usam neurônios e suas conexões como inspirações para estruturas de dados, e disparo de neurônios e ativação de propagação como inspirações para algoritmos.” (THAGARD, 2005, p. 11)

¹² “Tim van Gelder emprega o “Watt Governor” como uma metáfora para a mente. É através da sua análise da melhor forma de caracterizar este sistema dinâmico que ele argumenta que os sistemas cognitivos também devem ser entendidos como sistemas dinâmicos não representacionais (...).” (ELIASMITH, 2003, p. 494) “Tal como o Governador de Watt, afirma van Gelder, os sistemas cognitivos só podem ser adequadamente compreendidos através da caracterização das suas mudanças de estado ao longo do tempo. Essas mudanças de estado são uma função das interações de componentes fortemente acoplados e de suas conexões contínuas e mutuamente influentes com o ambiente.” (ELIASMITH, 2013, p.7)

¹³ Palavras em caixa alta serão usadas para denotar conceitos, ao invés de puros termos lexicais.

fregeanos” (PEACOCKE, 1992, p. 3)¹⁴. Para outros, essas computações aconteceriam sobre representações mentais capazes de articular e organizar a realidade extramental a partir de informações de semelhança e tipicidade, sejam elas listas de características, exemplares, protótipos ou até teorias¹⁵ (SMITH; MEDIN, 1981). Já para alguns, “o cérebro é um motor sintático” (DENNETT, 1998, p. 61), não dizendo respeito a considerações semânticas como verdade, referência ou significado, ou seja, crenças, desejos e afins não necessariamente possuem qualquer natureza representacional, sendo seu uso meramente instrumental e reflexo da “postura intencional” adotada por seres humanos no mundo. Nesses três exemplos, quaisquer semelhanças com *ante rem*, *in re* e *post rem* não são meras coincidências.

A questão é que há algo de comum entre racionalismo, empirismo e behaviorismo, mesmo em suas versões contemporâneas: todos ainda enfrentam graves dificuldades quando se trata de explicar a conexão entre a mente e o mundo. Por entenderem que a relação sujeito/objeto é mediada por “ideias”, para os dois primeiros:

tudo o que existe depende da mente. De acordo com o último, não existem mentes, existem apenas (...) disposições comportamentais. Em ambos os casos, não há problema sobre como pode haver coisas na cabeça que interajam causalmente entre si e tenham valores semânticos dependendo de como o mundo é. Não existe esse problema porque não existem tais coisas. (FODOR, 2008, p. 93)

E “não existem tais coisas” porque, por um lado, os psicólogos “muitas vezes contentam-se em considerar o realismo sobre a mente, o mundo e as conexões entre eles como garantido, seja qual for o resultado epistemológico” (FODOR, 2008, p. 94). Por outro lado, principalmente após a virada linguística, a filosofia tornou-se majoritariamente pragmática, no sentido de que abandonou a ideia de conceitos enquanto entidades, apreendidas ou apreensoras, e passou a considerá-los epistemologicamente, ou seja, é o que se é capaz de saber que determina a posse conceitual:

Não pode haver nada mais na natureza de um conceito do que aquilo que é determinado por uma explicação correta da capacidade de um sujeito que dominou o conceito de ter atitudes proposicionais em relação a conteúdos que contêm esse conceito (uma explicação correta de "apreender o conceito"). (PEACOCKE, 1992, p. 5)

¹⁴ Embora Peacocke se diferencie do computacionalismo clássico no modelo de Turing para defender computações que envolvem relações não somente com a forma, mas também com o conteúdo de símbolos. A importância dessa diferença será abordada mais adiante.

¹⁵ Todas estas foram abordagens sobre conceitos que ganharam proeminência nas ciências cognitivas a partir da segunda metade do século XX.

É a essa falta de novas respostas satisfatórias para questões antiquíssimas que Jerry Fodor¹⁶ se refere quando afirma existir algo de fundamentalmente problemático no pensamento filosófico do último século (ou, possivelmente, dos últimos séculos). Segundo ele, tal pensamento tem sido insuficiente no combate ao ceticismo¹⁷, afinal, “as revoluções cognitivas na psicologia e na filosofia da mente zombaram do behaviorismo, mas nunca duvidaram de que os conceitos são uma espécie de capacidade ou outra” (FODOR, 1998, p. 3). Tanto o fisicismo na relação entre mente e corpo da psicologia científica quanto o reconhecimento da existência de poderes causais entre estados mentais da psicologia popular não trouxeram de volta a confiança na existência daquelas entidades estáveis balizadoras do discurso racional.

Segundo Fodor, dar primazia à psicologia e à epistemologia ante a semântica inverte a ordem natural das coisas, afinal, como pode a individuação conceitual depender da satisfação de certas condições de posse, se a própria capacidade de satisfação dessas condições é justamente aquilo que a individuação de conceitos deveria poder explicar? Foi exatamente essa rotina que levou a tradição filosófica ao fracasso na explicação de como conceitos podem ser corretamente individuados e à incapacidade de satisfazer algumas “condições não-negociáveis”¹⁸ em uma teoria conceitual sólida e que não vá de encontro a certas intuições sobre nossa vida mental. O primeiro capítulo desta dissertação abordará e analisará esse desiderato: uma teoria deve explicar como conceitos podem possuir conteúdos intencionais; como podem ser individuados além da mera referência; como suas naturezas e estruturas se adequam aos princípios da composicionalidade e da publicidade mentais; como são adquiridos; e como dão conta de um vasto escopo de pensamentos e enunciados.

O segundo capítulo tratará dos motivos que, segundo Fodor, impossibilitam as “semânticas de papel inferencial”, aquelas que condicionam conteúdos semânticos a avaliações epistêmicas, de satisfazerem o desiderato apresentado no capítulo anterior, especialmente no que diz respeito à obtenção de conteúdos intencionais e aos princípios da

¹⁶ Jerry A. Fodor (1935 – 2017) foi um filósofo americano com importantes contribuições para as ciências cognitivas e para a filosofia da mente. Seu trabalho ao longo de décadas “tem dois compromissos básicos: um é com a psicologia popular e o outro é com o fisicismo. Esses dois compromissos geram a tarefa de fornecer uma justificativa da psicologia popular dentro de uma estrutura fisicista” (CAIN, 2002, p. 1).

¹⁷ Combater o ceticismo não significa derrotá-lo. Fodor deixa claro que seus argumentos não são de natureza demonstrativa, mas somente “esmagadoramente persuasivos”. (FODOR, 2004, p. 32)

¹⁸ “Conceitos são particulares mentais”; “Conceitos são categorias”; “Composicionalidade”; “Muitos conceitos acabam sendo aprendidos”; “Conceitos são públicos”. (FODOR, 1998, p. 23-28)

composicionalidade e publicidade. Aqui será pintado o quadro geral do que Fodor chamou de “pragmatismo¹⁹ conceitual”.

O terceiro capítulo trará a posição defendida por Fodor: conceitos devem servir unicamente ao pensamento, e não a conjuntos de capacidades ou ações, ou seja, conceitos são um “pensar que”, e não um “saber como”. Fodor acredita que isso é possível em uma teoria representacional da mente onde conceitos são unidades atômicas constituídos de forma causal e informacional com o ambiente, em uma espécie de referencialismo puro (FODOR, 2008, p. 16). Problemas específicos com o desiderato deverão ser enfrentados, principalmente em relação a conteúdos cognitivos e a aquisição de conceitos. Aqui será pintado o quadro geral do que Fodor chamou de “cartesianismo conceitual”.

Jesse Prinz²⁰ concorda com o diagnóstico da necessidade de substituição da abordagem semântica tradicional, enquanto rejeita o tratamento oferecido por Fodor, cujo projeto “é cortar quaisquer ligações supostamente constitutivas entre o pensamento e qualquer tipo de ação” (CLARK; PRINZ, 2004, p. 57), mas, que, ao fim e ao cabo, usa de artifícios epistêmicos para impedir que conceitos em sua teoria sejam absolutamente “anêmicos” (PRINZ, 2017, p. 936). O quarto capítulo analisará os limites e explorará as possibilidades abertas pelo pensamento de Fodor, mostrando como uma retomada de argumentos empiristas sob a luz de algumas conquistas das ciências cognitivas (PRINZ, 2002, 2004, 2017) é capaz de contornar o que agora aparecem como “Dois Dogmas do Fodorismo: Analiticidade e Composicionalidade” (CLARK; PRINZ, 2004, p. 60). Prinz afirma não somente que o pragmatismo pode ser defendido, mas argumenta ainda em favor de um pragmatismo intensificado, “que liga a posse do conceito à ação” e onde “conceitos são orientados à ação”. (CLARK, PRINZ, 2004, p. 58). Obstáculos próprios do desiderato em uma teoria empirista que defende que conceitos são perceptualmente fundados serão enfrentados no quinto capítulo. Aqui, o quadro final pintado será chamado de “neoempirismo²¹ conceitual”.

Por fim, o capítulo conclusivo explorará como uma postura neoempirista pode sintetizar pragmatismo e cartesianismo conceituais e oferecer uma nova luz sobre a relação

¹⁹ “Quase exclusivamente, no que se segue, ‘pragmatismo’ significa pragmatismo sobre o *conteúdo*, em vez de pragmatismo sobre a *verdade*. Estas duas questões estão intimamente ligadas se você supuser que o conteúdo é em grande parte uma questão de condições de verdade” (FODOR, 2008, p. 12).

²⁰ Jesse Prinz é um filósofo americano “especialista em filosofia da psicologia” e que “combina métodos filosóficos e experimentais para abordar questões duradouras sobre a natureza da mente” (CUNY GRADUATE CENTER, 2024).

²¹ Embora Prinz não use expressamente este termo, constantemente defende uma nova forma ou uma versão moderna de empirismo.

entre psicologia popular e psicologia científica, diminuindo ou até cerrando a lacuna existente entre mente e mundo, ao mostrar como nossa vida conceitual não diz respeito unicamente ao pensamento e à nossa capacidade de representação, mas, antes de tudo, serve à ação e navegação dos seres humanos dentro da complexidade de acontecimentos e informações do mundo exterior.

1. DESIDERATO GERAL DE UMA TEORIA DOS CONCEITOS

A não ser que se aceite que sejam entidades teóricas fictícias desnecessárias, ou até prejudiciais, para a compreensão da mente humana²², conceitos não podem englobar qualquer coisa. Se, ao que tudo indica, pensamentos são construídos a partir de algum tipo de atividade conceitual, a ontologia e a estrutura de conceitos impõem limitações às naturezas das arquiteturas cognitivas que pretendem fundamentar, e vice-versa. Foi, inclusive, um acordo cada vez maior nas pesquisas psicológicas sobre o funcionamento de alguns processos cognitivos de ordem superior que levaram ao questionamento de algumas teorias clássicas sobre nossas ideias e conceitos.

Verificou-se empiricamente, por exemplo, que, ao contrário de um conjunto de condições necessárias e suficientes, nossa mente muitas vezes lida com categorias do mundo através de representações tomadas como típicas, onde por categoria se entende um grupo de coisas ou fenômenos que compartilham características essenciais. Esse efeito de tipicidade ocorre quando indivíduos respondem com mais rapidez e precisão a membros típicos ou representativos de uma categoria em comparação com os membros atípicos ou menos representativos. Em alguns casos, a tipicidade é resultado da formação contingente de representações de características “que são diagnósticas, estatisticamente frequentes ou salientes” (PRINZ, 2002, p. 53). Tais representações foram chamadas de protótipos ou estereótipos, e foram postuladas para explicar o fato de que nossa mente categoriza mais rapidamente instâncias típicas de objetos, algo que supostamente não aconteceria se nossos conceitos fossem definicionais.

Outros estudos apontam que muitas de nossas atividades cognitivas parecem utilizar coleções de representações sobre instâncias individuais de membros de uma determinada categoria, os chamados exemplares. Faria parte da atividade conceitual, dessa forma, um processo de comparação entre um novo objeto percebido e aqueles exemplares já armazenados na memória do sujeito, onde o efeito de tipicidade seria resultado do grau de similaridade verificado na comparação. Exemplares são particularmente úteis para a compreensão de como ocorreria a aquisição conceitual, abrindo-se a discussão se protótipos

²² “Uma quantidade crescente de evidências sugere que os conceitos não constituem um tipo natural. Dito de outra forma, afirmo que os corpos de conhecimento que são utilizados por padrão nos nossos processos cognitivos superiores não constituem um tipo homogêneo sobre o qual possam ser formuladas muitas generalizações indutivas. Assim, a noção de conceito não faz parte de uma taxonomia adequada das nossas representações mentais, se se pretende formular generalizações indutivas cientificamente relevantes sobre a mente humana”. (MACHERY, 2005, p. 445-446)

seriam os exemplares mais típicos ou simplesmente abstrações contingentes das características mais salientes de exemplares.

Por fim, não pôde ser ignorado o fato de que, muitas vezes, quando parecemos entreter um conceito particular, na verdade estamos utilizando uma vasta rede de crenças sobre objetos ou eventos que vão além das simples avaliações de tipicidade. Dessa forma, conceitos seriam muito mais parecidos com mini teorias do que com um conjunto de características, necessárias ou contingentes:

Muitos psicólogos dizem, agora, que conceitos abrangem crenças sobre mecanismos causais, propósitos teleológicos, características ocultas e divisões fundamentais na ontologia. Nesta visão, o processamento conceitual não se restringe à mera correspondência de características e tabulação de frequência; muitas vezes é mais como uma solução de problemas (PRINZ, 2002, p. 76).

O que se percebe, com esse breve e simplificado quadro geral das mais importantes teorias psicológicas sobre conceitos, é que “conceito” é um termo teórico postulado para apontar a existência de alguma entidade capaz de explicar fenômenos reconhecidos e estabelecidos sobre o funcionamento de nossa mente. Este capítulo explorará uma parte essencial do desiderato filosófico que deve ser satisfeito por teorias sobre conceitos que almejem algum tipo de coerência não somente com seus próprios pressupostos, mas também com conquistas científicas que não podem ser ignoradas.

1.1. CONTEÚDO INTENCIONAL

A capacidade da mente de “ser sobre” e dirigir-se a alguma coisa além de si mesma é a sua intencionalidade, possível a partir do momento em que o pensamento apresenta um conteúdo específico de forma significativa, sendo, supostamente, através da posse, aprendizado ou apreensão de conceitos que conteúdos mentais seriam corretamente individuados e fixados. A principal razão que alguns, herdeiros das “ideias” da filosofia moderna, encontram para chamar estados mentais de “representações” é justamente o fato de que essas fazem as vezes de algo que não elas mesmas²³. A relação entre representante (*representans*) e representado (*representatum*) ocorreria pela intermediação individualizadora

²³ “Em termos contemporâneos, diríamos que uma representação é constituída por um portador-de-representação que representa algum objeto (ou tem algum conteúdo), onde esse representar tem significado para algum intérprete (...) Embora algo só seja uma representação completa se tiver conteúdo e significado, podemos ver representações apenas em termos das suas propriedades materiais ou formais” (VON ECKARDT, 2012, p. 30). Isso acontece na versão representacional sintática do computacionalismo clássico, por exemplo. “Uma representação mental torna-se, simplesmente, uma representação que é mental. Em outras palavras, é uma representação cujo portador-de-representação, conteúdo, significado e fundamento é apropriado para ser uma representação na mente/cérebro” (VON ECKARDT, 2012, p. 31).

de um conceito. “Manuela deseja que o cachorro seja longo” somente por, no mínimo, possuir CACHORRO, que deu ao conteúdo proposicional de sua representação um significado ao se referir de maneira individuada a uma realidade extramental. Nessa visão, há primazia na compreensão sobre a natureza e a estrutura das representações que constituem o pensamento.

Outros, no entanto, negam qualquer identificação entre conceitos e representações mentais, pois “é possível que um mesmo conceito receba diferentes representações mentais em diferentes indivíduos” (PEACOCKE, 1992, p. 3). Mas, ainda que se possa defender, com Roderick Chisholm (1957), que a intensionalidade seja um critério para a intencionalidade²⁴, adotando-se uma visão linguística sobre o intencional, ainda há de se ter um critério, mesmo que uma espécie de holismo semântico, sobre como nossa mente pode manter o mínimo de unidade frente ao bombardeio de informações particulares da experiência. Mesmo que se rejeite a própria existência das entidades mentais postuladas pela psicologia popular, como crenças e desejos, da forma como faz o eliminativismo materialista (p. ex., CHURCHLAND, 1989), ou ainda que se negue um elo entre o vocabulário intencional e eventos reais, como fazem os instrumentalistas (p. ex., DENNETT, 1998), a maneira inteligente e coordenada com que seres humanos interagem entre si e com o meio ambiente exige uma explicação mínima de natureza intencional:

Podemos agir com flexibilidade e premeditação, escolhendo entre diferentes cursos de ação e antecipando consequências futuras. Essas habilidades parecem exigir representações que substituam objetos extramentais. As representações podem ser manipuladas pela mente independentemente das coisas que representam. Como resultado, podemos nos envolver em comportamentos sensíveis a objetos extramentais, mesmo quando esses objetos não estão presentes. (PRINZ, 2002, p. 4)

Quando dois indivíduos, X e Y, pensam que P e agem de maneira similar em relação a P, pode-se explicar essa generalização psicológica e de comportamento pelo simples fato de que X e Y são sensíveis do mesmo modo ao conteúdo de P. Entenda-se esse estado intencional como “marca do mental” ou outra coisa qualquer, uma teoria somente é consistente se conseguir mostrar, de forma satisfatória, como conceitos referem e atuam no fornecimento de conteúdos a pensamentos coerentes e compartilháveis sobre entidades e estados de coisas tanto reais quanto somente possíveis, como, por exemplo, árvores, maçanetas, *quarks*, anjos, centauros ou luta de classes.

²⁴ O que isso quer dizer é que a intencionalidade, enquanto fenômeno mental, é um círculo fechado em si mesmo, existindo apenas em contextos de “ascensão semântica”, cuja estratégia “é levar a discussão para um domínio onde ambas as partes concordam melhor sobre os objetos (ou seja, palavras) e sobre os principais termos que lhes dizem respeito.” (QUINE, 1960, p. 251).

1.2. CONTEÚDO COGNITIVO

Porém, a individuação de conteúdo é necessária, mas não suficiente, para a individuação conceitual. Em um contexto linguístico, algumas declarações de identidade verdadeiras podem ser informativas, contendo termos distintos, mas correferenciais. Se tudo que bastasse para o significado fosse a referência, ninguém ficaria surpreso com a afirmação de que Ricardo Reis é Fernando Pessoa. Isso ocorre porque a compreensão do significado de uma relação de identidade independe do conhecimento de seu valor de verdade, que pressupõe a apreensão do valor semântico²⁵, da referência, de cada termo da sentença. Foi isso que Frege (1948) quis dizer quando afirmou que a expressão “A estrela da manhã é A estrela da noite” pode ser informativa, pois é compreendida não através de seus referentes, mas por seus sentidos, que determinam o significado a partir de certas condições, normalmente descritivas, a serem satisfeitas. Assim, é somente após uma investigação empírica que “A estrela da manhã = A estrela da noite” se transforma em “Vênus = Vênus”, ou seja, que “aquele corpo celeste que aparece no céu durante o crepúsculo” é o mesmo que “aquele corpo celeste que aparece no céu durante a aurora”.

Essa propriedade das relações de identidade fica mais evidente quando da participação de atitudes proposicionais. Na atribuição de crenças, por exemplo, não é garantida a substituição *salva veritate* entre expressões correferenciais. Assim, “Manuela acredita que *Mithrandir* é nobre” e “Manuela acredita que o Mago Cinzento é nobre” podem conter valores de verdade distintos, ainda que ambas as proposições façam correferência a Gandalf²⁶. Em contextos linguísticos, alguns termos não podem ser substituídos livremente uns pelos outros, afinal, uma igualdade não é uma relação entre objetos, mas entre seus signos (FREGE, 1948), cujos significados são compreendidos indiretamente através da apreensão do sentido, ou seja, do modo de apresentação do referente. Sentidos são, portanto, entidades definicionais abstratas que fornecem as condições necessárias e suficientes para a fixação da referência de expressões significativas.

Mas, não acontece apenas de termos distintos serem correferenciais, pode ser também o caso de um mesmo termo ter múltiplas referências. É exatamente isso que Hilary Putnam (1975) ilustra com seu exercício mental da Terra Gêmea. Suponha a existência de um mundo,

²⁵ “O valor semântico de qualquer expressão é aquela característica que determina se as sentenças em que ocorre são verdadeiras ou falsas” (MILLER, 2018, p. 18). *Bedeutung*, em Frege, é referência entendida em sentido amplo, pois tanto nomes próprios se referem a objetos quanto sentenças se referem a valores de verdade (verdadeiro ou falso).

²⁶ Da trilogia “O Senhor dos Anéis”, de J.R.R. Tolkien.

a Terra Gêmea, que seria absolutamente idêntica à nossa Terra se não fosse um detalhe: a composição química da água na Terra Gêmea é XYZ, e não H₂O. Suponha agora que Oscar, um habitante da Terra, visite a Terra Gêmea. Todas suas generalizações psicológicas serão mantidas: mesmo na Terra Gêmea, Oscar beberá água quando sentir sede, ferverá água para cozinhar alimentos, usará água para o banho etc., afinal, idênticas em suas aparências, tanto H₂O quanto XYZ provocarão em Oscar os mesmos estados mentais intencionais. Mais uma vez, se tudo que bastasse para o significado fosse o conteúdo intencional, “água”, em Oscar, teria o significado disjuntivo de “H₂O ou XYZ”, porém, nos sentimos fortemente compelidos a aceitar que para Oscar água signifique apenas H₂O, assim como, para o Oscar Gêmeo, água signifique apenas XYZ, embora ambos compartilhem um mesmo estado mental, um mesmo conteúdo cognitivo, ao terem pensamentos sobre água.

Dessa forma, se, em Frege, o significado é compreendido pela apreensão do sentido através da satisfação das condições descritivas/definicionais apresentadas pelo modo de apresentação do referente, em Putnam, o significado se estabelece causalmente com o objeto. Putnam não veria problema em declarar que Héspero e Fósforo significam a mesma coisa pelo simples fato de ambas possuírem uma mesma etiologia, sendo, portanto, fatores externos os determinantes para a diferenciação dos sentidos. O fato de “Manuela acredita que água é saudável” e “Manuela acredita que H₂O é saudável” poderem não possuir o mesmo valor de verdade é uma questão meramente empírica, devendo Manuela recorrer à palavra de especialistas para atribuir verdade à relação água = H₂O.

Ainda que as discussões levantadas por Frege e Putnam estejam no contexto da linguagem, o importante é que, nelas, a individuação ocorra através de “considerações de importância cognitiva” (PEACOCKE, 1992, p. 3), ou seja, no nível do pensamento:

A vertente da concepção de sentido de Frege que me interessa aqui é aquela em que as distinções entre os sentidos estão ligadas a diferenças na informatividade potencial. Um sentido ou conceito é distinto de um segundo se a substituição do primeiro pelo segundo em um Pensamento puder produzir um Pensamento com um significado cognitivo diferente. Formulo isso no nível do pensamento, para enfatizar que você ainda pode ter interesse nos conceitos que são meu objeto de estudo, mesmo que esteja bastante insatisfeito com o uso que Frege faz da noção de sentido na semântica da linguagem natural. (PEACOCKE, 1989, p. 1)

Pode-se, então, realizar um paralelo entre palavras e conceitos e entre sentenças e atitudes proposicionais, fato que, possivelmente,

(...) pode oferecer a melhor explicação das identidades informativas e das falhas de substituição na linguagem. Os casos linguísticos podem surgir pelo fato de alguns termos correferenciais estarem associados a conceitos distintos. (PRINZ, 2002, p. 6)

Por isso, é possível afirmar que “(...) tudo o que distingue conceitos coextensivos está *ipso facto* “na cabeça”. Isso significa que algo assim está disponível para ser uma causa (/efeito) proximal de processos mentais” (FODOR, 1998, p. 15). “Estar disponível para” não significa necessariamente que conteúdos cognitivos sejam o resultado de funções ou computações mentais, a uma teoria dos conceitos basta explicar como conceitos distintos podem ser correferenciais e como um mesmo conceito pode possuir várias referências, mantendo-se a coerência com o restante do desiderato.

1.3. COMPOSICIONALIDADE

Segundo nos conta Frege (1948, p. 216), “toda frase assertiva que considera o referente das palavras deve ser entendida como um nome próprio, e seu referente, se existir, é o Verdadeiro ou o Falso”. Entende-se, assim, que o valor de verdade de uma sentença depende do valor semântico das expressões que a compõem. E já que, como vimos, quando entendemos uma expressão, a parte do significado que determina a referência é o sentido, podemos dizer que o sentido de uma sentença ou de uma expressão complexa é determinado através do sentido de suas partes constituintes. Em outras palavras, o sentido da sentença, ou seja, o pensamento²⁷, é determinado através da composição do sentido de suas partes, ou seja, sentidos compõem entre si. E, visto que um pensamento não é subjetivo, “pelo contrário, é objetivo no sentido de que especifica alguma condição no mundo cuja obtenção é necessária e suficiente para a verdade da frase que a expressa” (MILLER, 2018, p. 45), tais conjuntos de condições devem também ser capazes de compor entre si. Compreende-se, dessa forma, como conceitos, entendidos enquanto sentidos fregeanos, têm suas condições especificadas dentro de uma análise conceitual.

Por esse motivo, o pensamento “Etna é maior que Vesúvio” tem seu valor de verdade de acordo com o sentido de, entre outras coisas, “Etna”, e, quem compreende “Etna é maior que Vesúvio”, pode também compreender “Etna está na Sicília”, visto ser o sentido de qualquer sentença contendo “Etna” em função do sentido de suas partes:

Se encontrarmos a mesma palavra em duas proposições, por ex. Etna, então também reconhecemos algo comum aos pensamentos correspondentes, algo correspondente a esta palavra. Sem isso, a linguagem no sentido próprio seria impossível. (FREGE, 1980, p. 79)

²⁷ “Portanto, o resultado parece ser: os pensamentos não são coisas do mundo exterior nem ideias. Um terceiro reino deve ser reconhecido.” (FREGE, 1956, p. 302)

Assim, “a possibilidade de compreendermos frases que nunca ouvimos antes repousa evidentemente em podermos construir o sentido de uma frase a partir de partes que correspondem a palavras” (FREGE, 1980, p. 79). Para Frege, esse princípio de composicionalidade é uma via de mão dupla, pois “as palavras significam algo apenas no contexto de uma frase” (FREGE, 1960, p. 73). Aqui há uma espécie de simetria na determinação do significado, onde o sentido de uma expressão simples somente pode ser capturado quando parte constituinte de uma expressão complexa, que, por sua vez, tem seu sentido determinado através dos sentidos apreendidos das partes elementares²⁸.

Tal exigência composicional é necessária para explicar como um vocabulário finito possibilita uma capacidade linguística virtualmente ilimitada:

tendo dominado uma língua, somos capazes de compreender um número indefinido de expressões que são novas para a nossa experiência, que não têm nenhuma semelhança física e não são de forma alguma análogas às expressões que constituem a nossa experiência linguística. (CHOMSKY, 2006, p. 88)

O fato de sermos capazes de produzir novas expressões, combinando antigas palavras e manipulando-as sistematicamente em novas sentenças e proposições, revela o poder inovador, produtivo e sistemático da linguagem. Porém, “não nos é dito como uma mente inicialmente assistemática poderia aprender uma linguagem sistemática, dado que esta última é *ipso facto* capaz de expressar proposições que a primeira é incapaz de considerar” (FODOR, 1998, p. 26). Com isso, Fodor quer dizer que a produtividade e a sistematicidade são propriedades, antes de tudo, de atitudes proposicionais, obrigando, dessa forma, que recebam seu conteúdo de conceitos ontologicamente e estruturalmente compatíveis com o princípio da composicionalidade. Ou seja, “o conteúdo de um pensamento (...) é composicional apenas no caso de ser uma função dos conteúdos dos conceitos que constituem esse pensamento juntamente com regras de combinação” (PRINZ, 2002, p. 14).

Assim, para respeitar a produtividade mental, pensamentos de que pinguins são aves devem ter seus conteúdos determinados a partir da subsunção dos conteúdos de PINGUIM e de AVE. Seja a individuação realizada por análise conceitual, probabilidade prototípica, ou qualquer outra forma, os conteúdos de PINGUIM e de AVE supostamente deveriam tanto poder compor entre si, quanto fazer parte de outros pensamentos, como os de que pinguins

²⁸ “Este princípio, tal como o entendo, implica que as noções de um objeto e de um conceito não devem ser compreendidas independentemente umas das outras e do papel que as expressões-conceito e as expressões-objeto têm na formação de frases completas. Neste tipo de leitura, Frege pressupõe a noção de julgamento como fundamental e compreende conceitos e objetos em termos dela. Para ele, portanto, não pode haver dúvida sobre como essas entidades separadas e independentes podem formar uma unidade, uma vez que não são corretamente consideradas como separadas e independentes.” (HYLTON, 2010, p. 540)

são aquáticos. Conceitos compostos seguiriam a mesma lógica: VACA MARROM é resultado da combinação de VACA e MARROM, e pensamentos de que “Bessie é uma vaca marrom” devem poder produzir muitos outros, como “Bessie é uma vaca muito marrom”, etc. (FODOR, 2002, p. 29). Quanto à sistematicidade da mente, Gareth Evans afirma que pensamentos possuem uma “restrição de generalidade”:

Pois não podemos evitar pensar num pensamento sobre um objeto individual x , no sentido de que é F , como o exercício de duas capacidades separáveis; uma delas é a capacidade de pensar em x , que poderia ser igualmente exercida em pensamentos sobre x no sentido de que ele é G ou H ; e a outra é uma concepção do que é ser F , que poderia ser igualmente exercida em pensamentos sobre outros indivíduos, no sentido de que eles são F . (EVANS, 1982, p. 75)

Ou seja, quem puder pensar que “Manuela deu banho no cachorro” é também capaz de pensar que “O cachorro deu banho em Manuela”. A partir de Fa e Gb , qualquer um deve ser capaz de formar Fb e Ga .

Dessa forma, se proposições compõem entre si em função da composição do conteúdo de seus conceitos constituintes, uma teoria conceitual deve explicar como o conteúdo de conceitos podem compor. Porém, como vimos, a individuação de um conceito não se dá apenas por sua referência, portanto, como afirma Prinz (2002, p. 14), “tanto o conteúdo intencional como o cognitivo devem ser composicionais, porque ambos os tipos de conteúdo estão implicados na produtividade e na sistematicidade do pensamento”. Como veremos, Fodor rejeita fortemente essa posição.

1.4. PUBLICIDADE

Quando duas pessoas conversam sobre um assunto qualquer, seja algo concreto como uma experiência sensível presente, seja algo abstrato como os rumos da democracia, o que exatamente está sendo compartilhado nessa interação? Como, afinal, seres humanos se entendem? Levando-se em consideração que conceitos são individuados em duas dimensões, a intencional e a cognitiva, a primeira podendo ser meramente intencional e a segunda existindo somente “na cabeça” de indivíduos, como a comunicação é efetivada entre pessoas com vidas mentais tão variadas?

Essa questão já era problematizada por Frege (1980, p. 80):

Um objeto pode ser determinado de diferentes maneiras, e cada uma dessas maneiras de determiná-lo pode dar origem a um nome especial, e esses nomes diferentes têm então sentidos diferentes. (...) Ora, se o sentido de um nome fosse algo subjetivo, então o sentido da proposição em que o nome ocorre, e, portanto, o pensamento, também seria algo subjetivo (...) um conjunto comum de pensamentos, uma ciência

comum, seriam impossíveis. Seria impossível que algo que um homem dissesse contradissesse o que outro homem dissesse, porque os dois não expressariam de forma alguma o mesmo pensamento, mas cada um o seu.

Assim, para Frege, a comunicação e as ciências são possíveis à medida que pessoas compartilham não suas ideias subjetivas, mas seus pensamentos, que são objetivos da mesma forma que os sentidos que o compõem, sendo estes determinados pelos modos de apresentação do referente:

A referência e o sentido de um signo devem ser distinguidos da ideia²⁹ associada (...). A referência de um nome próprio é o próprio objeto que designamos ao usá-lo; a ideia que temos nesse caso é totalmente subjetiva; no meio está o sentido, que na verdade não é mais subjetivo como a ideia, mas ainda não é o próprio objeto. (FREGE, 1948, p. 212-213)

Portanto, ainda que ideias não o sejam, sentidos podem ser compartilhados, pois objetivos. Assim, uma teoria dos conceitos baseada em definições, análises conceituais, ou no cumprimento de certas condições de posse, deve explicar como um conceito pode ser tornado público a partir da satisfação de condições necessárias e suficientes impostas pelo mundo real.

A lógica é a mesma para aqueles que identificam conceitos não com entes abstratos, mas com representações mentais. Atitudes proposicionais ocorrem a partir de representações cujos conteúdos intencionais foram fornecidos por uma individuação conceitual. Se assim for, pessoas agem da mesma forma a partir das mesmas atitudes através de uma generalização intencional que somente é possível caso conceitos sejam compartilhados, e conceitos são compartilhados quando são também compartilhadas suas formas de individuação. Pessoas diferentes lutam por justiça por, supostamente, possuírem JUSTIÇA, da mesma maneira, o encontro de dois gregos antigos que combinassem de contemplar Héspero aconteceria, invariavelmente, ao anoitecer.

Porém, voltemos à Terra Gêmea. Ainda que Oscar e seu sócia, G-Oscar, não possuam rigorosamente o mesmo conceito *ÁGUA*, seria suficiente para a satisfação do desiderato da publicidade que *tokens* de *ÁGUA* em Oscar e G-Oscar sejam idênticos ainda que não provenientes do mesmo *tipo*? Ou seja, basta para a publicidade o compartilhamento do conteúdo cognitivo? Afinal, ainda que um *token* seja do tipo H₂O e o outro do tipo XYZ, ambos os conceitos podem ser subsumidos sob as mesmas leis psicológicas (PRINZ, 2002, p. 15). Porém, como Frege apontou, não é que qualquer ideia possa ser formada aleatoriamente

²⁹ Do alemão *Vorstellung*, usado por Kant para traduzir a noção de ideia em Locke, mas, em Frege, marcando a posição do sentido entendido enquanto ente abstrato, e não como a experiência qualitativa subjetiva da representação mental.

sobre um referente, conceitos precisam ser compartilhados também na dimensão intencional caso pessoas desejem em algum momento falar sobre a mesma coisa.

Assim, uma teoria conceitual que explique o caráter público dos conceitos apenas na dimensão cognitiva acaba por se render a uma espécie de holismo semântico, onde é suficiente, para o compartilhamento de conceitos, a similaridade das redes inferenciais nas quais estão inseridos. Já uma teoria que explique a publicidade apenas na dimensão do conteúdo intencional é incapaz de explicar os casos de Frege e da Terra Gêmea. A melhor teoria será aquela que conseguir mostrar como conceitos podem ser compartilhados tanto em relação a seus conteúdos intencionais quanto a seus conteúdos cognitivos.

1.5. AQUISIÇÃO

O problema de como conceitos são adquiridos não pode ser separado do problema de como conceitos são individuados, afinal, adquirir o conceito C, ou seja, vir a possuir C, acontece quando certos aspectos da realidade são subsumidos sob C. À primeira vista, todo esse processo é gritantemente circular, pois a aquisição de C depende da possibilidade de sua individuação, que, por sua vez, pressupõe a posse de C. Foi em torno dessa dificuldade que foi travada a batalha, agora já há séculos, entre racionalistas e empiristas.

Para o racionalismo clássico, que não encontra saída para essa circularidade, C não pode ser adquirido, sendo, portanto, aplicado de forma *a priori* na experiência. Racionalistas contemporâneos, levemente mais moderados, abandonaram a ideia de conceitos inatos em favor de uma espécie de nativismo, onde conceitos seriam predisposições, muitas vezes biológicas, acionadas por determinadas experiências do sujeito. Em ambos os casos, a posse seria anterior à individuação, não existindo aquisição, mas a satisfação de certas condições, epistêmicas ou não, para a efetivação de C.

Aqui, deve-se fazer uma distinção entre anterioridade explicativa e metafísica na relação entre posse e individuação. Dizer que, em um sujeito S, a individuação I de um conceito C é explicada a partir de sua posse P significa que S é capaz de satisfazer certas condições para P antes mesmo de I, sendo I consequência de P. Aqui há um caso curioso, pois, na ordem explicativa, primeiro há P, depois I. Mas, na ordem metafísica, P só é possível se, em algum lugar, seja o mundo das ideias de Platão ou dos sentidos fregeanos, C existir anteriormente enquanto I. Por isso, costumeiramente, se fala que S seria capaz de, a partir de disposições próprias, capturar C. Como veremos, para Fodor, há algo de estranho nesse

raciocínio, pois separar a ordem explicativa da metafísica provoca uma série de confusões entre semântica, psicologia e epistemologia:

O pensamento sobre o mundo é anterior ao pensamento sobre como mudar o mundo. Consequentemente, *saber que* é anterior a *saber como*. Descartes estava certo e Ryle errado. Por que, depois de todos esses anos, ainda é preciso dizer essas coisas? Portanto, repetindo, o pragmatismo não pode ser verdadeiro: na ordem da explicação, pensar em ser pintado de azul é parte integrante de agir de modo a ser pintado de azul e não vice-versa (FODOR, 2008, p. 14).

Por outro lado, dizer que P é explicada a partir de I significa que C deve existir enquanto I, dentro ou fora de S, independentemente de P. Tanto na ordem explicativa quanto na metafísica, portanto, I deve ser anterior a P.

Para o empirismo clássico, conceitos são pouco a pouco construídos através de um aprendizado que se dá junto à experiência sensível, na maioria das vezes de forma imagética e icônica. Assim, possui C quem reconhece e realiza inferências corretamente através de imagens formadas perceptualmente a partir de instâncias de C. Resta saber se conceitos podem ser adquiridos dessa forma por inferências indutivas sensíveis ou se, aqui também, aprender C significa, antes, já possuir um C que funcione como critério para a confirmação de hipóteses sobre sua aplicabilidade.

1.6. ESCOPO

O que nos leva a um problema correlato: por um lado, é relativamente fácil aceitar a lógica por trás da satisfação das condições de posse de CONHECIMENTO através de uma disposição racional a capturar sua definição enquanto CRENÇA VERDADEIRA JUSTIFICADA; por outro lado, parece estranho imaginar um sujeito com ideias inatas ou predisposições nativistas a inferir algo sobre LIQUIDIFICADOR. Da mesma forma, GIRAFÁ parece facilmente adquirido empiricamente, enquanto é mais difícil de se compreender como ÉTICA ou DEUS poderiam ter origem perceptual.

A questão é que uma teoria não deve ser capaz de explicar somente conceitos de seu nicho ontológico. Racionalistas, por exemplo, devem também ser capazes de explicar conceitos de tipos naturais, como ZEBRA, ou de artefatos como CELULAR, enquanto empiristas não podem arbitrariamente relegar à inexistência conceitos abstratos, como NÚMERO, ou conceitos teóricos, como MATÉRIA ESCURA ou CAPITALISMO.

Há uma vasta gama de conceitos perceptuais, abstratos, lógico-matemáticos, sociais e teóricos, entre outros, ao redor dos quais sujeitos experimentam firmes e coerentes generalizações psicológicas que simplesmente não podem ser ignoradas.

2. PRAGMATISMO CONCEITUAL

No decorrer do século XX, o que temos, de maneira geral, é a substituição de um cenário onde a posse de um conceito é explicada a partir de sua individuação por um cenário onde a individuação é explicada a partir da posse. No primeiro caso, é a existência do conceito enquanto entidade mental e física ou extramental e abstrata que explica e possivelmente justifica sua posse. Retomando (1):

- Um sujeito S possui um conceito C quando satisfaz um subconjunto do conjunto de condições $C_1...C_n$.

Pode-se, por exemplo, dizer que S está na posse P de C pois seu estado E é resultado da *existência* de C enquanto entidade real, cujo *inatismo* ou *construção empírica* são suficientes para sua individuação I: S satisfaz $C_1...C_n$ como resultado imediato dos critérios de aplicação de C revelados por I, ou seja, P está condicionado a I. Aqui, S possui C quando satisfaz, de forma não epistêmica, suas condições de identidade, pois as possui *a priori* ou as adquire *a posteriori*. As imagens do empirismo britânico ou as ideias inatas cartesianas entram nessa categoria, assim como algumas definições, quando são possíveis a partir da aplicação de C, como no caso das ideias platônicas ou dos sentidos fregeanos³⁰.

No segundo caso, primeiro são satisfeitas as condições epistêmicas de posse do conceito, que, aqui, deixa de ser uma entidade, mental ou abstrata, e passa a ser tratado como o efeito de um conjunto de capacidades ou disposições, ou seja, S está na posse P de C pois E resulta da *apreensão* de C por um conjunto de *capacidades*, *habilidades* ou *disposições* suficientes para I: S satisfazer $C_1...C_n$ é agora causa dos critérios de aplicação de C revelados por I, ou seja, I está condicionado a P. Logo, (1) pode ser retomado como (3):

- Um sujeito S possui um conceito C quando é capaz de discernir entre exemplos de C e $\neg C$; de classificar novos objetos enquanto C ou $\neg C$; de agir de acordo com o significado de C em diferentes situações; ou de realizar inferências válidas contendo C

Fodor (2004, p. 30) chama teorias do primeiro tipo de “cartesianismo conceitual” e as do segundo tipo de “pragmatismo conceitual”, e, com essa abordagem, faz um diagnóstico do pensamento filosófico do último século:

A doutrina característica da filosofia da mente/linguagem do século XX, expliquei, era que a posse de conceitos é algum tipo de condição disposicional e epistêmica.

³⁰ “O sentido de uma expressão é normativo: constitui uma restrição normativa que determina quais usos dessa expressão são corretos e quais são incorretos.” (MILLER, 2018, p. 55)

Talvez seja algum tipo de ‘saber que’; ou talvez seja algum tipo de “saber como”; ou talvez seja um pouco dos dois. Em qualquer caso, “saber”, “acreditar” e coisas semelhantes devem entrar na história em algum lugar, e o que você precisa saber para ter um conceito constitui *ipso facto* o conteúdo do conceito. (FODOR, 2004, p. 29)

Assim, Manuela acredita que o planeta é redondo não por raciocinar a partir de PLANETA empregado de forma *a priori* ou construído empiricamente, mas por ser capaz de avaliar e estabelecer, por exemplo, em quais redes inferenciais PLANETA pode ou não entrar. Essa avaliação é epistêmica e anterior à posse do conceito, fazendo com que S esteja em um estado epistemologicamente privilegiado para a satisfação de $C_1...C_n$:

Como os estados epistêmicos são anteriores à posse de conceitos, tanto na ordem ontológica quanto na ordem da explicação, a epistemologia é igualmente anterior à psicologia em ambos os aspectos. É também anterior à semântica, uma vez que a compreensão de uma expressão linguística consiste em saber o que ela significa e/ou saber como usá-la. (FODOR, 2004, p. 29)

O problema é que, desde Wittgenstein, que sintetizou os paradoxos de séculos de epistemologia, ficou consolidado que a introspecção não é suficiente para que saibamos quais regras devem ser seguidas para a aplicação de regras, o que lança sérias dúvidas sobre como conceitos poderiam ser individuados a partir de um “saber que” ou “saber como” capazes de satisfazer certas condições de posse: afinal, S satisfazer $C_1...C_n$ é agora causa da individuação, sendo que é justamente a individuação aquilo capaz de subsumir a realidade para que a “regra” $C_1...C_n$ seja cumprida.

Apesar dessa circularidade, não se deve almejar um simples retorno ao passado onde a individuação tinha primazia sobre a posse, pois, ainda que em formas clássicas de racionalismo conceitos *a priori* sejam empregados sem necessidade de avaliação prévia do sujeito, um tipo de intencionalidade restrita à vida mental provoca uma profunda desconexão entre o mundo e o pensamento. Já as formas clássicas de empirismo imaginam conectar-se com a realidade através da construção de ideias a partir da experiência sensível, mas são incapazes de individuar o conteúdo mental sem apelar a considerações epistêmicas, nunca as alcançando³¹. Quine (1951) já havia alertado sobre os dois dogmas do empirismo, vale dizer, a irredutibilidade do significado a dados empíricos e a impossibilidade de distinção entre o analítico e o sintético.

³¹ De fato, um dos pontos mais importantes destacados por Fodor é que formas tradicionais de cartesianismo conceitual, ainda que baseadas na individuação prévia de conceitos, eram pragmáticas ao fechar a intencionalidade no âmbito puramente mental. Pelo mesmo motivo, o pragmatismo conceitual se mostrou circular e dependente de alguma forma de cartesianismo. Como veremos, Fodor defende que a saída desse círculo está em reposicionar ontologicamente a própria intencionalidade.

Este capítulo vai detalhar esses e outros argumentos de Fodor sobre a impossibilidade de qualquer forma de pragmatismo conceitual, o que, como consequência, mostra que conceitos devem ser alguma outra coisa que não capacidades de avaliações epistêmicas subjetivas.

2.1. SEMÂNTICA INFERENCIAL

As mais relevantes e difundidas teorias conceituais das últimas décadas fizeram parte de diversas ramificações de três troncos principais. O primeiro, de origem no empirismo britânico, entende que a mente compreende o mundo a partir de ideias imagéticas, formadas, em grande medida, pela experiência sensível. O segundo, de inspiração fregeana, rejeita que representações mentais privadas possuam, inerentemente, qualquer sentido, sendo este, portanto, uma entidade objetiva e abstrata capturada quando da satisfação de certas condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes, sejam tais condições referentes a um “ser capaz de” ou a um “saber que”. O terceiro e último, negando que conceitos possam ser entidades, sejam mentais ou abstratas, segue os passos da crise analítica da segunda metade do século XX e vê somente no caráter público e holístico da linguagem o lugar de produção de qualquer significado.

Ainda que, à primeira vista, a enumeração acima pareça grosseira, pois agrupa artificialmente pensadores das mais variadas nuances, ela o faz com um critério suficientemente objetivo: nela, conceitos, ainda que somente lexicais e mesmo os com fundamentação empírica, são individuados a partir da satisfação de suas condições de posse. Até casos em que pareceria haver primazia da individuação estariam vinculados a certas avaliações epistemológicas. Fodor faz um corte radical nas formas de pensamento filosófico e chama de “semântica de papel inferencial” qualquer teoria, racionalista, empirista, behaviorista ou híbrida que explique a apreensão de conteúdos mentais, ou seja, que individue conceitos, a partir de uma prévia consideração epistêmica subjetiva. E isso porque, conceitos, entendidos dessa forma, resultam de inferências de dois tipos. O primeiro entende que conceitos são estruturas complexas constituídas literalmente por outros conceitos, onde definições são exemplos clássicos: *tokens* de C são necessariamente *tokens* de suas partes X, Y e Z, o que implica em inferências do tipo $C \rightarrow X$; o segundo entende que conceitos são estruturas complexas constituídas por uma rede de relações inferenciais entre outros conceitos: pode-se inferir $C \rightarrow X$ ainda que *tokens* de C ocorram sem os *tokens* de suas partes X, Y ou Z (LAURENCE; MARGOLIS, 1999, p. 5). O ponto central é que, em semânticas

inferenciais, as partes e as inferências determinantes devem ser separadas das partes e das inferências não determinantes na constituição de conceitos. Como veremos, para Fodor, todo esse processo é inviável por ser essencialmente circular.

Esse é o núcleo central da série de argumentos de Fodor apresentados a seguir, e que, segundo ele, explicam o fracasso, em maior ou menor grau, da tradição filosófica e psicológica em satisfazer o desiderato mínimo de uma teoria sobre conceitos.

2.1.1. Definições E Inferências

Não surpreenderia ninguém a afirmação de que a crença em definições faz parte da vida intelectual humana há milênios. Respostas a perguntas do tipo “o que é X?” são importantes para, supostamente, colocar qualquer discussão ou argumentação em uma espécie de terreno comum da racionalidade. Isso ocorreria, pois palavras da linguagem natural possuiriam uma “estrutura interna a nível semântico” (FODOR *et al.*, 1980, p. 264), dando à relação entre *definiendum* e *definiens* um caráter modal. Assim, se “solteiro é um homem não casado”, qualquer interseção entre os conjuntos “homem” e “não casado” será necessariamente coextensiva ao conjunto “solteiro” (FODOR *et al.*, 1980, p. 265).

Assim, um interlocutor, ao ouvir um enunciado contendo “solteiro”, articula mentalmente o campo semântico “homem não casado”, realizando, quando necessário, as devidas inferências com outros pensamentos, resultando, ao fim e ao cabo, em atitudes proposicionais. Esse é um dos motivos pelos quais alguns argumentos em linguagem lógica informal apresentam a mesma força de validade de argumentos formais. A explicação de “P & Q \rightarrow P” ser tão válido quanto “João é solteiro, portanto, João não é casado” está no fato de “solteiro” exercer seu papel na argumentação a nível de estruturação semântica (FODOR *et al.*, 1980, p. 270). Usualmente, conhecer a definição de um termo e usá-lo corretamente em inferências é o que se costuma chamar de possuir o conceito do termo. Portanto, uma teoria conceitual é definicional quando a posse de um conceito é explicada a partir da captura das partes necessárias e suficientes de sua estrutura semântica interna. À posse de CONHECIMENTO, por exemplo, seria suficiente articular, compreender ou representar, de uma forma ou de outra, CRENÇA VERDADEIRA JUSTIFICADA.

A grande questão, aqui, é sobre a ontologia desse “nível semântico”. Isso porque SOLTEIRO acaba sendo um conceito complexo, tendo como partes HOMEM e NÃO CASADO, que, por sua vez, possuem suas próprias estruturas internas. A epistemologia, há

tempos, já percebeu que esse processo não pode seguir indefinidamente em regresso, devendo parar, portanto, em conceitos não definíveis, ou seja, primitivos. Empiristas e racionalistas debatem, há séculos, a natureza e a extensão desses primitivos. Para um platônico clássico, o que faz “conhecimento é uma crença verdadeira justificada” ser uma proposição verdadeira é o fato de que o *definiens* é conhecido *a priori* a partir de um prévio encontro com formas suprasensíveis. Assim, ontologicamente, o “nível semântico” onde residem as condições essenciais para a posse de um conceito é uma abstração objetiva, que, quando capturada intelectivamente, possibilita definições e seus usos inferenciais. Possuir um conceito é, portanto, um “ser capaz de” a partir de um “conhecimento *a priori* de”.

No mesmo sentido, mas com um racionalismo um pouco mais moderado, neofregeanos ainda afirmam que a satisfação de certas condições de posse está intrinsecamente ligada ao conhecimento de valores semânticos: “O conceito F é aquele conceito único C que, para ser possuído, um pensante deve atender à condição A(C)” (PEACOCKE, 1992, p. 6), e, principalmente:

Satisfazer a condição de posse de um conceito pode ser identificado com entender que algo é o valor semântico do conceito (sua referência). (...) A forma “entender que algo é o valor semântico de um conceito” não pressupõe que alguém possa primeiro compreender um conceito e depois levantar a questão de qual é o seu valor semântico. Na presente teoria, a compreensão consiste em saber a resposta a essa questão, portanto tal estado de ignorância não é possível. (PEACOCKE, 1992, p. 22)

Portanto, assim como o *definiendum* se constitui a partir das relações inferenciais que estabelece com as partes no *definiens*, possui CONJUNÇÃO, por exemplo, quem é capaz de acreditar serem certas inferências “primitivamente atraentes” (PEACOCKE, 1992, p. 6), e o faz não por possuir previamente um conceito, mas por conhecer as condições que devem ser satisfeitas para sua posse. É o que pode ser chamado de definição implícita: “o conteúdo de um conceito pode ser determinado pelas regras de inferência a ele aplicáveis, e de como pode o cumprimento de tais regras ser constitutivo da existência do conceito” (FODOR, 2004, p. 40). Da mesma forma, possui VERMELHO quem é capaz de reconhecer coisas vermelhas através de representações completamente não conceituais, possuindo o conceito não por tê-lo individuado, mas podendo individuá-lo por satisfazer suas condições de posse.

Para outros, contudo, a estrutura semântica de conceitos deve ser deslocada para representações mentais, fazendo com que conceitos primitivos sejam imagens e combinações de imagens provenientes da percepção sensível. Nessa abordagem, o vocabulário definicional remete sempre a condições observáveis, sendo essa verificação, quando levada ao máximo rigor, o princípio usado pelo positivismo lógico e pensadores do círculo de Viena. Tal

combinação entre imagens e definições não é nova, tendo sua forma paradigmática nos empiristas britânicos, mas com raízes que se estendem até, pelo menos, Aristóteles³². Assim, “conceitos são governados por critérios necessários e suficientes derivados das propriedades necessárias e suficientes das coisas” (WEITZ, 1988, p. 32), sendo suas condições de posse satisfeitas através de uma semelhança entre imagens mentais³³ e propriedades essenciais do mundo exterior. O nível semântico deixa de ser uma entidade abstrata e passa para uma relação estabelecida na empiria, onde definições seriam combinações entre ideias com justificação última na experiência sensível, porém, inseridas na mesma lógica inferencial de qualquer outra forma de definição. Se conceitos possuem estrutura definicional, deve-se, como vimos, separar as inferências determinantes das não determinantes para a individuação conceitual. Se o critério for semelhança, deve-se identificar quais partes das imagens são determinantes para a individuação conceitual.

De acordo com Fodor, se toda e qualquer inferência for determinante para o conteúdo de um conceito, temos o holismo; se somente algumas forem determinantes, temos o molecularismo; esse último, por sua vez, pode ser dividido em teorias clássicas³⁴, que dão um caráter modal de necessidade às inferências, e teorias prototípicas³⁵, que se baseiam na confiabilidade empírica (FODOR, 1998, p. 112). Essas semânticas inferenciais são o alicerce do pragmatismo conceitual, cuja versão mais básica defende que a posse de um conceito se constitui através das capacidades epistêmicas de inferência e reconhecimento (FODOR, 2004, p. 32). Fodor defende que esse pragmatismo só é plausível se alguma forma de holismo ou molecularismo for verdadeira, e, embora definições e soluções baseadas na similaridade satisfaçam com relativo sucesso alguns pontos do desiderato de uma teoria dos conceitos, falham em explicar a aquisição de conteúdos intencionais e a composicionalidade de estados mentais. Vejamos, com mais detalhes, as principais críticas de Fodor a esses tipos inferenciais de referência.

³² “Os sons falados são símbolos de afecções na alma, e as marcas escritas são símbolos de sons falados. E assim como as marcas escritas não são iguais para todos os homens, os sons falados também não o são. Mas aquilo de que estes são, em primeiro lugar, sinais – as afecções da alma – é o mesmo para todos; e aquilo de que essas afecções são semelhanças – coisas reais – também são os mesmos.” (ARISTÓTELES, 16a3-9, 2013)

³³ “A alma jamais pensa sem imagem.” (ARISTÓTELES, De Anima, 431a8)

³⁴ O que Fodor chama de teorias clássicas adequa-se à posição de outros teóricos: “A Teoria Clássica sustenta que a maioria dos conceitos – especialmente conceitos lexicais – tem estrutura definicional. O que isto significa é que a maioria dos conceitos codificam condições necessárias e suficientes para a sua própria aplicação”. (LAURENCE; MARGOLIS, 1999, p. 8-9)

³⁵ Aqui Fodor usa um termo demasiado restrito para se referir a qualquer teoria que explique a individuação conceitual a partir de habilidades de classificação e categorização, embora críticas específicas sobre teorias prototípicas serão feitas, como veremos, principalmente no que diz respeito a suas capacidades de satisfazer o desiderato da composicionalidade.

2.2. MOLECULARISMO

2.2.1. Teoria Clássica E Circularidade

Suponhamos, então, que um conceito C possua natureza definicional, ou seja, que possua condições de posse baseadas nas inferências necessárias entre C e suas partes estruturais. Suponha, também, em concordância com o que foi dito até agora, que palavras e pensamentos tenham significado a partir do que C expressa. Nesses casos, a relação entre, por exemplo, CACHORRO e ANIMAL não é somente necessária, mas também constitutiva de CACHORRO. Algumas conexões podem ser necessárias apenas a nível metafísico, mas, quando o são também a nível semântico, dão o caráter modal das condições de posse de um conceito, pois “há, nesses casos, uma conexão geral entre o conceitual, o epistêmico e o metafísico” (PEACOCKE, 1999, p. 39)³⁶. Isso faz com que questões sobre a semântica de palavras e pensamentos sejam, na verdade, questões epistemológicas sobre suas justificações. Ao menos é isso que Fodor pretende mostrar quando afirma que:

A suposta virada linguística, de um tipo de filosofia que se preocupa principalmente com o conhecimento para um tipo de filosofia que se preocupa principalmente com o significado, não tem realmente grande importância se o próprio significado for construído epistemicamente. (FODOR, 2000, p. 29)

“A distinção analítico/sintético esteve escondida no armário durante toda esta discussão, e agora é hora de deixá-la sair” (FODOR; LEPORE, 1992, p. 22), afinal, uma característica dessa primazia epistêmica ante o significado está em sua suposta capacidade de separar um certo tipo de conhecimento *a priori*, resultado da análise conceitual filosófica, do conhecimento *a posteriori* científico. Isso, porque, se SOLTEIRO for constituído por HOMEM NÃO CASADO, e não por HOMEM ADULTO NÃO CASADO, isso se dará pela separação prévia das partes determinantes das não determinantes para a individuação do conteúdo desse conceito. Ou, ainda, tomemos a definição: “CONJUNÇÃO é o conceito C que, para ser possuído, o sujeito deve considerar como primitivamente coercitivas as transições que são instâncias das seguintes formas:

$$\frac{p}{p \ C \ q} \quad \frac{p \ C \ q}{p} \quad \frac{p \ C \ q}{q}, \text{ (PEACOCKE, 1992, p. 6).}$$

Caso verdadeira, tal definição pressupõe uma forma de se identificar as inferências (transições) “primitivamente coercitivas”, através de juízos que são “racionalmente não

³⁶ Que conceitos podem se relacionar de forma necessária e não constitutiva será, como veremos, um dos pontos centrais da argumentação de Fodor.

discricionários” (PEACOCKE, 1999, p. 17), e isso somente é possível através da submissão à possibilidade da distinção analítico/sintético:

A aceitação da teoria das condições de posse como uma explicação de conceitos e conteúdos envolve, de facto, um compromisso com algum análogo ao nível do pensamento da distinção analítico/sintético. O compromisso fundamental é com certos padrões distintos de possibilidade e impossibilidade epistêmica para alguém que possui plenamente um determinado conjunto de conceitos. (PEACOCKE, 1992, p. 244)

O problema, aqui, é que, desde que Quine (1951) apontou a obscuridade na realização dessa distinção, mostrando como tentativas de se explicar a analiticidade através de sinônimos, definições ou intercambialidade são circulares e pressupõem a própria noção de analítico, qualquer teoria definicional passou a enfrentar dificuldades em se afirmar sem recorrer a petições de princípio. $C = X$ é analítico, ou seja, uma verdade por definição, caso X seja parte constitutiva e sinônimo de C , porém, X é sinônimo de C se com C for intercambiável, logo, se significar C ; e X significa C se $X = C$ for uma verdade por definição, se for um juízo analítico. A questão é que não há como se compreender noções como significado, necessidade semântica, sinônimo e afins a não ser pela própria compreensão de analiticidade.

Fodor, seguindo os passos de Quine, pretende ilustrar como teorias definicionais que colocam tanto aspectos epistêmicos quanto semânticos nas condições de posse de conceitos são circulares. Não haveria problema em se dizer que “homem não casado \rightarrow solteiro” seja uma regra introdutória para SOLTEIRO, e que, por isso, “solteiro \rightarrow homem não casado” seja, para o mesmo conceito, uma regra eliminatória. Problemas começam a aparecer quando se busca identificar a captura de um conceito a partir da apreensão simultânea de ambas as regras (FODOR, 2004, p. 41), identificando papéis inferenciais com condições de posse. Fodor questiona se é possível que uma só pedra possa matar esses dois pássaros, afinal:

(...) o papel inferencial de um conceito tem a ver com quais dos argumentos em que está envolvido são válidos, ao passo que os conceitos que uma criatura possui dependem do estado mental em que se encontra. Em consequência, as restrições às formulações das condições de posse são, sem dúvida, bastante diferentes das restrições às definições implícitas. (FODOR, 2004, p. 42).

O erro das semânticas inferenciais estaria em misturar e confundir os aspectos necessários e constitutivos na relação entre conceitos. Que $\text{ÁGUA} = \text{H}_2\text{O}$ seja uma inferência necessária, isso diz respeito à verdade da proposição, agora, se for constitutiva, o que importa são as razões para aceitá-la. Sendo o “estado mental em que se encontra” um sujeito em relação a um conceito o de conhecimento ou crença, a avaliação sobre qualquer inferência pressupõe a posse de suas partes constituintes:

Aceitar ('p e q') se e somente se alguém aceitar 'p' e aceitar 'q', testemunha uma compreensão de CONJUNÇÃO apenas se sua *razão* para aceitar 'p e q' for que você acredita que p e [sic] q são ambos verdadeiros. Mas, aparentemente, ter *isso* como razão só é possível para uma mente que já possui o conceito de conjunção. (FODOR, 2004, p. 44)

Segundo Fodor, Peacocke, ao destacar na definição implícita de CONJUNÇÃO que esta é primitivamente coercitiva em virtude de sua forma, ilustra ainda mais seu caráter circular. Tal forma, se lógica, prescinde de tudo menos das próprias constantes lógicas, portanto, da própria conjunção: substituir “Manuela pula e o cachorro pula, logo, Manuela pula” por “ $P \ \& \ Q \rightarrow P$ ” não altera em nada a necessidade de compreensão prévia sobre a semântica conjuntiva. Se sintática, ou seja, em virtude da estrutura superficial e da ordem de seus elementos, a validade da inferência ainda assim dependeria de sua forma lógica, caindo, novamente, em circularidade: a aceitação de $P \ \& \ Q \rightarrow P$ não se dá pela forma ou ordem de suas partes, mas somente pelo reconhecimento do significado da conjunção. Portanto, visto que:

validade e similares não são propriedades sintáticas dos argumentos que as possuem (...) aceitar tais inferências como válidas em virtude da sua forma, não pode significar aceitá-las como válidas em virtude da sua sintaxe. (FODOR, 2004, p. 45)

Assim, caso essa circularidade impeça uma correta compreensão do que poderia ser algum tipo de distinção entre o analítico e o sintético, não haveria como se encontrar conexões conceituais constitutivas. Sem conexões constitutivas, não existem definições, e, sem definições, cai por terra a teoria clássica sobre conceitos (FODOR, 1998, p. 87).

2.2.2. Confiabilidade Empírica

Realizar inferências, porém, não seria a única habilidade disponível em uma abordagem pragmática sobre conceitos. Muitas atividades inferenciais podem estar ligadas a classificações observacionais prévias, onde, entre as condições de posse de um conceito C, estaria a capacidade de reconhecer e separar itens que estão ou não em sua extensão:

Suponhamos que um conceito seja de reconhecimento se e somente se: 1) for pelo menos parcialmente constituído pelas suas condições de posse; e 2) entre as suas condições de posse estiver a capacidade de reconhecer algumas coisas que se enquadram no conceito *enquanto* coisas que se enquadram no conceito. (FODOR, 2000, p. 35)

Algumas formas de empirismo são particularmente dependentes deste tipo de argumento transcendental, em que “se não fosse P, não poderíamos *saber* Q; de fato, sabemos Q, portanto, P”, ou, ainda, “se não fosse P, não poderíamos *dizer (ou pensar, ou julgar)* Q; de fato, dizemos (ou pensamos, ou julgamos) Q, portanto, P” (FODOR, 2000, p. 27). Assim, se

possuir VERMELHO é ser capaz de reconhecer coisas vermelhas e separá-las das não vermelhas, a simples experiência do vermelho demonstraria, por exigência conceitual, a existência de coisas vermelhas (FODOR, 2000, p. 36), negando o ceticismo e justificando inferências como VERMELHO \rightarrow COR. O mesmo, supostamente, valeria para qualquer conceito observacional.

Assim como a posse de conceitos puramente inferenciais possui condições de satisfação (vimos como CONJUNÇÃO pressupõe uma disposição em se julgar determinadas inferências como coercitivas), o mesmo se dá com conceitos de reconhecimento. Peacocke coloca entre as condições de VERMELHO que a percepção sensível do sujeito ocorra “em condições que ele tome por normais”, e onde seus “mecanismos perceptuais estejam funcionando corretamente” (PEACOCKE, 1992, p. 7). O problema é que, para que se respeite o desiderato da composicionalidade, “S é uma condição de satisfação para o conceito C se e somente se C herda S das condições de satisfação de seus conceitos constituintes” (FODOR, 2000, p. 37), ou seja, condições de satisfação devem compor entre si. Porém, conceitos constituídos por capacidades de reconhecimento possuem condições de satisfação que implicam noções de tipicidade e confiabilidade empírica, que, por sua vez, não são composicionais.

Tomemos, por exemplo, a tendência nas ciências cognitivas de identificar conceitos com representações mentais das características mais típicas, frequentes ou salientes de fatos e objetos. Aqui, a condição de satisfação é o conhecimento desses protótipos, que, agora, não dizem mais respeito a um conjunto de condições necessárias e suficientes para a posse, mas, sim, a “algum tipo de medida de tendência central das propriedades ou padrões das instâncias” (SMITH; MEDIN, 1981, p. 61). Descrições de uma classe deixam de ter o caráter de necessidade das definições e passam a ser um conjunto de informações estatísticas colhidas a partir do encontro com exemplares de uma categoria. Assim, ainda que galinhas, patos, avestruzes, pinguins e gaivotas sejam aves, uma lista de características mais salientes nos levaria a crer que AVE diz respeito a animais de pequeno porte, que voam, piam, vivem em árvores e se alimentam de insetos, sendo um pardal um exemplar prototípico.

Alguns problemas logo se destacam. O princípio da composicionalidade demanda que “seja o que for conteúdo, os constituintes devem ceder o seu aos seus anfitriões e os anfitriões devem derivar o seu dos seus constituintes” (FODOR, 1998, p. 106). Porém, em muitos casos, a instância mais típica de um conceito composto não é reconhecida a partir da composição das instâncias mais típicas de suas partes. PEIXE DE ESTIMAÇÃO, por exemplo, tem como

protótipo um peixe Betta em um aquário, enquanto os protótipos de PEIXE e DE ESTIMAÇÃO são, supostamente, tilápias em lagoas e cachorros, respectivamente. Em outro caso, o conteúdo prototípico de COLHER DE PAU não é totalmente derivado dos conteúdos de COLHER e DE PAU, pois, se colheres de pau são maiores em tamanho do que colheres comuns, essa informação não deriva das partes constituintes do conceito complexo, fazendo com que a posse de COLHER e DE PAU não seja suficiente para a posse de COLHER DE PAU, e, assim, com que “a explicação padrão da produtividade seja desfeita” (FODOR, 1998, p. 106). Portanto, se um conceito composto C possui entre suas condições de posse uma capacidade de reconhecimento, C não respeita o desiderato da composicionalidade, pois sua condição de satisfação é diferente das condições de satisfação de suas partes constituintes.

Isso não significa, de forma alguma, que protótipos, nos moldes postulados pelas ciências cognitivas, não existam, mas somente que não são entidades constituintes de conceitos, ou seja, que não podem fazer parte das condições de posse em uma teoria conceitual pragmática. Que teorias prototípicas tenham obtido grande sucesso na explicação de processos cognitivos, não há dúvida, afinal:

Os membros mais prototípicos das categorias superordenadas comuns, de nível básico e artificiais são aqueles que apresentam a maior semelhança familiar com outros membros de sua própria categoria e têm menos sobreposição com outras categorias. (ROSCH; MERVIS, 1975, p. 598-599)

E, como o nível básico é aquele “nível de abstração em que os cortes de categorias básicas no mundo podem ser feitos” (ROSCH; MERVIS, 1975, p. 577), teorias prototípicas são muito eficazes em explicar como classificamos e categorizamos o mundo exterior.

Porém, segundo Fodor, protótipos não compõem, portanto, se fazem parte da nossa vida mental, o fazem não enquanto estruturas constituintes de conceitos. As teorias prototípicas surgiram com o intuito de substituir o aspecto modal necessário de definições por certas contingências empíricas, mas o fizeram mantendo exigências epistêmicas tais quais as teorias definicionais que pretendiam superar. Afinal, se um conceito C possui condições de posse de reconhecimento cuja satisfação pressupõe o *conhecimento* de avaliações prototípicas, C é tão inferencial quanto qualquer outro conceito definicional, com a diferença que as inferências deixam de ser necessárias e passam a ser estatísticas (FODOR, 1998, p. 92). Possuir C, assim, é *saber* quais suas inferências mais prováveis em um ambiente de razoável confiabilidade empírica.

Dessa forma, tentativas de separar as inferências mais prováveis das menos prováveis terminam no mesmo tipo de circularidade das teorias definicionais, pois qualquer noção de

similaridade conceitual pressupõe uma noção prévia de identidade conceitual. Em relação à publicidade de protótipos, por exemplo:

(...) se conceitos são conjuntos de características, a similaridade dos conceitos será presumivelmente medida por alguma função que é sensível à quantidade de sobreposição dos conjuntos. Mas, então, as atribuições de características atômicas devem ser interpretadas como literais. Se a semelhança entre o seu conceito GATO e o meu depende (entre outras coisas) do nosso acordo de que '+ tem cauda' está em ambos os nossos pacotes de recursos, então a atribuição desse recurso a esses pacotes deve expressar um consenso literal; deve ser literalmente a propriedade de ter uma cauda que ambos pensamos literalmente que os gatos têm. (FODOR, 1998, p. 33)

Portanto, se duas pessoas possuem generalizações psicológicas em relação a gatos, é porque seus protótipos de GATO, em algum momento, revelam a identidade que expressa a capacidade de se pensar em gatos enquanto gatos, ainda que manifestando diferentes propriedades e em graus diferentes:

(...) a dimensão D pode representar graus de D-idade apenas em uma mente que possui o conceito de ser D. Você e eu podemos discutir se Nixon era simplesmente desonesto ou muito desonesto apenas se o conceito de ser desonesto for aquele que temos em comum. (FODOR, 1998, p. 34)

Assim, como a compreensão sobre identidades conceituais necessita de alguma forma de distinção analítico/sintético, conceitos de reconhecimento, se existirem, são, também, circulares. Portanto, uma capacidade de reconhecimento pressupõe algo, um critério³⁷, a partir do qual o ato de reconhecer será efetivado, devendo esse critério ser o próprio conceito. Afinal, se entre as condições de posse de um conceito está a capacidade de reconhecer entes que caem em sua extensão, o que diferenciaria conceitos coextensionais, ÁGUA e H₂O, por exemplo, senão “o que o agente ‘tem em mente’, em virtude do que ele classifica da maneira que o faz” (FODOR, 2004, p. 39)? Ou, ainda mais ilustrativo, sobre os conceitos QUADRADO e FORMA DE DIAMANTE:

É por isso que ele [aqui Fodor se refere a Peacocke] pode (mas eu não posso) observar sem constrangimento, por exemplo, que parte do que distingue QUADRADO de FORMA DE DIAMANTE é uma conexão constitutiva com 'experimentar (...) um objeto como simétrico em relação às bissetoras de seus ângulos'. A ‘experiência como’ é, obviamente, intencional, portanto, de acordo com as minhas regras (mas não as dele), ela não está disponível para individuar conceitos. (FODOR, 2004b, p. 106)

Tudo isso diz respeito à ideia de que conceitos complexos são compostos por partes primitivas que, por sua vez, são inatas ou adquiridas pela experiência a partir de algum tipo de inferência indutiva que trabalha com a confirmação de hipóteses: o problema é que confirmar

³⁷ “Se você alguma vez, mesmo na privacidade de sua própria casa, entre adultos consentidos, sussurrou, esperançosamente, a palavra "critério", então provavelmente até você pensa que existem conceitos de reconhecimento” (FODOR, 2000, p. 35)

a hipótese de que uma instância “x” cai sob um conceito C somente é possível se C já estiver envolvido na própria formação da hipótese. Afinal, qualquer pensamento discursivo supostamente construído a partir de avaliações sobre o conteúdo da percepção deve ser capaz de traduzir o bloco imagético e pictorial sob as diretrizes de um conceito. Isso porque a imagem de “x”, ao contrário do discurso sobre “x”, é um bloco homogêneo cujas partes são todas essenciais (FODOR, 2008, p. 173), e qualquer estado mental que recolha informações estatísticas sobre essa imagem só pode fazê-lo se, antes, esquematizar e determinar suas partes relevantes a partir de considerações do próprio estado mental em que se encontra o sujeito, ou seja, a partir de C. Em outras palavras, toda avaliação sobre conteúdos perceptuais exige um “representar como” prévio proveniente de esquemas conceituais. Para um estado perceptual ser traduzido em um estado mental com conteúdo prototípico, por exemplo, certas partes do conteúdo pré-conceitual imagético devem ser recolhidas e organizadas em listas de características através de um processo avaliativo sobre a similaridade entre vários exemplares de imagens, e, como vimos, avaliações de similaridade ocorrem a partir de avaliações prévias de identidade, que, por sua vez, são essencialmente circulares. A imagem de uma girafa só é o que é a partir de um intérprete que possua GIRAFA, pois aquilo que é dado³⁸ pela experiência sensível é somente uma “representação não conceitualizada aguardando conceitualização” (FODOR, 2008, p. 180).

Portanto, se um sujeito S possui um conceito C somente depois da satisfação de certas condições epistêmicas perceptuais sobre instâncias de “x”, S deve ter algum tipo de experiência direta e não conceitual com o conteúdo de “x” de modo que permita que somente alguns de seus aspectos sejam determinantes para o conteúdo de C. Como isso seria possível sem que “x” seja, de uma forma ou de outra, “representado como” algo, ou seja, já sob um ou outro conceito, não é de modo algum claro:

com efeito, não existe um princípio de distinção entre o domínio perceptivo e o domínio do pensamento. Sendo assim, o que é dado na experiência não pode ser o que justifica as crenças perceptivas. Esta linha de argumento é por vezes descrita como “neo-kantiana” (FODOR, 2008, p. 160).

Logo, em semânticas inferenciais, experienciar um objeto é sempre experienciar esse objeto já *como* algo: a intencionalidade é essencialmente epistêmica, ou seja, ela mesma em termos intencionais. Apesar de tudo isso, Peacocke nega expressamente que sua teoria seja pragmática (PEACOCKE, 2000, p. 328), embora não negue que tenha um caráter epistêmico

³⁸ Fodor usa “dado” no contexto do “Mito do Dado” de Wilfrid Sellars, e, principalmente, de pensadores por ele influenciados, como John McDowell. O argumento é que o conteúdo da experiência, se não conceitual, não pode justificar crenças; se conceitual, por sua vez, exige ele mesmo justificação.

(PEACOCKE, 2000, p. 334). Para ele, o que é constitutivo de um conceito se dá através da relação deste com “o pensador que possui o conceito, com o ambiente físico e social desse pensador e, possivelmente, com outros conceitos e estados mentais do pensador” (PEACOCKE, 2000, p. 329), sendo que esta relação é, na verdade, “uma forma de um princípio racionalista clássico, no sentido de que todas as relações racionais a posteriori baseiam-se, em última análise, em relações racionais a priori” (PEACOCKE, 2000, p. 334).

Mas, para Fodor, Peacocke é, sim, um exemplo paradigmático, e, o mais importante, contemporâneo, de uma teoria pragmática de conceitos, justamente por identificar condições de posse, conteúdos de conceitos e aspectos epistemológicos, negando que algum desses possua primazia sobre outros. Talvez seja esse o sentido de se “capturar” um conceito enquanto sentido fregeano, pois “Peacocke sustenta que é (muitas vezes) *a priori* a razão para se acreditar em algo” (FODOR, 2004b, p. 105). Fodor, ao contrário, pensa que é sempre *a posteriori*, pois “aprendemos qual é a razão de algo como parte do aprendizado de como o mundo funciona. Você não pode fazer P evidência para Q por estipulação; P deve ser uma evidência de Q *no mundo*” (FODOR, 2004b, p. 105)³⁹.

2.3. HOLISMO

A consequência de tudo que foi exposto é que, se um conceito é fechado, não há como se separar, em sua estrutura semântica, as inferências determinantes das não determinantes para a individuação de seu conteúdo. Além disso, protótipos e avaliações epistêmicas não compõem entre si, indo de encontro aos princípios da produtividade e sistematicidade mentais se considerados como condições de posse conceituais. Por esses e outros motivos, predominou, nas últimas décadas, a defesa de que o significado de uma palavra se dá somente no contexto de toda a linguagem, assim como o conteúdo de conceitos é apreendido somente no contexto de um sistema de crenças, um sentimento filosófico que vigorou desde a superação do verificacionismo do positivismo lógico, passando pela virada linguística e os “jogos de linguagem” de Wittgenstein, até as correntes epistemológicas coerentistas contemporâneas. Nas ciências cognitivas, algo similar ocorreu através da defesa de que certos conceitos exercem seus papéis psicológicos na forma de teorias sobre as categorias representadas:

Frequentemente, pensa-se que protótipos e representações exemplares representam características sem codificar informações sobre como essas características estão

³⁹ Como veremos, essa é uma das sutilezas do pensamento de Fodor: razões podem ser *a posteriori*, mas, ainda assim, não epistêmicas.

relacionadas. Em particular, omitem *relações causais e explicativas*: relações que oferecem explicações sobre porque a posse de uma característica ocorre simultaneamente com a posse de outra. (PRINZ, 2002, p. 77)

Ou seja, “conceitos são representações mentais estruturadas cuja estrutura consiste em suas relações com outros conceitos especificadas pelas teorias a que estão incorporados” (LAURENCE; MARGOLIS, 1999, p. 45), ou, ainda, “conceitos são como construções teóricas na ciência, como estas são entendidas pelos filósofos pós-empiristas” (FODOR, 1998, p. 113).

Assim, PÁSSARO não seria apenas uma imagem mental com informações estatísticas e de tipicidade, mas, principalmente, um elo com outros conceitos como ANIMAL, VÔO, ASA, e PENA, estabelecido a partir de um conhecimento de fundo de que alguns animais vertebrados com penas, bicos e asas são capazes de voar. DEMOCRACIA faria parte de uma rede inferencial com PODER, REPRESENTAÇÃO, MAIORIA e VOTO, não pela apreensão das partes necessárias e suficientes de alguma definição, mas pelo conhecimento teórico sobre um sistema de governo baseado na participação do povo, onde cidadãos detêm o poder através de representantes eleitos. Isso também explicaria características emergentes de conceitos complexos, como PEIXE DE ESTIMAÇÃO e COLHER DE PAU, pois ambos dependem de um vasto pano de fundo de crenças para sua apreensão, e, também, por qual motivo uma borboleta vice-rei não entra na extensão de BORBOLETA MONARCA, com base em crenças ontológicas, em uma espécie de “essencialismo psicológico” (PRINZ, 2002, p. 79).

Existem, aqui, duas possibilidades: conceitos como PRÓTON, AMIZADE, VIRTUDE e JADEÍTA, por exemplo, ou 1) são compreendidos somente se inseridos em um contexto amplo, mas delimitado, de interrelação com diversos outros conceitos ou 2) o significado é apreendido apenas dentro de todo o sistema linguístico e de crenças. Que a posse de um conceito possa ocasionalmente depender da posse do conjunto determinado de outros conceitos, o próprio Peacocke admite:

Numa vasta gama de casos, um conjunto de conceitos tem a propriedade de que se pode dar conta da posse de qualquer um dos seus membros apenas mencionando o que está envolvido na posse dos outros membros do conjunto (...) Os conceitos $F_1 \dots F_n$ são aqueles conceitos $C_1 \dots C_n$ que, para serem possuídos, o sujeito deve satisfazer a condição A ($C_1 \dots C_n$). (PEACOCKE, 1992, p. 10)

O problema é que esse “holismo local” só é possível a partir da delimitação do conjunto de inferências determinantes a partir de uma distinção analítico/sintética, afinal, se o conteúdo de uma crença P é determinado a partir de outras crenças diferentes de P, ou seja, de Q, “se P, então Q” deve ser analítico (FODOR; LEPORE, 1992, p. 24). Porém, como vimos, tal

distinção está fora de questão. Ao menos é isso que Fodor argumenta ao defender que qualquer tentativa de individuar conceitos a partir de uma noção “anatômica” de propriedades, ou seja, propriedades que são “metafisicamente dependentes” de outras, incorre em um holismo semântico completo (FODOR; LEPORE, 1992, p. 01).

Grosso modo, na incapacidade de se reconhecer as inferências determinantes para a individuação de um conceito C, resta a opção onde todas as inferências são determinantes para C, ou seja, “toda inferência envolvendo C é, *ipso facto*, uma condição de posse para C” (FODOR, 2004, p. 34). Isso não quer dizer que C seja indeterminado, mas que sua determinação exige uma coerência de C com todo um corpo de conhecimento de fundo do sujeito e entre sujeitos que compartilham C. Que a interseção semântica em um diálogo entre duas pessoas sobre ideias abstratas como democracia seja mínima, é plausível, porém, se conceitos forem mesmo holisticamente individuados, tais interseções serão raríssimas, senão inexistentes, mesmo entre conceitos mais concretos, impossibilitando a publicidade conceitual e generalizações intencionais, pois estas pressupõem que pensamentos e comportamentos são previsíveis a partir de uma conexão entre estados mentais e conteúdos intencionais:

(...) se a individuação de conceitos for literalmente relativizada a sistemas de crenças inteiros, então nunca duas pessoas, nem dois instantes de uma determinada pessoa, serão jamais subsumidas pelas mesmas generalizações intencionais, e as perspectivas de teorias robustas na psicologia intencional serão insignificantes. (FODOR, 1998, p. 114)

Essa abordagem holística sobre o conteúdo de pensamentos e suas frágeis relações com as propriedades de coisas e fatos do mundo está também por trás do antirrealismo e da popular ideia de incomensurabilidade entre paradigmas científicos, e, mais ainda, levou a questionamentos sobre a própria natureza de atitudes proposicionais e sobre a realidade e efetividade psicológica de conteúdos intencionais. Como já citamos brevemente, tanto eliminativistas como instrumentalistas defendem que, “já que não há leis intencionais, explicações intencionais não podem ser totalmente factuais” (FODOR; LEPORE, 1992, p. 14). Tampouco se pode tentar salvar os desideratos da publicidade e da existência de conteúdos intencionais com um apelo à ideia de que seria suficiente para o compartilhamento de conceitos que estes sejam apenas similares, pois, como já vimos, a noção de similaridade pressupõe a noção de identidade, necessitando, também, de uma distinção entre o analítico e o sintético.

Com isso, forma-se o cenário onde, sendo conceitos semanticamente estruturados, ou somente algumas partes são determinantes para seus conteúdos, ou todas as partes o são. No

primeiro caso, não há como se distinguir as partes determinantes das não determinantes, sendo, portanto, os conteúdos sempre indeterminados. No último caso, onde todas as partes são determinantes, o holismo impede a comunicação e é incapaz de explicar as generalizações intencionais. Resta uma última alternativa, onde nenhuma parte é determinante, pois sequer existem partes. Essa é a posição defendida por Fodor.

3. CARTESIANISMO CONCEITUAL

Parece, então, haver uma tensão inconciliável entre “vir a possuir” um conceito e “ser” um conceito. Por um lado, toda satisfação de certas condições de posse é um mergulho epistêmico introspectivo incapaz de explicar de forma definitiva como conceitos são, ao fim e ao cabo, individuados; por outro lado, como explicar o que um conceito é senão através da própria capacidade do sujeito de exercer epistemicamente sua posse? Resta, como única opção ante essa circularidade, uma rendição ao holismo e ao coerentismo?

O principal risco que se corre com uma visão pragmática sobre a posse e individuação de conceitos é que se caia em uma espécie de eliminativismo semântico: se tudo significa algo somente no contexto de todo um conjunto de pensamentos, ou, ainda, se a posse de conceitos está condicionada à satisfação de certas condições epistêmicas, nada possuiria significado além da existência mental, um tipo de “flerte com o idealismo” (FODOR, 2004, p. 31). Essa forma de entender o intencional é autorreferente e remete à noção de Brentano de que a intencionalidade é a marca do mental:

Todo fenômeno mental inclui algo enquanto objeto dentro de si, embora nem todos o façam da mesma maneira. Na apresentação algo é apresentado, no julgamento algo é afirmado ou negado, no amor amado, no ódio odiado, no desejo desejado e assim por diante. Esta inexistência intencional é característica exclusivamente dos fenômenos mentais. Nenhum fenômeno físico exhibe algo parecido. Podemos, portanto, definir os fenômenos mentais dizendo que são aqueles fenômenos que contêm intencionalmente um objeto dentro de si. (BRENTANO, 2009, p. 68)

A insistência filosófica e científica nessa postura, apesar do fracasso do molecularismo e das consequências irrealistas do holismo, se dá pela intuição de que “não há lugar para categorias intencionais numa visão fisicista do mundo; que o intencional não pode ser naturalizado” (FODOR, 1987, p. 97):

A preocupação com a representação é sobretudo que o semântico (e/ou o intencional) se mostre permanentemente recalcitrante à integração na ordem natural; por exemplo, que as propriedades semânticas/intencionais das coisas deixarão de sobreviver sobre suas propriedades físicas. O que é necessário para aliviar a preocupação é, portanto, no mínimo, o enquadramento de condições naturalistas para a representação. Ou seja, o que queremos, no mínimo, é algo da forma “R representa S” é verdadeiro sse C, onde o vocabulário no qual a condição C é formulada não contém expressões intencionais nem semânticas. (FODOR, 1984, p. 232)

Portanto, precisa-se de algo que quebre o cerco puramente mental da intencionalidade:

Se o semântico e o intencional são propriedades reais das coisas, deve ser em virtude de sua identidade com (ou talvez de sua superveniência?) propriedades que não são elas mesmas nem intencionais nem semânticas. Se o “ser sobre” é real, então deve ser realmente outra coisa. (FODOR, 1987, p. 97)

Essa “outra coisa” é a própria fisicidade do mundo. Reduzir o intencional ao não intencional é a meta daqueles que, temendo algum tipo de irrealismo semântico, buscam naturalizar a intencionalidade retirando-lhe sua característica intrínseca tradicional: ser um fenômeno exclusivamente mental. Deve-se, portanto, reconciliar a linguagem intencional com uma ontologia exclusivamente física, ou, em outro nível explicativo, reconciliar a psicologia popular com a psicologia científica.

Este capítulo irá inicialmente abordar a tentativa de Fodor de explicar como o intencional pode ser naturalizado através de uma teoria causal de conteúdos mentais, na qual um estado mental representa algo no mundo por ser causado por esse algo de maneira sistemática e regular. Diante de um impasse entre disjuntivismo e verificacionismo, Fodor encontra uma saída ao postular conteúdos cognitivos como processos mentais sobre a sintaxe de símbolos atômicos cujos conteúdos semânticos são determinados por uma covariação nomológica que, por sua vez, é sustentada por uma série de mecanismos de acesso. Por fim, deverá ficar claro o significado de seu cartesianismo conceitual e a primazia da semântica ante a epistemologia e a psicologia, onde possuir um conceito C significa ser capaz de pensar naquilo que cai em sua extensão, independentemente de quaisquer conjuntos de habilidades epistêmicas.

3.1. INTENCIONALIDADE NATURALIZADA

3.1.1. Representações Mentais

Para Fodor, o caminho para a naturalização da intencionalidade é o reconhecimento da existência no sujeito de algo que possa, ao mesmo tempo, ser objeto de processos mentais e semanticamente avaliável (FODOR, 2008, p. 93), independentemente de considerações epistemológicas prévias. “No sujeito” significa na mente enquanto algo fisicamente instanciado, não no mundo das ideias platônico ou dos sentidos fregeanos; “ao mesmo tempo” significa que aquilo pelo qual pensamos é aquilo que fornece significado ao pensamento. O argumento é que, como sequer estaria claro “o que poderia tornar a própria linguagem sistemática senão a sistematicidade dos pensamentos que ela é usada para expressar” (FODOR, 1998, p. 26), “tanto ontologicamente como em ordem de explicação, a intencionalidade das atitudes proposicionais é anterior à intencionalidade das línguas naturais” (FODOR, 1998, p. 7). E como “tanto ontologicamente como em ordem de

explicação, a intencionalidade das representações mentais⁴⁰ é anterior à intencionalidade das atitudes proposicionais” (FODOR, 1998, p. 7), pode-se dizer que “representações mentais são as portadoras primitivas do conteúdo intencional” (FODOR, 1998, p. 7). O que se busca, então, é uma recolocação ontológica e naturalização das próprias representações mentais. Formular condições de existência de representações sem o uso de expressões intencionais ou semânticas significa retirá-las daquele mundo mental de Brentano e colocá-las definitivamente na fisicidade corporal.

Uma dificuldade é que representações mentais podem ser realidades físicas e, ainda assim, permanecerem um fenômeno exclusivamente mental, visto que não há um compromisso com o dualismo na interpretação tradicional da intencionalidade. Todo o processo intencional pode acontecer em um ambiente físico e causal fechado dentro do próprio sujeito. Assim, o que a naturalização das representações mentais realmente exige é uma extrapolação da causalidade: representações mentais devem entrar em uma relação causal não somente entre si, mas também com uma realidade exterior ao indivíduo.

Mais ainda, essas representações devem ocorrer em um nível subpessoal, ou seja, não consciente, servindo de *inputs* em uma relação funcional que gerará atitudes proposicionais como *outputs*⁴¹. Ou seja, a intencionalidade continuará sendo um fenômeno mental, mas, agora, com seus conteúdos originados a partir de um processo representacional naturalizado. E, como o “ser sobre” de uma atitude proposicional depende do “ser sobre” de uma representação mental, pode-se concluir que a intencionalidade também é naturalizada nesse novo contexto.

Percebe-se, dessa forma, que a natureza de conceitos entendidos como representações mentais impõe limitações à natureza da arquitetura cognitiva que os comporta. Por esse motivo, conceitos altamente estruturados e que são individuados a partir de dados probabilísticos de tipicidade (p. ex. teoria prototípica) estão atrelados a representações mentais mais flexíveis condizentes com arcabouços teóricos connexionistas e dinamicistas, enquanto conceitos desestruturados ou individuados a partir de condições necessárias e

⁴⁰ “Uma vez que muito do que quero dizer sobre representações mentais inclui o que os empiristas disseram sobre Ideias, pode ser prático e piedoso falar de Ideias em vez de representações mentais. Mas não me proponho a fazê-lo. A ideia da Ideia está historicamente entrelaçada com a ideia de que as Ideias são imagens, e não quero assumir esse compromisso. Numa primeira aproximação, então, a ideia de que existem representações mentais é a ideia de que existem Ideias menos a ideia de que as Ideias são imagens” (FODOR, 1998, p. 8)

⁴¹ “O cerne da tentativa de reivindicação da psicologia popular por Fodor é uma teoria de estados e processos intencionais segundo a qual os estados intencionais são relações computacionais entre sentenças de uma linguagem do pensamento e os processos intencionais são processos computacionais que envolvem a manipulação de tais sentenças.” (CAIN, M. J. 2002, p. 20)

suficientes seriam representações fechadas e coesas e que funcionam de forma mais apropriada como símbolos dentro do funcionalismo computacional. Conceitos do primeiro tipo explicam melhor eventos cognitivos de baixo nível, como percepção, habilidades de reconhecimento e controle motor, já os do segundo tipo são mais adequados à compreensão de atividades cognitivas de alto nível, como inferências simbólicas. Essa “lacuna em nossa compreensão dos sistemas cognitivos reais” (ELIASMITH, 2013, p. 4) indica a necessidade de um maior entendimento sobre os conceitos que fundamentam a cognição e o tipo de representações mentais por eles tornadas possíveis. É por esse motivo que Fodor afirma que “o coração de uma ciência cognitiva é sua teoria de conceitos” (FODOR, 1998, p. vii).

Assim, de maneira geral:

Para qualquer organismo O, e qualquer atitude A em relação à proposição P, existe uma relação R ('computacional'/'funcional') e uma representação mental RM tal que:

RM significa que P, e

O tem A sse O leva R a RM. (FODOR, 1987, p. 17)

Embora Fodor tenha preferência pelo computacionalismo como arquitetura cognitiva, R pode ser qualquer tipo de operação, desde que atue sobre RM. O fundamental é que o sujeito O somente possui uma atitude proposicional A⁴² em virtude da intencionalidade da representação mental RM, que deve significar a proposição P, e “RM significa que P” à medida que os conceitos contidos em P satisfaçam uma certa “avaliação semântica”, ou seja, levem às representações mentais conteúdos corretamente individuados:

(...) aplicações de conceitos são suscetíveis de “avaliação semântica”: afirmações, ou pensamentos, de que um determinado conceito se aplica a uma determinada coisa são sempre suscetíveis de avaliação em termos semânticos como satisfeito/insatisfeito, verdadeiro/falso, correto/incorrecto e assim por diante. (FODOR, 1998, p. 24)

O local exato da relação causal que interessa à naturalização da intencionalidade está em “RM significa que P”, pois, como vimos, RM pode significar P em virtude de fornecer a P seu conteúdo, subsumindo uma realidade exterior X. Assim, “RM significa que P sse X causar RM” (GILAITIS, 2014, p. 29). Assim, “Manuela acredita que a morte é o oblívio”, pois, nela, algumas representações mentais foram causadas por morte e oblívio, e não por outras coisas quaisquer, ou seja, adquiriram seus conteúdos de forma específica o suficiente para que pudessem ser operadas de forma coerente por determinados procedimentos mentais geradores de, no caso, crenças e, porventura, outros comportamentos. Portanto, tanto na ordem ontológica quanto na explicativa, é a natureza da individuação de MORTE e OBLÍVIO, além

⁴² Fodor é um realista em relação às atitudes proposicionais.

de outros conceitos lógicos⁴³, que vem em primeiro lugar para a compreensão de como atitudes proposicionais podem ser significativas.

3.1.2. Covariação Nomológica E Informação

O pensamento de que nossas representações mentais concordam com a realidade através de uma covariação causal com o ambiente é antigo. Locke já afirmava que a realidade das ideias reside:

(...) na correspondência constante que elas têm com as constituições distintas dos seres reais. Mas se respondem a essas constituições enquanto causas ou padrões, não importa; basta que sejam constantemente produzidas por elas. E assim as nossas ideias simples são todas reais e verdadeiras, porque respondem e concordam com os poderes das coisas que as produzem nas nossas mentes. (LOCKE, 1997, p. 335)

Em um contexto naturalizado, a covariação ocorre entre um determinado padrão de organização cerebral e um estado de coisas do mundo. Importante destacar que uma representação mental R refere-se a um objeto X quando X regularmente instancia R. Fodor retoma a teoria informacional de Fred Dretske (1981), onde a relação semântica fundamental entre dois eventos é a transferência de informação, para ilustrar esse ponto:

A noção de informação de Dretske é fundamentalmente a de correlação contrafactual: eventos do tipo 'A' carregam informação sobre eventos do tipo A na medida em que o último tipo de eventos é causalmente responsável, de forma confiável, por eventos do primeiro tipo. (FODOR, 1987, p. 103)

Ou seja, a covariação causal é, na verdade, uma covariação nomológica, do tipo: R significa X quando “X causa R” é uma lei. A primeira vantagem é que leis podem englobar relações de regularidade causal e dizem respeito a propriedades, não a indivíduos concretos. Por isso, dizer que “é uma lei que X causa R” é o mesmo que dizer que “existe uma relação nômica entre a propriedade de ser X e a propriedade de causar R”. Então, sendo a relação nômica não necessariamente atual, podendo existir somente em potencialidade, pode-se dizer que “Se X fosse o caso, R seria o caso”.

Assim, R significa X se e somente se X covariar nomologicamente com R. O problema é que, nessa interpretação, podemos estabelecer uma espécie de mundo pansemântico, onde tudo pode significar tudo, visto que o significado de R pode ser disjuntivo. Por exemplo: R pode covariar tanto com cavalos como com vacas pretas à noite, o que faz com que R signifique, de fato, a disjunção “cavalo ou vaca preta à noite”. Se, nessa situação, um indivíduo formar a crença de que está vendo um cavalo quando na verdade o

⁴³ Como, entre outros, conectivos lógicos: conjunções, disjunções, condicionais, etc.

objeto de percepção é uma vaca preta à noite, não haverá aqui erro, pois qualquer elemento da disjunção cai no significado de CAVALO.

3.2. TEORIA CAUSAL BRUTA E ADENDOS

Com isso em mente, Fodor fornece a versão do que ele chama de “teoria causal bruta” (TCB, daqui em diante): “um símbolo expressa uma propriedade se for nomologicamente necessário que todas e apenas as instâncias da propriedade causem tokenizações do símbolo” (FODOR, 1987, p. 100). Em outras palavras, R significa X se e somente se todo X e somente X causar R. O problema é que, se antes havia o risco pansemântico, diante da impossibilidade de erro em casos disjuntivos, agora há o risco de que nada possa ter significado, pois há a necessidade de exclusão completa de qualquer possibilidade de erro. CAVALO, por ser causado tanto por cavalos quanto por vacas pretas à noite, não significaria nada, visto que a condição para CAVALO significar cavalos é que todo cavalo e somente cavalos causem R.

A implicação da fórmula acima deve ser entendida à luz da distinção realizada por Paul Grice (1957) entre significado natural e significado não natural. Uma coisa significa naturalmente outra quando há uma relação de implicação sem espaço para falsidade. Por exemplo, fumaça em uma floresta intocada, F, naturalmente significa fogo, porque, nessas condições, se há F, há fogo. Ou seja, F significa naturalmente fogo se e somente se todo fogo e apenas fogo regularmente causar F. A questão é que uma teoria causal de conteúdos mentais deve dar conta do fato de que a mente humana atribui significado não natural às coisas, ou seja, sua intencionalidade é essencialmente passível de cometer erros.

3.2.1. Robustez

Fodor realiza então um primeiro adendo à sua TCB: a relação causal deve dar espaço à robustez característica das representações mentais. R é robusta quando significa X mesmo incluindo entre suas causas algo diferente de X. Ou seja: alguns $\neg X$ causam R, mas, ainda assim, R significa X. A cláusula da robustez é essencial para que uma teoria causal consiga atribuir valor semântico autêntico além de uma pura implicação de significado natural:

O cerne de uma teoria teleológica é a ideia de que “em circunstâncias normais” os *tokens* de um símbolo só podem ter um tipo de causa – a saber, o tipo de causa que fixa o significado. (Normalmente, apenas as vacas causam “vacas”, segundo a história teleológica.) Mas, certamente isso subestima o que se poderia chamar de *robustez* do significado: na verdade, os *tokens* de “vaca” são causados de diversas maneiras, e todos significam vaca apesar disso. (FODOR, 1994, p. 90-91)

Porém, o que faz “X causa R” ser uma lei é o fato de haver uma relação nômica entre as propriedades de X e a propriedade de causar R. Logo, a partir do momento em que Y também possa causar R, haverá uma relação nômica entre as propriedades de Y e a propriedade de causar R, portanto, “Y causa R” também poderá ser uma lei. Assim, se R covaria nomologicamente com toda propriedade que tem o poder de causar R, R covaria com X e Y.

Dessa forma, se a robustez é necessária para a adequação da TCB à atribuição de significado não natural inerente ao ser humano, traz consigo e reforça o problema da disjunção. Fodor vai chamar uma representação mental disjuntiva de “selvagem”, por sua relutância em se prender a apenas um referente, e vai definir sua TCB da seguinte forma: R significa X sse todo X causar R e toda instanciação de R que for causada por um $\neg X$ for selvagem. (FODOR, 1987, p. 110). Uma representação será selvagem quando eventualmente for causada por propriedades não determinantes para seu conteúdo. A propriedade de ser um cavalo é determinante para CAVALO, ao contrário da propriedade de ser uma vaca preta à noite, ainda assim, sob determinadas condições não favoráveis, vaca preta à noite causa CAVALO.

3.2.2. Teoria Da Dependência Assimétrica

O problema é que, como vimos no capítulo anterior, a distinção entre causas determinantes e não determinantes não pode depender de avaliações epistêmicas do sujeito onde a representação selvagem ocorre, devendo, portanto, haver algo inerente a uma relação nômica significativa que a torne distinta de todas as demais. Um primeiro passo em direção à resolução dessa questão é a compreensão de que o problema da disjunção é, na verdade, uma confusão entre informação e significado. A informação é etiológica e onipresente; o significado é sincrônico⁴⁴ e robusto. CAVALO carrega consigo informações sobre tudo aquilo com o qual fielmente covaria, em uma relação causal. Mas, CAVALO significa somente “cavalo”, ainda que tenha sido causado por vacas pretas à noite. Assim, uma teoria acurada sobre a natureza dos conteúdos mentais deve, acima de tudo:

(...) explicar como o significado de um símbolo pode ser insensível à heterogeneidade das causas (reais e possíveis) de seus tokens, ainda que, por um lado, o significado deva de alguma forma ser reduzido à informação e, por outro lado, a informação varie com a etiologia. (FODOR, 1994, p. 90)

⁴⁴ A distinção entre significado sincrônico e diacrônico será aprofundada no próximo capítulo.

O fato de FUMAÇA implicar fogo não é o mesmo que FUMAÇA significar fogo; FUMAÇA significa apenas fumaça, “significando naturalmente” fogo apenas em uma relação de natureza nomológica, e não metafísica, onde FUMAÇA pode até conter informações e covariar sobre fogo, mas o faz somente por, primitivamente, significar “fumaça”:

Tokens de “fumaça” carregam informações sobre fogo (quando são causados pela fumaça causada pelo fogo). Mas eles não *significam* fogo porque a sua dependência do fogo depende assimetricamente da sua dependência da fumaça. Quebre a conexão *fogo* → *fumaça* e a conexão *fumaça* → "*fumaça*" permanecerá intacta; o fato de usarmos “fumaça” em situações em que há fogo não depende de a fumaça carregar informações sobre o fogo. Mas quebre a conexão *fumaça* → "*fumaça*" e a conexão *fogo* → "*fumaça*" também será quebrada; nosso uso de "*fumaça*" em situações em que há fogo depende de "*fumaça*" transportar informações sobre a fumaça. (FODOR, 1994, p. 93)

Dessa forma, Fodor realiza outro adendo à sua TCB: uma lei não é determinante para o conteúdo de uma representação mental quando depende assimetricamente de outra lei qualquer.

A versão formal da teoria da dependência assimétrica é: para qualquer Y não igual a X, se Y causa R então Y causar R é assimetricamente dependente de X causar R. A natureza da assimetria é que se X não causasse R, Y também não causaria, já se Y não causasse R, X continuaria a causar. Em termos nomológicos, quebrar a lei “X causa R” (Lei X) quebra também a lei “Y causa R” (Lei Y), mas quebrar a Lei Y não quebra a Lei X⁴⁵. A Lei X é “resiliente”, pois é aquela da qual todas as outras dependem.

Voltando a vacas e cavalos. Se cavalo não fosse capaz de causar CAVALO, vaca preta à noite também não poderia causar CAVALO, já se vaca preta à noite não causasse CAVALO, cavalos continuariam a causar CAVALO. Ocasionalmente, Fodor explica a dependência em termos contrafactuais: no mundo possível mais próximo onde cavalos não causam CAVALO, vacas pretas à noite também não causam, mas no mundo possível mais próximo onde vacas pretas à noite não causam CAVALO, cavalos continuam a causar.

Assim, a teoria causal de conteúdos mentais de Fodor ganha a seguinte forma:

1. “X causa R” é uma lei;
2. Alguns $\neg X$ causam R;

⁴⁵ “Quebrar uma lei”, nesse contexto, significa anular a relação nômica que a sustenta, ou seja, anular a conexão fiável entre a instância de uma propriedade e o surgimento de uma representação mental correspondente. “Ao pensar sobre estas afirmações, é essencial ter em mente que “quebrar a ligação entre Xs e ‘X’s” é sempre uma abreviação de “quebrar a ligação entre a propriedade em virtude da qual Xs causa ‘X’s e a propriedade de ser uma causa de ‘X’s” (FODOR, 1994, p. 102).

3. Para qualquer Y não igual a X, se Y causa R então Y causar R é assimetricamente dependente de X causar R;
4. A dependência assimétrica é sincrônica (não diacrônica).

O ponto (1) diz respeito à covariação nomológica e informacional; o ponto (2) estabelece a robustez do significado; o ponto (3) supera o problema da disjunção ao distinguir informação e significado através de uma dependência assimétrica entre ambos; o ponto (4) destaca que o significado, ao contrário da informação, não possui natureza etiológica, mas contrafactual: ainda que X nunca tenha, de fato, causado R, se fosse o caso de X, seria o caso de R, mesmo que, ocasionalmente, R tenha sido originalmente causada por algum $\neg X$ (ADAMS, 2003, p. 150-151; FODOR, 1987, p. 109).

3.2.3. Natureza Da Relação De Dependência

A questão é que uma representação significa um estado de coisas em uma relação nômica entre propriedades, ou seja, R significar X é uma relação entre a propriedade de ser X e a propriedade de causar R. Quando duas leis, Lei X e Lei Y, causam R, isso significa que tanto X quanto Y compartilham da propriedade de causar R, ou seja, X e Y compartilham entre si uma mesma propriedade. Quando cavalo e vaca preta à noite causam CAVALO, isso quer dizer que os dois possuem a propriedade de uma certa aparência cavalariça. Devemos lembrar que CAVALO é uma certa organização cerebral subpessoal e inconsciente, portanto, não possui natureza semântica em si a não ser o fato de covariar com um estado de coisas externo. Se, tanto a propriedade cavalariça de cavalo quanto a de vaca preta à noite causam CAVALO, qual a razão da lei “cavalo causa CAVALO” ser mais resiliente que a lei “vaca preta à noite causa CAVALO”?

A resposta contrafactual de Fodor parece insuficiente. No mundo possível mais próximo onde X não causa R, Y também não causa, mas, no mundo possível mais próximo onde Y não causa R, X continua a causar. Mas o que isso ajuda na solução do problema apontado acima? Afinal, a forma de se avaliar uma relação causal em termos contrafactuais é através de uma comparação de similaridade entre o mundo real e mundos possíveis. O mundo possível mais próximo é o que tem menos mudanças em relação ao mundo real. A questão é que, no mundo real, X e Y causam R pelo fato de compartilharem entre si uma certa propriedade, Z⁴⁶, que covaria com a propriedade de causar R. Em qualquer mundo possível

⁴⁶ CAVALO, por exemplo, covaria com cavalos e vacas pretas à noite por, na verdade, covariar com a propriedade de uma certa aparência “cavalariça”.

próximo, Z causa R, pois quebrar a Lei Z é nomologicamente impossível, portanto, em qualquer mundo possível mais próximo, a Lei X (X causa R por possuir Z) e a Lei Y (Y causa R por possuir Z) são simétricas, quebrar uma significa quebrar a outra, pois significa quebrar a correspondência entre Z e R.

Para ilustrar outra fragilidade da dependência assimétrica, segue um exemplo adaptado de Robert Cummins (1995, p. 60-61). A teoria de Fodor exige que sejam atribuídos valores de verdade fixos aos seguintes contrafactuais, lembrando que X e Y causam R por compartilharem uma certa propriedade Z:

- 1) Se X não causasse R, Y também não causaria (V)
- 2) Se Y não causasse R, X também não causaria (F)

Cummins inicia pela avaliação de (2). Para que seu antecedente seja verdadeiro, ou (a) Z não causa R, ou (b) Y não possui Z. A opção (a) não é possível, pois se Z não causa R, X também não causa, tornando (2) verdadeiro. Resta então (b), pois o fato de Y não possuir Z não significa que X não possua, tornando (2) falso. Sobre a avaliação de (1), para que seu antecedente seja verdadeiro, ou (c) Z não causa R, ou (d) X não possui Z. A opção (c), embora torne (1) verdadeiro, torna (2) também verdadeiro, pois é igual a (a), contrariando os requisitos. A opção (d), por sua vez, torna (1) falso, pois o fato de X não possuir Z não significa que Y não possua. Logo:

Parece que a única maneira de ter (1) verdadeiro e (2) falso é empregar regras diferentes para avaliá-los: Use (b) para avaliar (2) e (c) para avaliar (1). Os mundos possíveis nos quais (1) é verdadeiro e (2) é falso não são os mesmos mundos possíveis. Dito de outra forma, não existe uma interpretação única que torne (1) verdadeiro e (2) falso. (CUMMINS, 1995, p. 61)

Diante disso, aponta Paul Boghossian (2008), pode-se adotar o princípio da caridade e encontrar uma interpretação favorável que forneça algum sentido à teoria da dependência assimétrica. Chamemos de “base da dependência assimétrica” aquela lei da qual todas as outras leis dependem. Suponha que uma representação R possua como causas X e Y. Em uma distribuição em mundos possíveis próximos, é suficiente, para X ser base de uma dependência assimétrica, que existam mundos onde todo X e somente X cause R, mas não existam mundos onde um $\neg X$ cause R. Ou seja, R significa X se e somente se, no mundo possível mais próximo, todo X e somente X causar R.

Nessa perspectiva, o argumento de Fodor torna-se circular: para que R atribua significado não natural a X, ou seja, para que R não signifique X se e somente se todo X e somente X causar R, Fodor adiciona a cláusula da robustez, fazendo com que alguns $\neg X$

causem R. Para explicar a robustez, é adicionada outra cláusula, a teoria da dependência assimétrica, onde a natureza da dependência só pode ser explicada referindo-se a um mundo possível onde todo X e somente X pode causar R. A superação da TCB, nesse sentido, pressupõe uma versão da própria TCB.

Assim, para que, nesse mundo possível mais próximo, todo X e somente X cause R, deve-se excluir todas as possíveis causas nomologicamente indistinguíveis de R. Esta é uma exigência forte de verificação, pois deve-se sair do âmbito da relação nomológica entre a propriedade de X e a propriedade de causar R para entrar em uma investigação da natureza do que faz X ser diferente de qualquer $\neg X$. Tal investigação sai do espaço subpessoal e inconsciente onde as representações devem covariar com o mundo em uma teoria naturalizada da intencionalidade.

Portanto, a teoria causal do conteúdo de Fodor se encontra em um dilema: ou adota o verificacionismo e abandona o naturalismo, ou mantém o naturalismo e aceita que o significado é essencialmente disjuntivo e não pode ser atribuído corretamente.

3.3. CONTEÚDOS COGNITIVOS

Sendo assim, o fato de certas propriedades sustentarem uma relação nômica entre mente e mundo não é suficiente para explicar como representações mentais podem ter seus conteúdos corretamente individuados, o que parece demolir as pretensões puramente referencialistas da semântica informacional. Referentes distintos podem compartilhar uma propriedade qualquer e causar representações mentais semelhantes, p. ex. ÁGUA quando covaria com XYZ e H₂O ou CAVALO com cavalos e vacas pretas à noite. Da mesma forma, um mesmo referente pode ter suas propriedades apreendidas de formas diversas causando representações mentais distintas, p. ex. ESTRELA DA MANHÃ e ESTRELA DA NOITE em covariação com Vênus. Essa constatação de que a distinção entre representações mentais disjuntivas ou correferenciais só pode ser realizada a nível cognitivo nos coloca em um impasse, pois, como vimos, considerações epistêmicas de conteúdos cognitivos são incapazes de explicar a individuação e posse de conceitos por serem circulares.

Fodor insiste que alguma espécie de teoria causal de conteúdos mentais deve ser mantida em nome da desejada naturalização da intencionalidade, porém, como ele mesmo admite, “a individuação do conteúdo não pode ser tudo o que existe para a individuação do conceito” (FODOR, 1998, p. 15). O que está na mente do sujeito parece ser, de alguma forma,

indispensável. Aqui, aponta Fodor, deve ser feita uma clara distinção entre leituras transparentes e opacas de contextos intencionais. No primeiro caso, a referência independe de conteúdos cognitivos, ou seja, o significado está no referente, e substituições entre termos coextensivos são sempre válidas. No segundo caso, conteúdos cognitivos determinam a referência, pois o significado está no conteúdo de estados mentais, e substituições entre termos coextensivos não são sempre válidas.

Para o pragmatismo conceitual, “habilidades são anteriores às teorias (...). A competência é anterior ao conteúdo. Em particular, *saber como* é o estado cognitivo paradigmático e é anterior a *saber que* na ordem da explicação intencional” (FODOR, 2008, p. 10). A questão é que se “saber como”, ou seja, “seguir uma regra R”, for entendido de forma transparente, poder-se-ia dizer que Manuela acredita que H₂O mata a sede ainda que possua apenas ÁGUA, ou seja, o fato de Manuela saber como conceitos exercem seus papéis em redes inferenciais seria algum tipo de reação pré-conceitual ao conteúdo da experiência, onde “o pensamento é de alguma forma contínuo com comportamentos reflexivos⁴⁷. (Esta é uma espécie de ideia de que o pensamento é a internalização do comportamento⁴⁸)” (FODOR, 2008, p. 13):

você está disposto a seguir R se estiver disposto a seguir qualquer regra equivalente a R; por exemplo, você estaria disposto a seguir as regras de introdução/eliminação para “e” se estivesse disposto a raciocinar de acordo com sua tabela de verdade. Mas a leitura transparente de “seguir R” é certamente demasiado fraca para o propósito do pragmatista, que, lembre-se, é definir “e”, não apenas definir “equivalência a “e”.” (FODOR, 2008, p. 38)

Ou seja, sob o risco de se cair em um behaviorismo radical, “o raciocínio de acordo com regras não é suficiente para o raciocínio que segue regras. Repito para dar ênfase: você não está seguindo R a menos que R seja o objeto intencional de um de seus estados mentais” (FODOR, 2008, p. 38).

O que nos leva a uma leitura opaca de “saber como” ou “seguir uma regra R”. Aqui, Manuela acreditar que H₂O mata a sede é possível somente se souber, a nível cognitivo, que ÁGUA e H₂O participam, pelo menos às vezes, das mesmas inferências. O problema é que isso exige:

⁴⁷ Ou, em outras palavras, se Manuela sabe como usar ÁGUA para inferir que H₂O mata a sede, mesmo não tendo um conceito explícito de H₂O, poderíamos dizer que seu conhecimento é pré-conceitual. Isso significaria que seu pensamento seria mais próximo de uma reação automática do que de um processo consciente.

⁴⁸ Isso é o que Fodor chama de “definição-em-uso” (FODOR, 2008, p. 32). Peacocke, por exemplo, afirma que certas definições implícitas são coercitivas justamente por terem seu significado capturado através do papel exercido por conceitos em inferências válidas. Como afirma Fodor: “Talvez você não consiga dizer se suas crenças são verdadeiras, mas, certamente, você pode dizer se seus planos foram bem-sucedidos. Muitas vezes, *dói* quando não são” (FODOR, 2008, p. 10).

uma interpretação de 'seguir R' tal que, embora não seja transparente, seguir R não requiera uma *apreensão* (conhecer R; compreender R; tanto faz). Caso contrário, voltaremos precisamente ao tipo de análise que os pragmáticos querem evitar; nomeadamente, o tipo que entende “sabe como” em termos de “sabe que”, em vez do contrário. (FODOR, 2008, p. 38)

Porém, para Frege, neofregeanos e pragmatistas conceituais em geral, ou seja, para todos aqueles que, mesmo que inadvertidamente, em última instância fazem uso de semânticas inferenciais, é necessário justamente um tipo de *apreensão*: conceitos individuam além da referência pois sujeitos são capazes de capturar sentidos objetivos e abstratos quando da satisfação de certas condições relativas aos modos de se pensar um referente, ou seja, aos seus modos de apresentação. Entendendo-se, por exemplo, que sentidos são papéis inferenciais apreendidos através do conhecimento, ainda que implícito, de definições, teríamos que:

x é a estrela da manhã se e somente se *x* for o maior corpo celeste visível além do Sol e da Lua pela manhã, e *x* é a estrela da noite se e somente se *x* for o maior corpo celeste visível além do Sol e da Lua à noite. Esses conjuntos distintos de condições convergem para um único objeto, o planeta Vênus. Temos conteúdos cognitivos distintos com um referente comum. Os casos da Terra Gêmea recebem tratamento semelhante. Meu sócio da Terra Gêmea e eu podemos ter um conceito ÁGUA que é definido como o líquido claro em rios e riachos. Referem-se a diferentes substâncias nos nossos respectivos planetas, mas os conceitos são semelhantes. (PRINZ, 2002, p. 38).

Nessa apreensão, não se deve permitir “que diferentes MDAs [modos de apresentação] possam corresponder ao mesmo conceito, nem (...) que um MDA possa corresponder a um conceito de mais de uma maneira” (FODOR, 1998, p. 19), pois isso impossibilitaria a individuação pretendida. Apreender uma instância “*x*” sob o modo de apresentação “*y*” é possuir e capturar seu sentido ou conceito *Y*; apreender a mesma instância “*x*” sob o modo de apresentação “*z*” é possuir e capturar outro sentido ou conceito, *Z*. É por esse motivo que se pode dizer que o sentido determina a referência: tudo aquilo que é compreendido em uma expressão (ou em um pensamento) se esgota naquilo que foi capturado pelo sentido, ou seja, por seu modo de apresentação. Assim, para cada conceito, existe um e apenas um modo de apresentação a ser capturado, pois é a própria apreensão do modo de apresentação que determina o conceito, e, por isso mesmo, a referência. Portanto, deve existir uma correspondência exata entre modo de apresentação e conceito (FODOR, 1998, p. 19), o que ocorre através da satisfação das condições necessárias e suficientes de sua posse.

Dessa forma, e esse é o dilema do pragmatismo, se, em uma leitura transparente, “saber como” não é um saber, mas uma resposta comportamental, em uma leitura opaca, onde tudo que se apreende são modos de apresentação de referentes, exige-se uma semântica inferencial para a satisfação de condições de posse que, como vimos anteriormente, é

essencialmente circular. Ou seja, no final das contas, “adotar uma explicação disposicional do seguimento de regras não salvará uma teoria da semântica do papel inferencial da acusação de que ela implica uma explicação circular da posse de conceitos” (FODOR, 2008, p. 39).

Semânticas inferenciais acreditam haver uma espécie de papel duplo em modos de apresentação, pois 1) sentidos fixam referências, 2) leituras transparentes são apenas abstrações de leituras opacas⁴⁹, e 3) representação (representar) e individuação (representar como) são dois lados da mesma moeda. Por esse motivo, pensam que sentidos são “algo que possa tanto apresentar referentes ao pensamento quanto individualizar pensamentos; (...) um tipo de modo de apresentação garantido de possuir apenas uma alça” (FODOR, 1998, p. 19). Percebe-se, dessa forma, que o cerne da questão está em se tratar conteúdos cognitivos, ou seja, aqueles responsáveis pela fixação da referência, também como uma espécie de referentes a serem apreendidos e capturados, ou, em outras palavras, como afirma Fodor, confundir semântica com psicologia:

É uma péssima ideia confundir psicologia com semântica: psicologia trata do que se passa nas cabeças. A semântica trata das relações constitutivas entre as representações e o mundo (entre as representações e o que elas representam). (FODOR, 2008, p. 88)

Separar o semântico do psicológico exige, em primeiro lugar, uma distinção em nossos processos mentais de fenômenos transparentes, ou seja, que “representam”, e fenômenos opacos, que “representam como”. Para Fodor, “se MDAs conseguem individualizar conceitos e referentes não, isso deve ser porque MDAs são objetos mentais e referentes não” (FODOR, 1998, p. 19). Ou seja, somente a opacidade deve ser um fenômeno psicológico, liberando a transparência para ser exclusivamente semântica e a intencionalidade para ser naturalizada. Assim:

MDAs devem funcionar como *veículos* do pensamento, e entreter um MDA significa usá-lo para apresentar ao pensamento aquilo do qual o MDA é um modo de apresentação; é pensar *com* o MDA, não pensar *sobre* ele. (FODOR, 1998, p. 18)

Ao dizer que um modo de apresentação não é pensado, mas sim aquilo através do qual se pensa, Fodor desloca ontologicamente conteúdos cognitivos (ou sentidos) de entes objetivos e abstratos a serem capturados para objetos mentais, mais precisamente, representações mentais. Porém, se o conteúdo de representações mentais se esgota na covariação nomológica com o ambiente, o que, como visto, é incapaz de diferenciações entre

⁴⁹ Vênus não seria o referente comum de ESTRELA DA MANHÃ e ESTRELA DA NOITE, e VÊNUS é somente mais um modo de apresentação de algo no mundo. Pode-se pensar em um referente comum a todos esses conceitos somente ao se “abstrair de uma ou outra leitura opaca (...) isto é, ignorando o modo de representação numa especificação de um conteúdo representacional” (FODOR, 2008, p. 178).

representações correferenciais, como elas poderiam exercer qualquer papel cognitivo senão através de um “saber como” introspectivo?

3.3.1. Atomismo Informacional

A resposta de Fodor para essa pergunta é que, a partir do momento em que modos de apresentação são entidades mentais, por isso mesmo estão:

disponíveis para serem causas proximais de processos mentais; e é plausível que pelo menos alguns objetos mentais sejam diferenciados pelos tipos de processos mentais que causam; ou seja, eles são funcionalmente diferenciados. (...) Então não é de surpreender que haja apenas uma maneira de uma mente considerar cada MDA: uma vez que, nesta suposição ontológica, MDAs funcionalmente equivalentes são, *ipso facto*, idênticos, a questão ‘Qual MDA você está considerando?’ e a questão ‘Em qual estado funcional está sua mente quando você o considera?’ são obrigadas a obter a mesma resposta (FODOR, 1998, p. 19-20).

O que Fodor está dizendo é que atitudes proposicionais e processos mentais são causados por entidades mentais representativas, e que, quando diferentes, é porque causados por entidades também distintas. Porém, essa sensibilidade de estados e processos sobre objetos mentais não pode ser de natureza semântica, pois isso seria uma leitura opaca cuja saída é sempre epistêmica e circular: “crer que P” seria diferente de “crer que Q” porque o sujeito seria capaz de saber que os conteúdos P’ e Q’ são diferentes, ou seja, satisfizes suas respectivas condições de posse. Assim, a distinção deve ser sintática, somente sobre as formas das entidades mentais. A “forma” de uma representação mental é qualquer propriedade que a torne diferente de outras representações ante a sensibilidade de processos mentais. Por isso, pode-se dizer que *tokens* de representações mentais “são de *tipos* diferentes quando diferem nas propriedades (presumivelmente físicas) às quais os processos mentais são sensíveis” (FODOR, 2008, p.79).

Nesse sentido, o formato de uma representação mental deve ser inequívoco, ou seja, de uma espécie que não dependa de uma análise estrutural interna, como a que acontece em semânticas inferenciais. Portanto, a sensibilidade de processos mentais deve ocorrer sobre a sintaxe de entidades mentais atômicas, ou seja, não moleculares, cujas formas são herdadas exclusivamente das relações nômicas com o ambiente que as originam. Fodor chama de fórmulas em Mentalês para os *tokens* dessas representações mentais, que funcionam como uma espécie de símbolos dentro de uma linguagem do pensamento, possuindo conteúdo semântico e cuja sintaxe condiciona as computações mentais de que participam. Assim, resumidamente, se, em um organismo O, acreditar que P e acreditar que Q são atitudes diferentes, isso se deve não por uma avaliação semântica introspectiva de O sobre os conteúdos das representações P’ e Q’ contidas em P e Q, mas sim porque P’ e Q’ possuem

poderes causais distintos ao possuírem formas distintas por covariarem diversamente com o mundo, resultando, finalmente, em processos mentais também distinguíveis.

Por esse motivo, Fodor propõe uma teoria chamada “atomismo informacional”, que une semântica informacional e atomismo conceitual:

Proponho, portanto, que descartemos as versões padrão de TRM [teorias representacionais da mente] e consideremos, em seu lugar, uma doutrina que chamarei de Atomismo Informacional. (AI, para abreviar.) AI tem uma parte informacional e uma parte atomística. A saber:

—Semântica informacional: o conteúdo é constituído por algum tipo de relação nômica mente-mundo. Da mesma forma, ter um conceito (possuir um conceito) é constituído, pelo menos em parte, por estar em algum tipo de relação nômica mente-mundo.

—Atomismo conceitual: a maioria dos conceitos lexicais não tem estrutura interna. (FODOR, 1998, p. 121)

“Descartar versões padrão de TRM” significa superar a ideia de que o ato de representar ocorre sempre em contextos opacos, ou seja, é sempre representar algo *como* esse algo, vale dizer, já individuado. Como vimos, isso é circular e exige posse prévia de conceitos. Uma leitura transparente, ao contrário, é pré-conceitual e em função somente do referente. Por isso, seria suficiente, diz Fodor (2008, p. 179):

se pudéssemos imaginar, mesmo que aproximadamente, como X pode representar Y sem representar Y como se enquadrando em um conceito ou outro. Isso seria representação sem individuação de acordo com a atual linha de pensamento.

Em covariações nomológicas, ou seja, a partir do momento em que “uma representação R expressa a propriedade P em virtude de ser uma lei que coisas que são P causam tokens de R” (FODOR, 1998, p. 12), pode-se dizer que R carrega informações de P, onde “carregar informação” é transparente, ao contrário de “representar como”, que é opaco, afinal, a informação contida em uma representação mental independe de qualquer tipo de interpretação (FODOR, 2008, p. 180). Se X e Y são conceitos correferenciais a P, pode-se dizer que “X carrega informações sobre P” possui o mesmo valor de verdade que “Y carrega informações sobre P”. Isso exaure tudo que há de se falar sobre os conteúdos de X e Y. No mais, por não possuírem estrutura interna, ou seja, por serem ou unidades atômicas primitivas ou um complexo composto de unidades atômicas, é suficiente para a distinção entre X e Y que suas formas sejam percebidas distintamente por processos mentais de natureza computacional.

Não é difícil perceber como isso resolveria imediatamente alguns problemas de Frege, que seriam, a princípio, falsos problemas. Deve-se observar que o Mentalês seria uma espécie de linguagem do pensamento por, assim como as línguas naturais, possuir partes

semanticamente interpretáveis que, quando combinadas, determinam a semântica da estrutura complexa da qual participam. Mas não só isso, “uma das coisas que um conceito constituinte (...) contribui para seus hospedeiros são suas condições de posse” (FODOR, 2008, p. 59). Assim, duas representações mentais complexas correferenciais, mas que diferem em suas estruturas sintáticas, possuem, por isso mesmo, condições de posse distintas. Um sujeito pode possuir ESTRELA DA MANHÃ mesmo desprovido de NOITE, e ESTRELA DA NOITE mesmo sem possuir MANHÃ, ou seja, pode possuir um desses conceitos ainda que não possua o outro, o que explica como podem existir estados e processos mentais referentes a somente um dos conceitos, ainda que ambos sejam correferenciais. “Assim, atribuições do primeiro estado podem ser verdadeiras para uma mente, ainda que as atribuições do último estado não o sejam.” (FODOR, 2008, p. 63).

Porém, de acordo com Fodor, os verdadeiros problemas de Frege surgem não em relação a conceitos complexos cujas diferenças estruturais revelam diferentes condições de posse, mas com conceitos atômicos básicos que, por não possuírem constituição interna, não podem ser distintos dessa maneira⁵⁰. Como um referencialista puro poderia explicar o fato de Manuela acreditar que Gandalf é velho, mas não acreditar que Mithrandir é velho, se ambos possuem o mesmo conteúdo intencional C^{51} ? A resposta, como vimos, é que representações mentais contendo C podem ser distintas a partir do momento que $C(\text{GANDALF})$ e $C(\text{MITHRANDIR})$ possuem poderes causais diversos na mente do sujeito justamente por serem sintaticamente distinguíveis por processos computacionais:

A TCM [teoria computacional da mente] corta os estados mentais de forma mais fina do que a mera psicologia de atitudes proposicionais. Isso ocorre porque a TCM distingue os poderes causais dos estados mentais sempre que eles são *tokens* de representações mentais de tipos distintos, mesmo que os conteúdos semânticos das representações tokenizadas sejam os mesmos. (FODOR, 2008, p. 70).

Mas, é possível que representações mentais herdem suas formas sintáticas da relação semântica que o sujeito estabelece com os sentidos (p. ex., fregeanos) que captura, ou seja, em última instância, computações mentais seriam sintaticamente sensíveis, mas semanticamente fundadas⁵². Para que Fodor possa defender que unicamente “a sintaxe pode fazer o que os

⁵⁰ “Assumirei que os candidatos mais plausíveis para conceitos básicos são aqueles expressos por nomes monomorfêmicos de indivíduos (daí, suponho, CÍCERO e TULLY, mas não, talvez, *SUPERMAN*); e assumirei que os conceitos expressos por nomes monomorfêmicos de tipos também são básicos, incluindo não apenas os tipos naturais (ESTRELA, ÁGUA, ALAVANCA), mas também os tipos cotidianos, como GRAMA e CARBURADOR” (FODOR, 2008, p. 66-67).

⁵¹ Destacando que GANDALF e MITHRANDIR, enquanto símbolos da linguagem do pensamento, não possuem forma ortográfica ou fonológica.

⁵² “Se apenas as propriedades não-semânticas são explicadas, onde está a explicação das propriedades intencionais? Parece que na concepção não-semântica da computação, apenas as características não-semânticas

sentidos tradicionalmente deveriam fazer; isto é, pode distinguir representações coextensivas” (FODOR, 2008, p. 61), primeiro deve explicar, de forma não epistêmica, como representações mentais correferenciais podem ser sintaticamente distintas exclusivamente a partir das relações nômicas e informacionais entre mente e mundo. Afinal, se X e Y são coextensivos a “q” pois covariam com suas propriedades distintas “q1” e “q2”, essa covariação distinta entre propriedades que espelha a própria distinção sintática entre X e Y não pode ser de origem semântica (p. ex., ESTRELA DA MANHÃ quando covaria com a propriedade de ser a estrela mais brilhante no amanhecer e ESTRELA DA NOITE quando covaria com a propriedade de ser a estrela mais brilhante ao anoitecer). Da mesma forma, se X covaria com a propriedade “z” compartilhada entre “q” e “p”, qualquer posterior separação de X em dois conceitos sintaticamente distintos X e Y não pode ser semanticamente realizada (p. ex., ÁGUA, quando covaria com a propriedade de ser o líquido transparente que mata a sede, mas que pode ser inferencialmente distinto como H₂O e XYZ).

3.3.2. Acesso Semântico

Retomando a teoria de conteúdos mentais de Fodor, “cão' e CÃO significam *cão* porque 'cão' expressa CÃO, e os tokens de CÃO se enquadram em uma lei segundo a qual estão (ou estariam) consistentemente entre os efeitos da caninidade⁵³ instanciada” (FODOR, 1998, p. 75). Assim, se “adquirir um conceito é ficar nomologicamente ancorado à propriedade que o conceito expressa” (FODOR, 1998, p. 125), cães causam CÃO pois caninidade causa CÃO é uma lei. Como vimos, essa causalidade deve ser entendida como uma covariação nomológica de natureza contrafactual, ou seja, “Xs covariam nomologicamente com o conceito C quando, *ceteris paribus*, Xs causam tokens de C em todos os mundos possíveis próximos onde se possui esse conceito” (PRINZ, 2002, p. 241). Aqui, a cláusula *Ceteris Paribus* destaca a complexidade das leis que subjazem tais covariações, que são, até certo ponto, tendências sob condições específicas, como acontece com as ciências especiais:

se existem tais leis que criam significado, elas certamente não poderiam ser básicas. Ou, dito de outra forma, se existe uma ligação nômica entre a caninidade e a causação de tokens de CÃO, então deve haver um processo causal cuja operação medie e sustente esta ligação. Ou, dito de uma terceira forma, se a semântica informacional está certa sobre a metafísica do significado, deve haver mecanismos

dos estados intencionais poderiam ser explicadas. Se as condições explicativas da explicação computacional envolvessem conteúdos, ainda poderia haver algum espaço de manobra - talvez as condições explicativas pudessem garantir as propriedades relacionais corretas necessárias para que o estado intencional tenha o conteúdo que tem (PEACOCKE, 1994, p. 304).

⁵³ Tradução livre de *doghood*.

em virtude dos quais certas estruturas mentais (juntamente com as neurais) “ressoam” à condição de cão (FODOR, 1998, p. 75).

Fodor chama de “mecanismos de acesso semântico” quaisquer processos que sustentem a natureza nômica de covariações entre *tokens* de representações mentais e certas propriedades do mundo. Sem acesso semântico, ou seja, sem aquilo que torna possível *pensar* algo, não existe acesso epistêmico, aquilo que nos faz *saber* algo: é por haver uma consistência informacional entre cães e CÃO que criaturas que compartilham estruturas de acesso semântico formam uma comunidade que possui pensamentos sobre cães. E é a consistência, agora em outro nível explicativo, entre cães e pensamentos sobre cães que torna possível qualquer tipo de justificação epistemológica (FODOR, 1998, p. 75-76).

Esses mecanismos podem ser de natureza psicológica, fisiológica, tecnológica e, como são filogeneticamente compartilhados, de natureza também cultural:

Para alguns conceitos haverá mecanismos de sustentação em termos de transdutores neurologicamente especificados, mas a maioria dos conceitos requer mecanismos de sustentação que assumem a forma de processos inferenciais (LAURENCE; MARGOLIS, 1999, p. 63).

Assim, possui VERMELHO quem possui mecanismos fisiológicos adequados à percepção da cor vermelha; possui CÃO quem encontrou exemplares de cães e reuniu informações de tipicidade para o reconhecimento de várias instâncias de cães; possui GATO quem apenas ouvindo um miado infere a presença de gatos a partir de um conhecimento de fundo; possui MITOCÔNDRIA quem observou mitocôndrias em microscópios, ou, ainda, quem apenas ouviu o testemunho de biólogos e especialistas; possui DEMOCRACIA quem se ancora a certas propriedades do mundo através de um arcabouço teórico; e assim por diante. Nota-se, portanto, que mecanismos de acesso semântico são epistêmicos, subjetivos e intencionais.

Porém, e Fodor não poderia ser mais enfático, não se deve confundir a metafísica de conceitos com suas condições de possibilidade⁵⁴. Para ele, todas essas informações extras de mecanismos de acesso semântico não são constitutivas dos conteúdos de representações mentais, que são, exclusivamente, unidades atômicas primitivas (ou um complexo destas) que não dependem da articulação com quaisquer outros conceitos, esgotando sua natureza na covariação nomológica com propriedades instanciadas no mundo:

É *que* suas estruturas mentais conseguem ressoar com a *caninidade*, e não *como* suas estruturas mentais conseguem ressoar com a *caninidade*, que é constitutivo da posse de conceitos de acordo com a visão informacional (FODOR, 1998, p. 76).

⁵⁴ Há alguns elementos neo-kantianos na argumentação de Fodor, como ele mesmo admite (FODOR, 2008, p. 169, p. 181)

O elo formado entre *tokens* de representações mentais de um leigo com estrelas e o mesmo elo formado por um astrônomo podem até ser sustentados por mecanismos de acesso semântico diversos, mas isso não quer dizer que ambos não possuam ESTRELA; é apenas que ESTRELA (leigo) e ESTRELA (astrônomo) são sintaticamente diversos e, por isso mesmo, entram em inferências cognitivas também diversas nos sujeitos que as possuem. Mas nada disso importa para a metafísica de ESTRELA, que é o fato de tornar possível o pensamento sobre estrelas e não sobre outras coisas quaisquer:

Com efeito, defendendo uma visão *funcionalista* da metafísica da referência (...) A referência exige correlações confiáveis entre coisas no mundo e símbolos na cabeça, mas não se importa (muito?) com quais mecanismos causais sustentam tais relações; em princípio, os mecanismos que correlacionam *tokens* de instâncias da representação mental 'C' com coisas na extensão de C podem perfeitamente diferir de *token* para *token*. O truque, ao naturalizar a referência, é manter as correlações mente-mundo enquanto quantificamos o que quer que as sustentem (FODOR, 2008, p. 143).

Assim, no atomismo informacional, ÁGUA pode ser considerado disjuntivo e se referir a H₂O ou XYZ somente enquanto sua sintaxe resultar de covariações nômicas sustentadas por mecanismos de acesso semântico puramente fenomênicos, ou seja, que ressoam a certas propriedades no mundo somente em relação a seus efeitos sobre nós, e não em relação aos efeitos que propriedades exercem sobre si (FODOR, 1998, p. 152). Isso ocorre, pois, em um primeiro momento, o contato com o mundo é meramente fenomenológico, de uma consciência que se esgota na aparência e não em suas essências subjacentes, afinal, “um ‘conceito de tipo natural’ pode ser o conceito de um tipo natural, ou pode ser um conceito de tipo natural *enquanto tal* (ou seja, o conceito de tipo natural *como* tipo natural)” (FODOR, 1998, p. 155). Portanto, acessos semânticos podem perfeitamente cumprir o papel de sustentarem a natureza de certas dependências assimétricas:

Tomemos, por exemplo, o caso em que um cientista aprende sobre XYZ e consegue distingui-lo de H₂O. Neste caso, embora no cientista sejam causados *tokens* de ÁGUA tanto por H₂O quanto por XYZ, este último está sujeito ao tratamento normal de erro. Em outras palavras, a conexão XYZ/ÁGUA é assimetricamente dependente da conexão H₂O/ÁGUA. A assimetria é evidenciada pelo fato de que o cientista, caso saiba que uma amostra é XYZ, deixa de aplicar ÁGUA a ela, mas não o contrário (MARGOLIS, 1999, p. 558).

Fodor se pergunta se Homero possuía conceitos de tipos naturais: em uma leitura transparente, sim, pois Homero possuía ÁGUA e água é um tipo natural; em uma leitura opaca, não, pois não passava pela cabeça de Homero a noção de que água apresenta uma essência e uma microestrutura escondidas (FODOR, 1998, p. 155). De qualquer forma, ÁGUA sempre independe de quaisquer outros conceitos para sua posse, a diferença está

somente se os mecanismos de acesso semântico que sustentam suas covariações nomológicas ressoam com propriedades superficiais ou microestruturas escondidas:

até que tivéssemos (...) os conceitos que se agrupam em torno de TIPO NATURAL, provavelmente não haveria como nos ligarmos à ÁGUA a não ser da maneira que Homero fez e as crianças e os animais fazem; a saber, através das propriedades metafisicamente acidentais, mas nomologicamente necessárias da água. Mas agora temos uma teoria que nos diz o que é a água, e estamos ligados à água através da nossa aceitação dessa teoria. A ciência descobre essências, e fazer ciência liga-nos assim a tipos naturais enquanto tais (FODOR, 1998. p. 158).

Da mesma forma, qual surpresa para aquele que acreditava ser a estrela da manhã bela e a estrela da noite feia ao ir além de mecanismos de acesso semântico superficiais e, assim, descobrir que ambas são um mesmo planeta, Vênus. O que está realmente por trás do fato de ESTRELA DA MANHÃ e ESTRELA DA NOITE serem conceitos complexos com condições de posse distintas são suas covariações nômicas com propriedades superficiais e indiretas de Vênus: sua aparência ao amanhecer e ao anoitecer.

Tudo isso pareceria muito trivial senão pela insistente lembrança de Fodor de que não se deve confundir semântica com epistemologia, ou seja, todos esses mecanismos que sustentam acessos semânticos possuem necessidade empírica, não metafísica (FODOR, 1998, p. 79), dizendo respeito à engenharia de como certas covariações podem ser mantidas por leis que resultam na forma sintática de representações mentais, e que, de modo algum, implicam “restrições constitutivas nem sobre o conteúdo do conceito, nem sobre as condições para possuí-lo” (FODOR, 1998. p. 80). E, visto que grande parte desses mecanismos de acesso é perceptual ou formada por inferências a partir de percepções, “se a semântica informacional estiver perto de estar certa, o Empirismo está morto” (FODOR, 1998, p. 80).

3.3.3. Aprendizado E Aquisição

A defesa feita por Fodor de conceitos entendidos como unidades atômicas acontece por diversas frentes: em primeiro lugar, conceitos moleculares ou holísticos são circulares, não compartilháveis, ou ambos; em segundo lugar, somente representações mentais desestruturadas podem ser objeto da sensibilidade sintática de computações mentais, respeitando-se, ao mesmo tempo, individuações além da referência e os princípios produtivos e sistemáticos da mente. Porém, há aqui um possível revés: conceitos sem estrutura semântica interna são primitivos, e, por não poderem ser fundados sobre noções de confiabilidade empírica, não podem ser aprendidos, sendo, à primeira vista, inatos.

O problema é que, no atomismo informacional, o que vale para QUANTIDADE, NÚMERO, BEM, DEUS etc., deve valer também para DESODORANTE, FÉRIAS, BRÓCOLIS, MAÇANETA e quaisquer outros conceitos primitivos. Nenhum mecanismo de acesso semântico que sustente a lei maçaneta/MAÇANETA pode fazer parte da constituição, individuação e posse de MAÇANETA, o que significa que, sem critérios de induções empíricas ou inferenciais, MAÇANETA não poderia, a princípio, ser aprendido. Eric Margolis, analisando casos de tipos naturais, apresenta uma possível solução para que se escape desse inatismo radical:

o presente modelo de aquisição de conceitos pode ser suficiente para moderar parte da resistência ao atomismo conceitual. Isto ocorre porque o modelo não implica que os próprios conceitos de tipos naturais sejam inatos. Em vez disso, conceitos individuais de tipos naturais são aprendidos através da exploração de um mecanismo que é responsável pela aquisição de toda uma classe de conceitos (MARGOLIS, 1999, p. 564).

O que Margolis está dizendo é que o aprendizado de mecanismos de acesso semântico através dos quais se dá a aquisição conceitual implica o aprendizado dos próprios conceitos a quem dão sustentação. Entende-se, assim, que o contato com vários exemplares de cachorros e o aprendizado sobre tendências e informações de tipicidade são suficientes para que se aprenda CACHORRO, ou seja, para que certos *tokens* de representações mentais sejam do tipo CACHORRO, ainda que CACHORRO seja atômico. Ou, ainda, que o aprendizado de um sistema teórico físico seja suficiente para que BURACO NEGRO seja aprendido.

A questão, aqui, segundo Fodor, é uma indevida indistinção entre aprendizado e aquisição conceituais: “eu uso *aquisição* conceitual para qualquer processo que resulte na obtenção de um conceito. Eu uso *aprendizado* conceitual para uma espécie de aquisição de conceitos” (FODOR, 2008, p. 132). Mais precisamente, aprender um conceito é uma espécie epistêmica de aquisição, realizada através de inferências indutivas, existindo outras muitas maneiras pelas quais conceitos podem ser adquiridos, entre elas, mecanismos de acesso semântico. Portanto, o erro de Margolis estaria em afirmar que o aprendizado de um mecanismo de sustentação suficiente para a aquisição de um conceito implica o aprendizado do próprio conceito. Aquisição e aprendizado são coisas diferentes (FODOR, 2008, p. 144):

Se você adquire um conceito aprendendo uma teoria, então algo é aprendido (ou seja, a teoria) e algo é (meramente) adquirido (ou seja, o conceito); mas o que é aprendido não é (meramente) adquirido e o que é (meramente) adquirido não é aprendido. Adquirir o conceito C é ancorar-se na propriedade que Cs têm em comum; e tais ancoragens podem ser mediadas por teorias (FODOR, 2008, p. 144).

Assim, outra distinção deve ser realizada, dessa vez entre aquilo que não é aprendido e aquilo que é inato. O fato de ÁGUA não ser aprendido não faz desse conceito inato, pois é

adquirido através da aprendizagem de, por exemplo, alguma teoria sobre a essência da água ou de informações de tipicidade que permitem categorizar água pela sua aparência. Por sua vez, VERMELHO não é aprendido, mas adquirido pela existência de um aparato sensorial, esse sim inato, fazendo com que, em muitos casos de natureza perceptual, o inatismo conceitual seja uma espécie de nativismo sobre mecanismos de acesso semântico:

tudo o que precisa ser inato para que VERMELHO seja adquirido são quaisquer mecanismos que determinem que coisas vermelhas nos atinjam como nos atingem; o que quer dizer que tudo o que precisa ser inato é o sensorio. Isso vale, *mutatis mutandis*, para MAÇANETA, se ser uma maçaneta é como ser vermelho: o que deve ser dado inatamente para nos ancorar à maçaneta são quaisquer mecanismos necessários para que maçanetas nos atinjam como tais (FODOR, 1998, p. 142).

Aqui, MAÇANETA equipara-se a VERMELHO no sentido que ambos são dependentes da mente humana, ou seja, não é que exista um aparato fisiológico inato específico para o reconhecimento de maçanetas, o que seria bastante implausível, mas, assim como acontece com as cores, é suficiente para a aquisição de vários conceitos uma certa disposição sensorial humana para receber e organizar quaisquer informações contingentes que o ambiente possa oferecer. Nesse sentido, tal “modelo tem um sabor kantiano distinto. Explica a aquisição de uma série de conceitos tendo como pano de fundo uma disposição para ver o mundo em termos de uma categoria humana distinta” (MARGOLIS, 1999, p. 564). A aquisição de MAÇANETA pode ser um processo por etapas que vai da aprendizagem da definição ostensiva de maçanetas e da formação de seus estereótipos até a obtenção definitiva do conceito (FODOR, 2008, p. 151):

- Estado inicial → (P1) → formação de estereótipo → (P2) → ancoragem (=obtenção do conceito) (FODOR, 2008, p. 151).

O importante é que, por mais que P1 possa ser um processo psicológico de inferência estatística, P2 deve ser um “processo neurológico confiável, mas não intencional” (FODOR, 2008, p. 151), de natureza “subintencional e subcomputacional” (FODOR, 2008, p. 152). No final, o conceito resultante desse processo não será constituído por qualquer informação de P1, seja ela sobre exemplares, estereótipos ou teorias: o conceito adquirido em P2 será simplesmente a possibilidade de pensar algo do mundo, ou seja, realizar computações sobre representações mentais cujas sintaxes resultam da ancoragem às propriedades expressadas pelo conceito.

3.4. CARTESIANISMO CONCEITUAL

Então, para a teoria representacional da mente de Fodor, conceitos seriam unidades atômicas, ou seja, sem estrutura semântica interna, individuados em última instância pela relação que o sujeito estabelece com suas sintaxes enquanto representações mentais que covariam com o ambiente de acordo com leis sustentadas por mecanismos de acesso semântico. Tais mecanismos não são, nem poderiam ser, constitutivos de conceitos, pois isso seria inverter a ordem entre epistemologia e semântica, erro cometido por toda uma tradição pragmática e de semânticas inferenciais. O que vale para que um sujeito S possua um conceito C é a existência de representações mentais cujos conteúdos são determinados quando ancorados nomologicamente a certas propriedades P de um objeto intencional O, tornando possível que S pense sobre O, e, posteriormente, que S conheça O. Como Fodor aponta, tanto em ordem explicativa quanto em ordem cronológica, a individuação (semântica) tem primazia sobre a posse (psicologia/epistemologia).

É por esse motivo que pouco importa *como* sujeitos diferentes pensam instâncias “x”: é *que* sujeitos possam pensar “x” das mais variadas formas que expressa a posse do conceito X. “Para Helen Keller⁵⁵, não foi a percepção visual que sustentou a relação significativa cão-CÃO. No entanto, ela e eu, cada um à sua maneira, podemos satisfazer as condições para a posse de CÃO” (FODOR, 1998, p. 76). Se informações empíricas e contingentes fossem constitutivas de CÃO, não somente a comunicação, mas o próprio pensamento sistemático e produtivo sobre cães seria prejudicado. O que é necessário e metafisicamente relevante para CÃO é que pessoas diferentes possam pensar de formas diferentes, mas semanticamente coerentes, sobre a caninidade.

Fodor não acredita que o pragmatismo conceitual seja *necessariamente* falso, porém, a partir do princípio básico de que “o conteúdo de uma representação mental é o seu referente, e o que fixa esse referente é o caráter das suas conexões causais com o mundo” (FODOR, 2008, p. 216), não devem existir muitas ideias de filósofos e cientistas cognitivos que uma versão “séria, naturalizável e computacional da TRM” não seja capaz de refutar (FODOR, 2008, p. 220). Para ele, deve ficar para o passado a noção de que a aquisição de conceitos é uma espécie de aquisição de crenças, pois “crenças são construções a partir de conceitos, e não o contrário” (FODOR, 2008, p. 139). Durante séculos, semântica, psicologia e epistemologia foram indevidamente confundidas, o que levou as ciências e a filosofia a mergulharem em

⁵⁵ Helen Adams Keller (1880 – 1968), surda e cega desde os primeiros meses de vida, foi uma acadêmica e escritora norte-americana.

algum tipo de idealismo ou irrealismo. Semântica deve ser somente aquilo pelo qual pensamos o que pensamos, o conteúdo de conceitos. Psicologia deve ser somente como pensamos o que pensamos, a forma de conceitos. Epistemologia, como resultado das anteriores, é como sabemos que pensamos o que pensamos, ancorada no fato de que conceitos derivam seus conteúdos e formas da relação nômica entre mente e mundo.

Essa separação entre estados semânticos, psicológicos e epistêmicos é o cerne do cartesianismo conceitual de Fodor, que é uma espécie de racionalismo causalmente conectado ao mundo exterior. Ainda que o “papagaio morto⁵⁶” do pragmatismo tenha sido vendido através das mais variadas tentativas de justificação epistemológica, é somente através do atomismo informacional, onde conceitos são símbolos atômicos (não dependem do reconhecimento de inferências com outros conceitos) e amodais (não constituídos por informações de modalidades sensoriais), que crenças, desejos e outras atitudes proposicionais podem não ser banidas, mas definitivamente recolocadas dentro da realidade caracteristicamente física e humana.

⁵⁶ Jerry Fodor faz, aqui, referência à sketch “Dead Parrot”, do grupo de comédia britânico Monty Python, onde um comerciante vende um papagaio morto e se recusa a admitir ao cliente que há algo de errado com o animal, oferecendo todo tipo de desculpa para justificar a venda.

4. NEOEMPIRISMO CONCEITUAL

Como apontou Anthony Kenny (KENNY, 2006, p. xiii):

Hobbes e Locke fundaram uma escola de empirismo britânico em reação ao racionalismo cartesiano, mas os pressupostos que partilhavam com Descartes eram mais importantes do que as questões que os separavam. Foi necessária a genialidade de Kant para reunir, na filosofia do entendimento humano, as diferentes contribuições dos sentidos e do intelecto que haviam sido divididas e distorcidas tanto pelos empiristas quanto pelos racionalistas.

Kenny enfatiza que, na abordagem moderna, tanto a razão quanto a experiência são necessárias para a aquisição de conhecimento. Racionalistas reconhecem a importância da experiência no fornecimento de matéria-prima para o pensamento, enquanto os empiristas reconhecem o papel da razão na organização e interpretação de dados sensoriais. Na prática, a distinção entre racionalismo e empirismo é, muitas vezes, confusa, o que levou filósofos a desenvolverem posições com nuances que vão além dessa dicotomia tradicional.

O pragmatismo conceitual do século XX, por exemplo, defende que conceitos são individuados a partir da satisfação de suas condições de posse, sejam elas inferenciais, de reconhecimento ou ambas. Porém, como vimos, a satisfação dessas condições é sempre circular, pois pressupõe, em última instância, que o conceito em questão seja previamente individuado, o que reforçaria o cartesianismo conceitual fodoriano. Segundo Fodor, deve sempre haver a anterioridade metafísica e explicativa da individuação de conceitos.

Mas, e se a única forma de explicar o atomismo conceitual for através de um conjunto de capacidades e habilidades? Enquanto o pragmatismo contemporâneo explora nuances e vai além da mera oposição entre empirismo e racionalismo, gerando, como antítese, o cartesianismo de Fodor, parece agora haver uma síntese entre cartesianismo e pragmatismo, que, como mostra Prinz no início deste capítulo, possuem fronteiras muito pouco delimitadas⁵⁷. Em primeiro lugar, o atomismo conceitual revela, em suas entrelinhas, uma neutralidade em relação à ontologia de representações mentais; em segundo lugar, as sintaxes de símbolos do Mentalês parecem ser semanticamente determinadas.

O capítulo segue mostrando como a inversão de conceitos como meros indicadores para conceitos como os próprios detectores é possível a partir da nova abordagem de sistemas de símbolos perceptuais, de Lawrence Barsalou, que permite superar a antiga ideia de representações com origem na experiência sensível como um simples conjunto de imagens

⁵⁷ Síntese e antítese, aqui, sem conotações hegelianas.

holísticas. Logo após, mostraremos como Prinz, inspirado no pensamento de Barsalou, vai construir sua teoria dos *proxytypes*, que seriam simulações na memória de trabalho a partir de esquemas de representações baseadas na percepção.

4.1. METAFÍSICA DA REFERÊNCIA E NEUTRALIDADE VEICULAR

De acordo com Jesse Prinz (2005, p. 933), “a teoria da referência de Fodor é, na verdade, mais adequada ao empirismo”. O que sustenta essa afirmação é, antes de tudo, o fato de que a semântica informacional nos parâmetros impostos pelo cartesianismo conceitual é totalmente neutra sobre a ontologia exigida às representações mentais. Para se compreender isso, retomemos a formulação da teoria de conteúdos mentais de Fodor, onde X e Y são instâncias no mundo, e R uma representação mental:

1. “X causa R” é uma lei;
2. Alguns $\neg X$ causam R;
3. Para qualquer Y não igual a X, se Y causa R então Y causar R é assimetricamente dependente de X causar R;
4. A dependência assimétrica é sincrônica (não diacrônica).

Ainda que X e Y possam compartilhar uma mesma propriedade, Z, que faz ambos covariarem com R, R significa apenas X, independentemente da heterogeneidade de suas possíveis causas, afinal, supostamente a Lei Y (Y causa R) depende assimetricamente da Lei X (X causa R). Já vimos, entretanto, que, à medida que R não covaria com X ou Y, mas com Z (a relação entre R e X/Y é informacional; a relação entre R e Z é de covariação nomológica), o que, de fato, torna a Lei X resiliente e base da dependência assimétrica é a existência de um mundo nomologicamente possível onde nenhum $\neg X$ cause R. Mas, para que nenhum $\neg X$ cause R, um sujeito S deve ter capacidades epistêmicas diferentes das que realmente tem e que façam com que S deixe de covariar com Z e passe a covariar com Z_1 . Através de Z, R é disjuntivo, através de Z_1 , R significa somente X. Note, contudo, que, ainda que o conjunto $\{Z...Z_n\}$ seja contingente, a possibilidade de cada um dos seus membros está em função da instância no mundo que transmite informações. Assim, S, ao experienciar X, pode covariar com Z e Z_1 , já em experiências com Y, covaria somente com Z, pois X possibilita Z e Z_1 e Y somente Z. Por esse motivo, Fodor diria que $\{Z...Z_n\}$ são propriedades instanciadas por *acessos* ao conteúdo semântico, que, por sua vez, esgota-se na possibilidade de, no limite, S pensar X enquanto X. No limite, pois somente Deus, caso exista, poderia covariar R com Z de modo que Z é a propriedade de “ser X”. Como vimos, para seres humanos, o dado precisa ser

interpretado, e S, quando erroneamente covaria R com X ou Y, o faz por problemas de acesso semântico, e não por uma questão metafísica inerente a R, ou, como Fodor aponta, o erro é parasita da verdade:

É uma observação antiga – tão antiga quanto Platão, suponho – que as falsidades são ontologicamente dependentes das verdades de uma forma que as verdades não são ontologicamente dependentes das falsidades. Os mecanismos que transmitem falsidades são de alguma forma parasitas daqueles que transmitem verdades. Conseqüentemente, você só pode ter crenças falsas sobre aquilo sobre o qual pode ter crenças verdadeiras (enquanto você pode ter crenças verdadeiras sobre qualquer coisa sobre a qual possa ter crenças) (FODOR, 1987, p. 107).

Assim, para Fodor, possuir um conceito é simplesmente a possibilidade de se pensar sobre aquilo que cai sob sua extensão, onde possibilidade é a palavra-chave. E, ante seu fisicismo e o fato de que símbolos do Mentalês são entidades mentais concretas portadoras de valor semântico, pode-se dizer que possuir um conceito seria o mesmo que:

possuir um veículo mental que permite pensar, onde ‘veículo’ se refere a um particular concreto. Nesta leitura, o racionalismo é uma definição que preenche papéis. Diz que conceitos são coisas que desempenham um papel (permitindo-nos pensar) e é mais ou menos neutro sobre o que são essas coisas. Esta neutralidade estreita a lacuna entre o racionalismo conceitual e o pragmatismo conceitual. Pois é possível que o papel pensante seja preenchido por coisas que também subscrevem outras habilidades (CLARK; PRINZ, 2004, p. 58).

Fodor escolhe o atomismo como resultado de uma argumentação negativa e não demonstrativa:

O referencialismo deve estar certo sobre o conteúdo dos estados intencionais porque a composicionalidade assim o exige; o atomismo deve estar certo sobre a individuação dos conceitos porque a composicionalidade assim o exige; e o pensamento deve ter estruturas constituintes porque a composicionalidade também exige isso. (...) Muito do que sabemos sobre conceitos decorre da composicionalidade dos pensamentos (FODOR, 2008, p. 20).

Aqui a ordem de explicação importa: é porque a composicionalidade exige que o atomismo informacional deve estar certo; e a composicionalidade exige, pois, como vimos, estruturas semânticas internas de conceitos não compõem entre si. Para Fodor, a referência é a única propriedade semântica primitiva na relação entre mente e mundo (FODOR, 2008, p. 16), pois nada do que foi proposto sobre o que seriam sentidos “satisfaz as condições para a composicionalidade e é independentemente viável” (FODOR, 2008, p. 16). Resta saber se a própria posição de Fodor é “independentemente viável”.

4.2. VEÍCULOS E CONTEÚDOS

A suposta vantagem de uma explicação funcionalista da mente está em ignorar a sua natureza, ou seja, como processos mentais acontecem, podendo focar simplesmente nos resultados da relação entre *outputs* e *inputs*. É exatamente esse o sentido por trás do cartesianismo conceitual: não importa *como* podemos pensar, mas somente *que* podemos pensar. Em Fodor, há um profundo funcionalismo, que se manifesta em dois aspectos. No primeiro, dada uma representação mental R, *tokens* intra ou interpessoais de R podem ser de um mesmo tipo, um conceito C, ainda que a relação nomológica entre R e certas propriedades Z do mundo seja sustentada por mecanismos M de acesso semântico dos mais diversos. No segundo:

Estados e processos intencionais são multiplamente realizados por estados computacionais; estados e processos computacionais são multiplamente realizados por estados neurológicos (ou o que quer que seja) e, pelo que sei, estados neurológicos são multiplamente realizados por estados bioquímicos; e assim por diante até (mas não incluindo) a física básica (FODOR, 2008, p. 91).

Assim, dois sujeitos, S_1 e S_2 , podem possuir C ainda que suas R_1 e R_2 covariem com Z através de, respectivamente, M_1 e M_2 . E, para isso, R_1 e R_2 não precisam ser identicamente implementadas no cérebro, sendo suficiente que causem as mesmas generalizações psicológicas entre S_1 e S_2 através da sensibilidade de computações mentais, ainda que também diversamente implementadas, sobre as formas de R_1 e R_2 . E aqui começam os problemas.

Exatamente o que se quer dizer com sensibilidade sobre *formas* de representações mentais? Fodor tem uma resposta:

Distinções de tipo entre símbolos de representações mentais primitivas podem ser realizadas por *qualquer coisa*, desde que a diferença entre eles seja de um tipo ao qual processos mentais respondam. Como, por definição, representações básicas não possuem estruturas, as identidades de tipo e as diferenças entre os *tokens* primitivos do Mentalês são a base do ponto de vista computacional. Os símbolos das fórmulas mentais primitivas são de tipos diferentes quando diferem nas propriedades (presumivelmente físicas) às quais os processos mentais são sensíveis (FODOR, 2008, p. 79).

Contudo, como visto, não se pode exigir identidade fisiológica de tipo entre R_1 e R_2 para que sobre elas computações mentais resultem em atitudes proposicionais equivalentes. No que, então, a implementação física de uma representação mental influencia em sua forma? Fodor parece dar de ombros e afirma que, desde que funcionalmente distintas, representações mentais são conceitos também de tipos distintos.

Vale lembrar que, para Fodor, conceitos são individuados em duas dimensões, uma intencional/transparente e outra cognitiva/opaca: conteúdo e modo de apresentação. Assim, para qualquer conceito C, deve existir “um par ordenado (uma 2-tupla), cujo primeiro elemento é o conteúdo amplo e o segundo um tipo de veículo que tem o primeiro como valor semântico: <denotação, tipo de veículo>” (AYDEDE, 1998, p. 290). Como sabemos, conteúdos são individuados por covariação nomológica com o ambiente, já a questão em discussão, sobre o segundo membro da tupla, é que computações mentais são sensíveis nunca sobre o valor semântico, mas somente sobre o tipo do veículo, a forma da representação. Portanto, quando Fodor afirma haver funcionalismo “não apenas sobre a relação entre a psicologia intencional e suas diversas implementações computacionais, mas também sobre a relação entre a psicologia computacional e suas diversas implementações físicas” (FODOR, 2008, p. 90), o que está sendo dito é que estados e processos mentais, em vários níveis, são explicados sem qualquer apelo a propriedades semânticas. Porém,

se apenas as propriedades não-semânticas são explicadas, onde está a explicação das propriedades intencionais? Parece que na concepção não-semântica da computação, apenas as características não-semânticas dos estados intencionais poderiam ser explicadas (PEACOCKE, 1994, p. 304).

A saída que Fodor oferece ao afirmar que S_1 e S_2 possuem C pois R_1 e R_2 são funcionalmente equivalentes parece ir contra tudo que ele próprio argumentou sobre individuações a partir de papéis inferenciais, cujas conseqüências holísticas impossibilitam a publicidade conceitual. Suponhamos CÃO. CÃO é, na verdade, uma representação mental individuada em <cão, #cão#>, “onde o segundo elemento tem o primeiro como valor semântico em virtude de estar em uma relação nomológica com ele” (AYDEDE, 1998, p. 290). Na teoria representacional de Fodor, S_1 e S_2 compartilham CÃO quando #cão# é um veículo de tal forma que R_1 e R_2 provocam estados mentais que se equivalem através da sensibilidade computacional a suas formas. No entanto, se a identidade de tipos física está fora de questão, como é determinada a equivalência funcional de #cão₁# e #cão₂# senão pela separação dos papéis determinantes dos não determinantes para individuação? Dessa forma,

Fodor parece optar por uma individuação funcional de *tokens* de veículos para esse fim. Em outras palavras, a identidade do tipo interpessoal do segundo elemento em 2-tuplas é determinada funcionalmente. Mas se esta é realmente a sua intenção, é igualmente desconcertante! Pois como ele poderia estar pensando que os *tokens* de veículos podem ser tipificados funcionalmente em diferentes cabeças, visto que foi na verdade a indisponibilidade desse método que o levou a concluir que não havia individuação de tipo não holística de papéis funcionais/computacionais (AYDEDE, 1998, p. 291).

A chave para a resolução desse problema é oferecida pelo próprio Fodor, quando destaca que esse funcionalismo não deve ser levado aos conteúdos de representações mentais, pois estes são informacionalmente individuados. Com isso em mente, suponhamos PADEREWSKI, conceito referente a um famoso político e pianista da virada do século XIX para o XX. É perfeitamente possível que um sujeito S credite valores de verdade distintos para “Paderewski é um político” e “Paderewski é um pianista” (FODOR, 2008, p. 71). Assim, considerando-se que PADEREWSKI é atômico, como #paderewski# em <paderewski, #paderewski#> pode ser computacionalmente lido de forma distinta de modo a resultar em diferentes atitudes proposicionais? A resposta de Fodor é que existem, na verdade, dois #paderewski#, um para cada acesso semântico ao próprio Paderewski: há um #paderewski_{pianista}# e um #paderewski_{político}#. Há, portanto, dois conceitos, pois, ainda que com a mesma referência, são sintaticamente distintos pela existência de dois tipos de veículos. O mesmo raciocínio vale para CÃO. Os mecanismos de acesso semântico que sustentam as leis de covariação nomológica entre S_1 e S_2 e a propriedade instanciada da caninidade são normalmente compartilhados entre seres humanos, fazendo com que #cão₁# e #cão₂# sejam equivalentes por serem sintaticamente indiferenciados na leitura computacional, o que explicaria leis psicológicas e intencionais, ainda que a partir de um funcionalismo de fundo.

Há, aqui, um ponto a ser destacado: se dois veículos são de tipos diferentes quando o conteúdo da representação mental a que pertencem é sustentado por mecanismos de acesso semântico suficientemente distintos, pode-se dizer que o tipo de veículo é diretamente determinado por aspectos epistêmicos de seu valor semântico. O problema é que, dessa forma, ainda que indiretamente, computações mentais seriam também semanticamente determinadas. Assim, por mais que se exija uma leitura puramente formal e sintática para conteúdos cognitivos, a forma e a sintaxe são explicadas epistemicamente, o que parece ir contra preceitos do computacionalismo clássico:

Se as condições da explicação computacional envolvessem o conteúdo, ainda poderia haver algum espaço de manobra aqui - talvez as condições explicativas pudessem garantir as propriedades relacionais corretas necessárias para que o estado intencional tenha o conteúdo que tem. Mas isto também é excluído pela concepção não-semântica da computação, segundo a qual as condições explicativas também são não-semânticas. (PEACOCKE, 1994, p. 304-305).

Assim, Fodor encontra-se diante de mais um dilema: ou reafirma que conceitos são símbolos atômicos relacionados sintaticamente em computações mentais insensíveis a seus conteúdos semânticos, e, com isso, incorre em um holismo tácito (PRINZ, 2002, p. 97) fatal à publicidade conceitual ao depender de distinções entre papéis funcionais; ou aceita que

veículos de representações mentais são epistemicamente determinados e, por isso mesmo, muitas vezes incapazes de compor entre si, como ocorre com protótipos e informações de confiabilidade empírica. Fodor não renuncia ao princípio da publicidade, mas tampouco o faz em relação à composicionalidade, ainda que, em sua própria teoria representacional, mecanismos de acesso semântico, que são epistêmicos por natureza, tenham um poder explicativo muito maior que o desejável, condicionando, inclusive, a forma de representações mentais. A aporia parece, assim, incontornável.

4.2.1. Indicadores E Detectores

Esses e outros motivos levaram Prinz a afirmar que “há problemas tanto com os detalhes quanto com o espírito do argumento de Fodor” (2004, p. 58). Afinal, se distinções formais entre representações mentais são explicadas, em última instância, por distinções epistêmicas, “então conteúdos cognitivos devem ser epistêmicos por natureza” (PRINZ, 2002, p. 96). Porém, para que isso ocorra, o veículo portador de valor semântico dessas representações deveria ser, ele mesmo, o conjunto de mecanismos de acesso que sustenta a relação nomológica entre a mente e propriedades do mundo, o que, para Fodor, é inaceitável. Para ilustrar a diferença, Prinz nos faz imaginar:

uma máquina simples de detecção de letras que possui 26 luzes correspondentes a cada letra do alfabeto. Dentro da máquina existem modelos de letras, que fazem com que diferentes luzes pisquem quando letras diferentes são detectadas (...). Os modelos de letras são estruturados semanticamente; suas partes representam partes de letras. Em contraste, as próprias luzes não são estruturadas; elas não podem ser decompostas em partes que representam partes de letras. No entanto, as luzes *representam* letras porque são causadas de forma confiável por letras (PRINZ, 2002, p. 91).

Assim, nessa máquina, existem mecanismos internos semanticamente estruturados que detectam propriedades e luzes que simplesmente indicam essa detecção. “Para Fodor, conceitos são indicadores” (PRINZ, 2002, p. 92), pois símbolos atômicos adquiridos quando ancorados nomologicamente em certas propriedades e acionados quando as rastreiam, enquanto tudo que contribui epistemicamente para sustentar essa relação nomológica, ou seja, qualquer mecanismo que efetivamente realiza a detecção, é necessariamente externo ao próprio conceito, não fazendo parte de sua constituição. A ontologia do símbolo CÃO, em Manuela, se esgota na possibilidade de Manuela usá-lo em processos mentais, ou seja, na possibilidade de Manuela pensar em cães, sendo todo o resto, de natureza psicológica ou epistemológica, alheio à metafísica do conceito.

O próprio Fodor faz, a seu modo, uma distinção entre indicadores e detectores (FODOR, 2008, p. 94-100). Imagine que nossa mente é dividida em arquivos contendo inúmeras pastas, que, por sua vez, contém inúmeros papéis. Manuela, ao adquirir CÃO, cria em seu arquivo ANIMAL uma pasta rotulada CÃO, contendo papéis com as mais diversas informações sobre cães, como partes de seus corpos, como se locomovem, o que comem, onde vivem, como se comportam etc.⁵⁸ CÃO, portanto, é tanto um símbolo no Mentalês quanto o rótulo de uma pasta contendo informações sobre cães (FODOR, 2008, p. 94-95). Manuela, ao pensar em cães, traz à mente apenas o rótulo da pasta CÃO, mas, como qualquer símbolo é do formato <cão, #cão#>, e #cão# indiretamente se refere ao conjunto de informações sobre cães, pode-se dizer que a possibilidade de pensamento sobre cães é ao mesmo tempo a possibilidade de acesso a informações sobre cães:

Pensamos em nomes de arquivos; *tokens* de nomes de arquivos servem tanto como constituintes de nossos pensamentos quanto como expressões no Mentalês que usamos para nos referirmos às coisas sobre as quais pensamos. Dado o nome de John em Mentalês, será dado como resultado o nome em Mentalês de um arquivo onde você guarda (...) o que você acredita sobre John (FODOR, 2008, p. 95).

Fodor, mais uma vez, faz questão de apontar que existe uma distinção essencial entre, por exemplo, nomes de pastas e papéis nelas contidos, assim, qualquer acesso ao conteúdo de pastas através de “estimativas de demandas de tarefas” (FODOR, 2008, p. 97) depende, por princípio, da possibilidade de ser levado ao pensamento o conceito. Haveria aqui, ainda, uma clara separação entre semântica, psicologia e epistemologia.

Porém, se, como visto no tópico anterior, são os mecanismos de acesso semântico / detectores que parecem realizar todo o trabalho cognitivo de conceitos, estes, enquanto meros indicadores, seriam “desnecessariamente anêmicos” (PRINZ, 2005, p. 936). Afinal, mecanismos de acesso semântico não apenas sustentam as relações nomológicas entre mente e mundo, mas também, de uma forma ou de outra, condicionam a sintaxe de representações mentais. E todas essas informações, segundo o próprio Fodor, estariam contidas nas pastas cujos conceitos são apenas rótulos. Assim,

uma vez feita essa concessão, rótulos arbitrários começam a parecer desnecessários. Parece que deveríamos identificar conceitos com o conteúdo do arquivo, e não com os rótulos dos arquivos. Deveríamos dizer que os conceitos são os mecanismos que nos permitem reconhecer categorias, em vez de palavras mentais arbitrárias que surgem na cabeça quando uma categoria é reconhecida (PRINZ, 2005, p. 936).

⁵⁸ Aqui, a taxonomia é um problema empírico da psicologia. Arquivos, pastas e papéis estariam relacionados aos níveis de abstração e categorização. Pode-se dizer que o arquivo ANIMAL faz parte de um arquivo ainda maior, SER VIVO, e a pasta CÃO seria o nível básico de categorização, contendo papéis como PASTOR DE SHETLAND.

Por que, então, simplesmente não dizer que #veículos# são semanticamente estruturados, mantendo-se a natureza informacional do primeiro membro da tupla <denotação, tipo de veículo>? Por que não identificar conceitos não com rótulos, mas com o conteúdo de arquivos e pastas? Prinz concorda com Fodor que “as teorias informacionais são a melhor estratégia disponível para explicar a intencionalidade” (PRINZ, 2002, p. 123), mas rejeita que conceitos sejam atômicos. Afinal, tanto indicadores quanto detectores carregam informação, estes últimos, porém, “carregam informação quando operam com sucesso” (PRINZ, 2002, p. 124), visto ser justamente em função de sua estrutura que detectores covariam nomologicamente com propriedades do mundo. Por isso, Prinz recomenda:

combinar os benefícios das abordagens informacionais à intencionalidade com os benefícios da estrutura. Chame isso de proposta do detector. A proposta do detector também é mais econômica que o atomismo informacional. Ambas as abordagens requerem detectores, mas o atomismo passa a postular um conjunto de indicadores internos, que são desnecessários se conceitos forem identificados com detectores (PRINZ, 2002, p. 124).

Fodor não ignora essa possibilidade:

Jesse Prinz levantou a questão de por que não se deveria usar todo o arquivo ‘John’ (em vez de apenas seu rótulo) para representar John em pensamento. A resposta curta é que, no caso típico, você não pensa tudo o que acredita sobre John quando pensa em M(John) (FODOR, 2008, p. 95).

A questão é que arquivos e pastas contêm tudo aquilo que é postulado pela psicologia para o funcionamento de nossa vida cognitiva: protótipos, exemplares, teorias, definições, entre outros. Ou se usa todo esse conteúdo, e aí teríamos problema com o desiderato da publicidade, pois estariam lá inclusos todos os mais variados tipos de crenças e informações, ou se determina qual parte é constitutiva do conceito, o que, como vimos, estaria fora de questão. Outro problema é que muitos desses mecanismos de detecção supostamente não comporiam entre si, como no caso de informações prototípicas. No mais, e aqui Fodor faz uma crítica ao associacionismo, é perfeitamente possível que alguém pense CASA sem ao mesmo tempo pensar JANELA, PORTA e afins, afinal, pensar seria pensar em rótulos, e não em associações entre conteúdos epistêmicos.

Nota-se, com tudo que foi dito, que a discussão entre Fodor e Prinz ocorre, antes de tudo, sobre a natureza dos veículos de conceitos. Enquanto, em Fodor, C <c, #c#> é um símbolo atômico cuja semântica é sustentada por mecanismos de acesso e cuja sintaxe é indiretamente dependente desses mesmos mecanismos externos e não constituintes do conceito, #c#, em Prinz, carrega, em si, os próprios mecanismos de detecção e acesso

semântico, ou seja, um conceito adquire seu conteúdo intencional através de estruturas internas e inerentes a si próprio. É por esse motivo que Prinz afirma que o relevante no debate não é um antagonismo entre cartesianismo e pragmatismo, mas “um debate sobre veículos. É um debate sobre *como* pensamos. É um debate sobre os tipos de mecanismos que nos permitem ancorar-nos mentalmente no mundo” (CLARK, PRINZ, 2004, p. 59). Como vimos, em Fodor, há uma neutralidade sobre a natureza dos veículos de conceitos, e, caso formule-se uma especificação da natureza de detectores que possam efetivamente covariar com propriedades no mundo, ao mesmo tempo em que sejam capazes de ir ao encontro do restante do desiderato conceitual, conceitos poderiam, sim, ser entidades semanticamente estruturadas.

Prinz acredita que os únicos candidatos a cumprirem esse papel são aqueles de natureza perceptual, afinal, “as relações causais entre nossos estados internos e propriedades externas são mediadas pelos sentidos” (PRINZ, 2002, p. 126), o que mostraria que:

os empiristas estavam certos sobre os veículos de pensamento. O racionalismo conceitual seria implementado pelo empirismo veicular! Isto mostra que a dicotomia de Fodor entre racionalismo e pragmatismo é enganosa. O rótulo “racionalismo” é inadequado e a teoria em si pode ser demasiado neutra para ter muita utilidade teórica. O principal concorrente do racionalismo conceitual, definido como a capacidade de pensar sobre as coisas, seria uma forma de anti-representacionalismo, segundo a qual não temos pensamentos (CLARK; PRINZ, 2004, p. 59).

Esse passo necessário para que se saia de uma mera correlação, como a defendida por Fodor, em direção à identidade entre mecanismos de acesso semântico e conceitos foi possível a partir de alguns avanços significativos do final do século XX nas ciências cognitivas sobre a natureza de nossas capacidades perceptuais, fazendo com que um certo tipo renovado de empirismo aparecesse como uma possível saída natural para as dificuldades enfrentadas pelo atomismo informacional.

4.3. EMPIRISMO CONCEITUAL

Antes de tudo, deve-se entender de que tipo de empirismo Prinz está falando. Trata-se, em seu sentido mais amplo, da velha máxima de que nada está no intelecto que não tenha estado primeiro nos sentidos⁵⁹. Em sua formulação inicial, que chamaremos aqui de imagismo, conceitos, ou ideias, seriam imagens mentais com origem na percepção e construídas ou manipuladas pela introspecção. Como vimos, a crítica fregeana a esse subjetivismo mentalista do sentido iniciou um processo que culminou no behaviorismo da

⁵⁹ “*Nihil est in intellectu quod non fuerit in sensu*” existe em uma linha do tempo que remonta ao empirismo britânico dos séculos XVII e XVIII, a Tomás de Aquino e vai até Aristóteles.

primeira metade do século XX que, apesar de empirista em espírito, rejeitou fortemente qualquer forma de imagismo. Para o behaviorista, a experiência molda a mente, mas o conteúdo desta é inescrutável. Assim, quando as ciências cognitivas entraram em conflito com essa tradição e trouxeram de volta a investigação sobre estados mentais, o fizeram frequentemente identificando behaviorismo com uma espécie de empirismo anti-imagista, rejeitando ambos e adotando, por sua vez, um mentalismo alheio a justificações epistemológicas. Não à toa, computações mentais foram, na maioria das vezes, entendidas como processos de natureza puramente sintática e formal.

Há, claro, nuances para todos os lados, mas esse breve retrospecto histórico serve para ilustrar um movimento, identificado por Fodor, que mergulhou o século XX naquela profunda confusão entre semântica, psicologia e epistemologia. Para a tradição imagista, a semântica fundamenta a psicologia e a epistemologia⁶⁰; behavioristas, por sua vez, trouxeram a primeira para o campo das duas últimas ao realizarem uma cisão entre imagismo e empirismo; já as ciências cognitivas pareceram acreditar que a psicologia pode prescindir das demais. Dessa forma, Prinz, quando fala em empirismo conceitual, está falando em resgatar aquele tipo que foi esvaziado até sumir no século passado, onde conceitos são causados pela experiência, sendo, em última instância, “cópias ou combinações de cópias de representações perceptuais” (PRINZ, 2002, p. 108).

Porém, tal tarefa não é simples, afinal, Fodor levanta uma grande quantidade de bons argumentos não somente contra um tipo de pragmatismo conceitual baseado em inferências, mas também contra qualquer pensamento que defenda serem constitutivas de conceitos certas capacidades de classificação, normalmente de natureza perceptual e icônica, que, segundo ele, seriam essencialmente circulares e incapazes de, por si mesmas, serem subsumidas em conteúdos intencionais corretamente individuados.

O primeiro desafio para um empirismo informacional, nos moldes defendidos por Prinz, que defenda que representações mentais são todas baseadas na percepção, é, portanto, satisfazer o desiderato da intencionalidade e mostrar como informações da experiência sensível, ainda que imagéticas, podem entrar em covariações nomológicas com as propriedades no mundo que supostamente representam. Além disso, tais representações devem ser sensíveis a contextos e variar de acordo com ocasiões, respeitando, assim, o

⁶⁰ Esse é um dos motivos que leva Fodor a ponderar sobre o termo “cartesianismo conceitual”, criado por ele próprio, afinal, “pode-se argumentar, por exemplo, que Hume era um cartesiano melhor sobre a posse de conceitos do que Descartes” (FODOR, 2004, p. 30-31).

desiderato de conteúdos cognitivos, onde uma mesma propriedade pode ser representada de diversas formas, ou propriedades diferentes da mesma forma. Frege, por sua vez, já levantava a questão de como o pensamento através de imagens é subjetivo e impede sua publicidade, e Fodor, em defesa da sistematicidade e produtividade da mente, argumenta que informações perceptuais não compõem entre si. Por fim, tais conceitos devem ser aprendidos a partir da experiência sensível, e não simplesmente acionados ou adquiridos, como queria Fodor, em nome da máxima de que tudo que está na mente possui base perceptual, o que, como veremos, coloca obstáculos a serem superados em relação ao escopo de conceitos, principalmente aqueles de natureza abstrata.

4.4. DE PERCEPTOS A PROXYTYPES

Segundo Fodor, em um sujeito S, um conceito C covariar nomologicamente com uma propriedade perceptual Z significa que C carrega informações de modo transparente em relação à imagem X de um objeto/evento. Desse modo, a relação de S com X é, inicialmente, não conceitual. É a leitura opaca de X através dos mecanismos M de acesso semântico a Z que proporcionam uma interpretação conceitual da percepção, um representar *como*:

A ideia é que o papel dos conceitos na análise perceptiva da experiência é recuperar da experiência as informações que ela contém. (Acho que este é um tipo de ideia kantiana. Acho que Kant diria que a função dos conceitos na análise perceptual de uma experiência é fornecer uma “regra para a síntese” da experiência. Mas posso estar errado ao pensar isso. O que eu sei sobre Kant?) (FODOR, 2008, p. 181)

É por isso que, na teoria representacional da mente, C representa Z de modo não circular, pois aspectos epistêmicos de M não são constitutivos do conteúdo de C. Manuela, ao ver um carro, não subtrai ou abstrai da imagem desse carro informações que a fazem ligar o *token* dessa representação perceptual ao tipo CARRO; pelo contrário, é por possuir CARRO que Manuela consegue ver um carro, e Manuela possui CARRO pois, nela, CARRO, sustentado por determinados mecanismos de acesso semântico, covaria com carros. Ao menos é isso que diz o tipo de racionalismo de Fodor.

Assim, C, além de atômico, é amodal e digital: amodal, pois um símbolo mental sustentado por estruturas e sistemas cerebrais totalmente diversos daqueles da percepção; digital, pois as informações sensoriais de estímulos físicos e que produzem os estados perceptuais de X passam por uma transdução⁶¹ realizada por S para, por fim, tornarem-se

⁶¹ A transdução é o processo de conversão de informações de uma forma para outra. No olho humano, por exemplo, a energia luminosa é convertida em sinais elétricos por células especializadas chamadas

elementos em um formato representacional não perceptual dentro de uma linguagem do pensamento, em uma espécie de língua franca da mente. Tomemos como exemplo a percepção de um objeto qualquer. Manuela, ao deparar-se com uma cadeira, desencadeia um processo de ativação neural em seu cérebro, levando à experiência de certas propriedades físicas da cadeira (forma, cor etc.). Esta é uma representação modal, ou seja, ligada à modalidade sensorial específica da visão. Para Fodor, como vimos, representações perceptuais desse nível são transparentes e não conceituais, aguardando a interpretação de um conceito.

Através de processos de transdução, esses dados sensoriais brutos são transformados em símbolos amodais não vinculados a nenhuma modalidade sensorial específica:

Embora teóricos geralmente assumam que palavras não constituem literalmente o conteúdo dessas representações, presume-se que contrapartes amodais próximas de palavras o fazem (...). Assim como o processamento da linguagem envolve o processamento sequencial de palavras em uma frase, também se presume que o processamento conceitual envolve o processamento sequencial de símbolos amodais em estruturas semelhantes a listas ou semelhantes a frases (BARSALOU, 1999, p. 579).

Neste caso, a cadeira pode ser representada como um conjunto de símbolos em uma lista de características: CADEIRA – costas – assento – pernas; em elementos dentro de uma rede inferencial semântica: CADEIRA → MOBÍLIA; ou em quadros esquemáticos que representam “relações, argumentos e valores” (BARSALOU, 1999, p. 579): CADEIRA: Material = madeira, Pernas = 4, Utilidade = sentar. Estes símbolos são arbitrários, pois não guardam qualquer semelhança com a cadeira em si, mas refletem a ancoragem de CADEIRA com certos objetos reais no mundo, servindo como futura referência e ligados às redes de conhecimento mais amplas da memória, linguagem e pensamento.

Fodor não está sozinho nessa interpretação da relação entre cognição e percepção. Dizer que nossa mente opera sobre símbolos amodais e arbitrários tem sido o comportamento padrão na filosofia e nas ciências cognitivas das últimas décadas, principalmente pelo fato de que um ataque ao behaviorismo foi também um abandono do empirismo. Seria um erro, contudo, declarar que o imagismo foi deixado de lado apenas como uma consequência indireta da reação ao behaviorismo, pois teorias que explicam a cognição através do uso de imagens sempre foram, elas mesmas, alvo de diversas e contundentes críticas.

fotorreceptores. Esses sinais são então transmitidos ao cérebro, onde são interpretados como imagens visuais. No caso em questão, imagina-se uma nova camada de transdução, onde estados perceptuais são convertidos para um formato amodal.

Um dos principais problemas apontados é que representações icônicas ou imagéticas são inerentemente holísticas, onde o significado do todo de uma imagem não deriva da combinação dos significados de suas partes, pois cada parte de uma imagem não possui um significado integral em si mesmo, ou seja, significa apenas em relação ao todo, como quando, por exemplo, um pedaço da imagem de uma pessoa é, ainda, a imagem de um pedaço dessa pessoa. É o que Fodor chama de “Princípio da imagem: se P é uma imagem de X, então partes de P são imagens de partes de X” (FODOR, 2008, p. 173). Esta é uma diferença fundamental em relação a representações discursivas, onde o significado é, em grande parte, determinado pela disposição específica das palavras e pelas suas funções gramaticais.

Essa ausência de decomposição de imagens em elementos constituintes torna bastante difícil a explicação de como o pensamento imagético pode ser produtivo e sistemático, ou seja, como imagens podem compor entre si, afinal, cada parte de uma imagem contribui da mesma forma para a interpretação de seu todo, que é formado sempre por componentes sintática e semanticamente homogêneos (FODOR, 2008, p. 175). Assim, em virtude do caráter estático e não dinâmico dessas representações, imagens são “incapazes de apoiar as proposições que fundamentam a descrição e a interpretação” (BARSALOU, 1999, p. 579), além de não poderem:

expressar a distinção entre proposições negativas e afirmativas; (...) proposições quantificadas; proposições hipotéticas; ou proposições modais. Elas nem sequer podem expressar predicação, uma vez que isso requer (*inter alia*) distinguir termos que contribuem com indivíduos para interpretações semânticas de termos que contribuem com conjuntos (ou propriedades, ou o que quer que seja). Por razões intimamente relacionadas, as imagens não têm condições de verdade. No caso, para que um símbolo seja verdadeiro, ele precisa escolher um indivíduo e uma propriedade e predicar a última do primeiro; mas as representações icônicas também não têm como fazer isso. Então, a câmara não mente, mas também não diz a verdade (FODOR, 2008, p. 176).

A questão é que uma imagem precisa sempre ser interpretada, não podendo ser, ela mesma, o princípio de individuação para interpretação.

Tudo isso impede a compreensão, para citar apenas alguns problemas, de como conceitos abstratos poderiam ser formados por imagens: qual seria, por exemplo, a imagem de VIRTUDE; como imagens poderiam fornecer conteúdos intencionais para representações mentais a partir de meras relações de semelhança: a imagem de um cachorro pode se assemelhar a de um lobo, mas CACHORRO se refere apenas a cachorros; como, enquanto blocos holísticos estáticos, imagens podem ser interpessoalmente compartilhadas: sem decomposição em partes elementares não há abstração além de certas diferenças perceptuais,

assim, não se explica como dois sujeitos podem compartilhar AVE enquanto o primeiro possui a imagem de um beija-flor e o segundo de um avestruz.

Porém, segundo o cientista cognitivo Lawrence Barsalou, todas essas dificuldades advêm de alguns mal-entendidos sobre teorias perceptuais do conhecimento. Além da insistência no caráter holístico, não componencial e estático das imagens, a tradição simbólica amodal acredita que:

essas teorias contêm apenas imagens mentais conscientes, e não representações inconscientes. Frequentemente, presume-se que as representações nessas teorias surgem apenas nas modalidades sensoriais, e não em outras modalidades de experiência, como propriocepção e introspecção. (...) E, muitas vezes, presume-se que estas teorias incluem apenas coleções empíricas de dados dos sentidos, e não mecanismos geneticamente limitados (BARSALOU, 1999, p. 581).

Esse “estereótipo simplista” (BARSALOU, 1999, p. 581), contudo, não coaduna com uma ampla tradição empirista⁶² que, desde então, já afirmava que representações perceptuais são componenciais e com poderes produtivos, muitas vezes sustentadas por disposições ou esquemas inconscientes, em um sentido muito mais amplo que a mera experiência sensorial do mundo exterior, e em um caráter inerentemente dinâmico (BARSALOU, 1999, p. 581).

A grande questão é que, se, na metade do século XX, as ciências cognitivas eram fortemente influenciadas pela lógica e mentalidade computacional, através de “análise de sentenças consideradas bem formadas em linguística e construção de máquinas (ou programas para máquinas) que poderiam realizar atividades cognitivas em IA” (BECHTEL; GRAHAM, 1999, p. 62), onde a construção de um sistema baseado na sintaxe e semântica de símbolos amodais era o caminho mais promissor, a virada do milênio é marcada por outros avanços científicos que pareciam indicar uma mudança de rumo. Ao menos é o que defende Barsalou, quando argumenta em favor de que “a cognição é inerentemente perceptual, compartilhando sistemas com a percepção tanto no nível cognitivo quanto no neural” (BARSALOU, 1999, p. 577). Ou, ainda, como afirma Prinz, a “tese de Locke pode ser conciliada e até apoiada por descobertas da ciência cognitiva” (PRINZ, 2002, p. 02), ou seja, “um empirismo modernizado pode enfrentar as objeções às teorias empiristas mais antigas, bem como objeções às teorias não empiristas”, superando rivais e satisfazendo de maneira mais ampla o desiderato em uma teoria dos conceitos.

⁶² Barsalou cita autores como Locke, Hume, Kant, Price, Reid e Russell.

4.4.1. Sistemas De Símbolos Perceptuais

O primeiro ponto que deve ser observado é que, para as teorias contemporâneas, “representações perceptuais não são simples figuras na cabeça” (PRINZ, 2002, p. 144), como costumeiramente acreditava-se que pensar por imagens seria uma espécie de experiência consciente e introspectiva de imagens mentais semelhantes a figuras físicas. (BARSALOU, 1999, p. 581). Na verdade, essas representações “são registros dos estados neurais subjacentes à percepção” (BARSALOU, 1999, p. 582), onde “o cérebro usa configurações ativas de neurônios para representar as propriedades de entidades e eventos percebidos” (BARSALOU, 1999, p. 582). Barsalou chama de “símbolo perceptual” cada um desses registros de ativação neural baseados na percepção.

Ao contrário do que acontece com a instanciação física de símbolos amodais, como os do Mentalês de Fodor, aqui, símbolos perceptuais são modais e analógicos: modais, pois ocorrem nos mesmos sistemas responsáveis pelos estados perceptuais que os deram origem; analógicos, pois, ao contrário de símbolos digitais, não passam por um processo de transdução da informação perceptual para outro formato passível de ser usado por sistemas cognitivos em seus mais diversos níveis. Manuela, ao deparar-se com uma cadeira, produz certos estados perceptivos de ativação neural a partir da experiência consciente da percepção. Estes são os dados sensoriais brutos que nossos cérebros recebem quando encontramos uma cadeira no mundo físico. Um subconjunto desses mesmos padrões neurais é então copiado na memória para funcionar como representações simplificadas do estado perceptivo, não enquanto réplicas exatas do objeto no mundo real, mas como símbolos abstratos que capturam as características essenciais da cadeira, onde, “neste nível de análise perceptual, a informação representada é relativamente qualitativa e funcional (por exemplo, a presença ou ausência de arestas, vértices, cores, relações espaciais, movimentos, dor, calor)” (BARSALOU, 1999, p. 581).

Essa transformação de estados perceptivos em símbolos modais analógicos é um processo cognitivo complexo que envolve filtrar detalhes irrelevantes e focar nas características mais salientes, criando-se representações esquemáticas e altamente estruturadas “construídas a partir de partes simples organizadas hierarquicamente” (PRINZ, 2002, p. 144) e através de “vários níveis de processamento e vários tipos de células” (PRINZ, 2002, p. 143). Em outras palavras, essas representações são multimodais, reunindo dados componenciais não somente dos mais diversos órgãos sensoriais, mas também informações sensório-motoras e até emocionais.

Uma vez formados, esses símbolos são armazenados na memória de longo prazo dentro de quadros esquemáticos tipificados a partir das propriedades específicas dos membros da categoria do mundo exterior que deram origem ao estado perceptual inicial. Encontros com novos membros atualizam esse quadro, produzindo informações de tipicidade. Imagine que Manuela encontra um cachorro pela primeira vez. Ao observá-lo, sua atenção se concentra em detalhes específicos, como o formato da cabeça, a textura do pelo e o comprimento da cauda. Essas percepções individuais começam a se fundir em uma compreensão espacial, tendo o corpo do cão como ponto de referência. Suas interações com o animal enriquecem ainda mais esse quadro: sentir a textura da pelagem, ouvir seu latido ou observar seu comportamento alegre acrescentam novas camadas à sua percepção. Esse processo de integração perceptual dentro de um quadro esquemático permite criar uma representação mental muito mais rica que uma simples imagem visual, pois abrange não somente dimensões ou qualidades físicas estáticas, mas, também, sequências de acontecimentos, movimentos, aspectos emocionais e de personalidade do cão.

Todos esses símbolos correlatos, construídos ao redor da experiência com categorias no mundo, são “organizados num simulador que permite ao sistema cognitivo construir simulações específicas de uma entidade ou evento na sua ausência” (BARSALOU, 1999, p. 586). Barsalou chama de simuladores o conjunto de quadros esquemáticos que reúnem símbolos perceptuais ao redor de categorias e que são capazes de gerar um número “potencialmente infinito” (BARSALOU, 1999, p. 586) de simulações; estas, por sua vez, são reativações na memória de trabalho dos padrões neurais iniciais dos estados perceptivos que deram origem aos símbolos perceptuais em suas respectivas modalidades sensoriais específicas, o que torna nossa atividade cognitiva uma espécie de “como se” estivéssemos experimentando e revivendo o conteúdo do pensamento mais uma vez. Importante destacar que “um quadro nunca é vivenciado diretamente em sua totalidade. Em vez disso, subconjuntos de informações de quadros tornam-se ativos para construir simulações específicas na memória de trabalho” (BARSALOU, 1999, p. 586), convergindo em uma só simulação símbolos das mais diversas modalidades de forma similar à simultaneidade sensorial experienciada durante a percepção original. O neurocientista António Damásio afirma que esse fenômeno acontece nas chamadas “zonas de convergência”:

O mecanismo que permite a coativação de representações depende de dispositivos que chamei de zonas de convergência, que são conjuntos de neurônios que “sabem sobre” a ocorrência simultânea de padrões de atividade durante a experiência percebida ou lembrada de entidades e eventos. A probabilidade de ativação

simultânea de representações provocadas por um estímulo depende, assim, do funcionamento de zonas de convergência que, por assim dizer, encarnam um código vinculativo para essas representações (DAMÁSIO, 1989, p. 26-27).

Assim, Manuela, quando pensa em um peixe, acessa em sua memória de longo prazo um quadro contendo símbolos perceptuais relativos a essa categoria e ativa na memória de trabalho aqueles concernentes ao contexto em que se encontra: em um restaurante, Manuela pensa em uma tilápia; na praia, pensa em um tubarão. No restaurante, Manuela não lembra simplesmente da imagem do peixe, mas do seu cheiro, do seu sabor, simulando, até mesmo, movimentos de garfo e faca. Na praia, Manuela sente medo. Da mesma forma, instâncias do mundo são categorizadas: quando encontra uma nova espécie de peixe, Manuela compara a experiência com simulações já existentes, caso alguma se encaixe, a categorização acontece, caso contrário, uma nova simulação pode estabelecer o pertencimento à categoria, ou, no limite, um novo quadro esquemático para uma nova categoria é criado. Por terem como origem quadros contendo símbolos altamente estruturados e componenciais, simulações podem compor partes e componentes de diversos símbolos entre si, combinando informações, inclusive, de outros quadros e outras categorias: Manuela pode perfeitamente imaginar um peixe com braços e pernas humanos.

Barsalou identifica conceitos com simuladores, ou seja, “o conhecimento e os processos que permitem a um indivíduo representar adequadamente algum tipo de entidade ou evento” (BARSALOU, 1999, p. 587), e chama de conceitualização cada simulação instanciada:

Enquanto um conceito representa um tipo em geral, uma conceitualização fornece uma maneira específica de pensar sobre ele. Por exemplo, o simulador de cadeira pode simular muitas cadeiras diferentes sob muitas circunstâncias diferentes, cada uma compreendendo uma conceitualização diferente da categoria (BARSALOU, 1999, p. 587).

À medida que pensamentos são construídos sobre conceitos, pensar torna-se um ato de simulação e reencenação:

Conceitos são armazenados no cérebro na forma de registros “adormecidos”. Quando esses registros são reativados, eles podem recriar as diversas sensações e ações associadas a uma determinada entidade ou categoria de entidades. Uma xícara de café, por exemplo, pode evocar representações visuais e táteis de sua forma, cor, textura e calor, juntamente com o cheiro e sabor do café ou o caminho que a mão e o braço percorrem para trazer a xícara da mesa até os lábios. Todas estas representações são recriadas em regiões cerebrais separadas, mas sua reconstrução ocorre de forma bastante simultânea (DAMÁSIO, 1992, p. 94).

Entendidas dessa forma, simulações nos permitem lembrar objetos e eventos mesmo quando não estão mais presentes, categorizar novas experiências, comunicar pensamentos e ideias a outras pessoas através da linguagem, pois “palavras associadas a simuladores proporcionam controle linguístico sobre a construção de simulações” (BARSALOU, 1999, p. 582), e, entre muitas outras coisas, permite raciocinar, planejar e tomar decisões ante a miríade de dados e informações com os quais nos deparamos diariamente.

Tudo isso é possível, pois, segundo Barsalou, símbolos perceptuais são dinâmicos (não discretos⁶³), componenciais (não holísticos), abstratos (não representam indivíduos específicos), multimodais (com origem em várias modalidades da percepção) e esquemáticos (“não é o registro de todo o estado cerebral subjacente a uma percepção. Em vez disso, é apenas um subconjunto muito pequeno que representa um aspecto coerente desse estado”) (BARSALOU, 1999, p. 583). Aqui, já estamos muito longe do holismo imagético atribuído erroneamente a todo e qualquer pensamento empirista, e, à medida que percepção e cognição são sustentadas pelos mesmos mecanismos, é possível vislumbrar como conceitos perceptualmente fundados podem satisfazer o desiderato teórico.

4.4.2. *Proxytypes*

Segundo Prinz (2002, p. 152), “a fé contínua nas representações amodais está implicitamente fundamentada na presunção de que as representações derivadas da percepção não podem servir como conceitos”. Daí o grande mérito da teoria dos símbolos perceptuais de Barsalou, que, ao formular como sistemas conceituais podem ser implementados por estruturas sensoriais e motoras, ilumina o caminho para a compreensão de como seria possível o fechamento da lacuna entre símbolos mentais e experiência sensível. Prinz toma como ponto de partida o trabalho de Barsalou, clarificando alguns de seus pontos e usando-o para reforçar seu objetivo de mostrar como “a divisão entre racionalismo e pragmatismo é mais confusa do que Fodor nos quer fazer acreditar” (CLARK; PRINZ, 2004, p. 58). Como visto, mecanismos perceptuais e psicológicos parecem fazer todo o trabalho no pensamento de Fodor, porém, a eles são negados quaisquer papéis constitutivos de conceitos. Contudo, se conceitos forem identificados com um conjunto de representações ricamente estruturadas, cuja instanciação enquanto simulação na memória de trabalho é constrangida por um quadro esquemático ancorado em certas categorias ontológicas, não somente indicadores, mas

⁶³ Um símbolo discreto é uma unidade de significado fixa, distinta e indivisível, que não se mistura ou se confunde com outros símbolos e representa consistentemente um mesmo aspecto do mundo ou um processo de pensamento interno.

também detectores poderiam covariar nomologicamente com propriedades do mundo, tornando bem mais plausível a ideia de que mecanismos de acesso semântico poderiam ser inerentes à natureza de conceitos. Prinz irá chamar os símbolos perceptuais simulados de *proxytypes*, pois atuam “como procuradores para as categorias que representam”⁶⁴ (PRINZ, 2002, p. 149) e, identificando conceitos e *proxytypes*, almeja ampliar a teoria de Barsalou para que possa dar conta de todo o desiderato conceitual.

Um dos primeiros pontos a serem esclarecidos é: se pensamentos são construídos por conceitos e conceitos são *proxytypes*, ou seja, reativações/simulações na memória de trabalho de um subconjunto de representações perceptuais armazenadas na memória de longo prazo, qual a natureza da relação entre pensamento e conhecimento de fundo? Fodor, por exemplo, argumenta que conceitos não poderiam ser sustentados por todas as informações sobre uma categoria armazenadas na memória de longo prazo, pois, dessa forma, individuação e pensamento seriam inviáveis. Manuela pode pensar em um pastor alemão sem ao mesmo tempo pensar em um labrador e um chihuahua, e, ainda mais importante, pode raciocinar com CÃO sem imaginar cachorro algum. Edouard Machery (2005), mirando o mesmo alvo, mas por vias diferentes, afirma que, se fossem constituídos por representações cognitivamente tão distintas, como, por exemplo, protótipos, exemplares e teorias, conceitos sequer poderiam ser classificados como tipos naturais, sendo, em última instância, cientificamente dispensáveis.

A questão é que conceitos não podem ser identificados nem com todas as informações da memória de longo prazo nem com aquelas temporariamente recrutadas na memória de trabalho. No primeiro caso, além de haver, como aponta Fodor, impossibilidade de distinção entre elementos determinantes e não determinantes para a constituição conceitual, é inimaginável como pensamentos sobre uma determinada categoria poderiam trazer à tona toda a informação conhecida por um sujeito, afinal, “a memória de trabalho não tem capacidade para ativar uma rede inteira” (PRINZ, 2002, p. 149). No segundo caso, a efemeridade da memória de trabalho não condiz com a intuição de que conceitos podem ser possuídos ainda que não atualmente instanciados em pensamentos.

O que deve ser observado, contudo, é o caráter modal da relação entre os dois tipos de memória:

⁶⁴ Prinz prefere não falar em símbolos em nome de mais clareza terminológica, pois, para muitos, “símbolos são amodais por definição” (PRINZ, 2002, p. 320).

Assim, um simulador contém dois níveis de estrutura: (1) um quadro subjacente que integra símbolos perceptivos em instâncias de categoria e (2) o conjunto potencialmente infinito de simulações que podem ser construídas a partir do quadro. (BARSALOU, 1999, p. 586).

Assim, como aponta Barsalou, um simulador não pode ser identificado simplesmente com o quadro de conhecimento de fundo de uma categoria, devendo ser observada também a possibilidade e o potencial da produção de simulações. Nesse mesmo sentido, *proxytypes* “são representações mentais de categorias que são ou *podem* ser ativadas na memória de trabalho” (PRINZ, 2002, p. 149), com ênfase para o “podem”. CÃO, em Manuela, não é o conjunto de todas as suas representações mentais ou símbolos perceptuais referentes a cães, mas subconjuntos simulados, ou que podem ser simulados, a partir do contexto em que se encontra Manuela ao pensar sobre cães.

Da mesma forma como Fodor não percebeu que seu racionalismo é neutro em relação às entidades que podem cumprir o papel de veículos mentais⁶⁵, Machery, por sua vez, parece não perceber uma importante diferença entre empirismo e teorias psicológicas de conceitos:

O empirismo é, antes de tudo, uma teoria sobre formatos. Ela diz que representações mentais são modalmente específicas. (...) Em contraste, a teoria do protótipo, a teoria do exemplar e a teoria da teoria são geralmente neutras quanto ao formato. Em vez disso, são teorias sobre quais informações conceitos codificam – um resumo estatístico de características salientes, representações de múltiplas instâncias ou princípios que explicam o comportamento causal de uma categoria. Poderíamos ter uma versão empirista de qualquer uma dessas teorias, na qual a informação associada a cada uma fosse codificada perceptualmente. Portanto, o empirismo não está em concorrência com estas outras abordagens (PRINZ, 2010, p. 617).

O grande desafio, portanto, é explicar como informações no âmbito dessas teorias psicológicas podem ser perceptualmente fundadas. Vimos que *proxytypes* seriam cópias ou combinações de cópias de representações mentais de origem perceptual que são ou podem ser recrutadas para uso pelo pensamento na memória de trabalho. Já vimos como ocorre o processo de categorização de novos estados perceptuais através de simulações produzidas por quadros esquemáticos conhecidos, porém, pouco foi dito sobre princípios de agrupamento e formas de elo entre representações. Prinz identifica que estas ligações podem obedecer a dois princípios básicos: (1) coinstanciação e (2) correspondência; e ser de alguns tipos: (a) hierárquico, (b) de transformação, (c) vinculativo, (d) situacional ou (e) predicativo.

Representações são agrupadas por (1) coinstanciação quando costumam ocorrer em relação a um mesmo objeto. A atenção de Manuela pode migrar entre cauda, patas ou focinho,

⁶⁵ Pode-se dizer que Fodor não percebeu esse ponto pela sua insistência em afirmar a radical incompatibilidade entre cartesianismo e pragmatismo conceituais.

mas todas fazem parte de um conjunto coerente que representa um cão. Esse tipo de ligação (a) hierárquica permite que detalhes ganhem foco sem que se perca o todo da representação. A coinstanciação também agrupa diferentes estados perceptuais de um mesmo objeto, como quando um cachorro abana o rabo ou o coloca entre as pernas, tais estados são entendidos como (b) transformações entre diversas representações. Mais ainda, representações de várias modalidades sensório-motoras também podem ser coinstanciadas: o latido, o cheiro, a maciez do pelo e até o que Manuela sente estão (c) vinculados ao todo da experiência do cão. Por fim, representações não vinculadas ou hierarquizadas a um mesmo objeto podem também ser coinstanciadas, pois Manuela, ao pensar em um cachorro, pode pensar também na bola de brinquedo, na ração, na cama, ou em diversas outras (d) situações e contextos que costumam estar ligados a suas experiências com cães (PRINZ, 2002, p. 145). Além da coinstanciação, representações podem também ser agrupadas por (2) correspondência ou similaridade. Categorizar com sucesso uma nova instância significa (e) predicar a ela todas as ligações hierárquicas, de transformação, vinculativas ou situacionais compartilhadas pelos outros membros da categoria.

Assim, começa a ficar mais claro como *proxytypes* podem ser veículos para os tipos de informações postuladas pelas teorias psicológicas mais bem recebidas. Em primeiro lugar, como já vimos, quanto maior o contato com novas instâncias de membros de uma categoria, mais atualizado é o quadro que os representa, e, em virtude do caráter fortemente componencial das representações nele contidas, pode-se compreender como CÃO poderia, a princípio, fazer uso de protótipos. Manuela, ao pensar com CÃO em um nível intermediário de abstração, simula um estado perceptual a partir do conjunto das representações mentais mais típicas produzidas por seus encontros com cães: possuem quatro patas, pelos, cauda, latem, abanam o rabo etc.⁶⁶. Vê-se, facilmente, como todas essas informações podem ser perceptualmente apreendidas e organizadas por ligações hierárquicas e vinculativas:

A pelagem pode ser capturada por representações de textura visuais e táteis. Ter quatro patas pode ser representado dentro de um modelo de cachorro. Os latidos podem ser capturados por representações auditivas, vinculadas dinamicamente a um modelo visual da boca em movimento de um cachorro (PRINZ, 2002, p. 146).

Mas, Manuela pode também ser específica, através de exemplares, como quando pensa em seu próprio cachorro, com detalhes hierárquicos próprios e representações vinculadas

⁶⁶ Vale, aqui, lembrar que “um quadro nunca é vivenciado diretamente em sua totalidade. Em vez disso, subconjuntos de informações de quadros tornam-se ativos para construir simulações específicas na memória de trabalho” (BARSALOU, 1999, p. 586).

únicas ao exemplar. Além disso, como não se está mais no campo do holismo imagético, mesmo representações desse tipo podem ser construídas ou desconstruídas em seus componentes perceptuais básicos, pois fazem parte de um quadro esquemático geral, a cujos membros podem ser predicadas as mesmas características. Essa é, inclusive, uma das vantagens de se pensar exemplares dentro da teoria dos *proxytypes*, pois, a partir do momento que um exemplar é construído a partir de representações perceptuais componenciais, entende-se como tais componentes podem ser abstraídos para a formação de protótipos.

Já certas crenças, como aquelas postuladas pela teoria da teoria de conceitos, são simulações que envolvem a participação de variados tipos de ligações. Manuela, quando em situações em que brinca de bola com seu cachorro, liga certas transformações, como aquelas do movimento de cauda, a outros estados que acredita serem de alegria, projetados por ela mesma: não há como se sentir a alegria do cão, mas somente saber o que é sentir alegria. Dessa forma, ao perceber certas coinstanciações, ela pode produzir a crença de que seu cão está feliz quando abana o rabo. Ainda que a crença seja consciente, quase todo o processo ocorre inconscientemente, onde diversos quadros esquemáticos, e, portanto, diversos *proxytypes*, interagem entre si, compartilhando informações ricas o suficiente para contextualizarem objetos e eventos do mundo exterior. Percebe-se, assim, que crenças são simplesmente “simulações que tomamos como correspondentes ao mundo, e os desejos são simulações que nos dispõem a buscar a realização de uma situação correspondente” (PRINZ, 2002, p. 149).

Portanto, ao que tudo indica, *proxytypes* podem cumprir o papel de detectores ao mesmo tempo em que são, eles mesmos, os próprios conceitos. Em um conceito X, ou seja, $\langle x, \#x\# \rangle$, $\#x\#$ não é mais uma forma sintática resultante de algum mecanismo detector qualquer, mas sim, ele próprio, o veículo pelo qual o conteúdo semântico x covaria nomologicamente com um objeto ou evento. X individua em virtude de sua própria estrutura e natureza, e foi individuado não pela satisfação epistêmica de condições de posse, mas pelo simples fato de que nosso sistema cognitivo pode, inconscientemente, organizar e construir representações a partir de uma imensidão de simples perceptos. Voltando à analogia do arquivo, em Fodor, conceitos são rótulos de pastas contendo uma grande quantidade de informações inferenciais ou de categorização sobre determinados domínios, porém, apenas os rótulos representam: possuir um conceito é simplesmente possuir um símbolo arbitrário que permite pensar especificamente sobre algo. Conceitos, nesse cenário, serviriam exclusivamente para o pensamento. Com *proxytypes* tudo isso muda de figura. Conceitos

passam a ser identificados não com rótulos, mas justamente com aquele conteúdo das pastas que nos permitem realizar inferências, classificações e interações com fatos e objetos do mundo. Que representação e ação estejam fortemente ligadas o próprio Fodor não foi capaz de negar, porém, se conceitos forem algo como *proxytypes*, representar e agir são dois aspectos de uma mesma coisa:

Em vez de dizer que conceitos servem para representar, eu diria que as representações servem para fazer. A única razão pela qual representamos o mundo é para encontrarmos um caminho através dele. Se conceitos não são guias para possibilidades de ação, não são úteis (PRINZ, 2005, p. 936).

5. DESIDERATO DE UMA TEORIA EMPIRISTA DOS CONCEITOS

Para *proxytypes* receberem o título de conceitos, porém, devem ser capazes de satisfazer o desiderato em uma teoria empirista, que, de acordo com Prinz, possui quatro princípios:

conceitos representam categorias por meio de relações causais estáveis com instâncias de categorias; as representações conceituais de categorias variam de ocasião para ocasião; essas representações são baseadas na percepção; e essas representações são todas aprendidas, não inatas (PRINZ, 2005, p. 931).

Deve-se responder, por exemplo, como conceitos com origem puramente perceptual podem referir-se a algo além de meras aparências; ou como representações mentais que variam de acordo com o contexto podem compor entre si ou serem compartilhadas entre várias pessoas; e, visto Manuela poder pensar não somente em cães ou cadeiras, mas também em deus, liberdade, infinito ou justiça, como conceitos abstratos podem ser aprendidos pela experiência sensível. Este capítulo pretende mostrar como *proxytypes*, respeitando os princípios acima, não apenas são capazes de responder as exigências do desiderato, mas o fazem de maneira mais satisfatória que teorias concorrentes.

5.1. CONTEÚDO INTENCIONAL E CAUSA INCIPIENTE

Tomemos uma representação mental R que significa uma instância X, que compartilha uma propriedade Z com outra instância, Y. Imagine, agora, um sujeito S, que adquire R a partir de Y, praticamente indistinguível de X. Com o tempo, S domina R que passa a covariar corretamente com X. Nesse caso, se X não causasse R, Y também não causaria, porém, se Y não causasse R, X também não causaria, pois X causar R “é uma consequência histórica de sua disposição anterior” (FODOR, 1987, p. 109) de aplicar R a Y: se, em um primeiro encontro, Y não causasse R, é porque não haveria a disposição de R covariar com Z, portanto, X também não causaria R. Assim, é somente porque Y causou R no passado que X pode, agora, também causar. Nessa leitura diacrônica, há erro sem dependência assimétrica. Porém, para Fodor, a única coisa que importa para R é a disposição atual que S tem para aplicá-lo a X sem depender de qualquer outra disposição de aplicá-lo a Y: no instante em questão, a Lei Y é, sim, dependente da Lei X, portanto, “recuperamos a dependência assimétrica quando respeitamos os tempos verbais” (FODOR, 1987, p. 109). Em outras palavras, a dependência assimétrica é sincrônica.

Vejam, porém, com mais detalhes. A disposição de aplicar R a X independentemente de qualquer disposição de aplicar R a Y pressupõe, justamente, o estabelecimento da base da dependência assimétrica, que, por sua vez, pressupõe o aprendizado de capacidades epistêmicas que possam sustentar uma covariação nomológica de modo que nenhum $\neg X$ cause R. Tais capacidades, em Fodor, ainda que não constitutivas de conceitos, realizam todo o trabalho cognitivo, pois X e Y são psicologicamente diversos quando os mecanismos que sustentam nomicamente suas covariações determinam distinções sintáticas entre os veículos de suas representações. E, como vimos, a partir do momento em que há uma neutralidade ontológica sobre veículos, estes, desde que covariem com propriedades do mundo, podem passar de meros indicadores para os próprios mecanismos que realizam a detecção. Assim, visto que representações mentais perceptualmente fundadas podem, supostamente, realizar esse trabalho, estabelecer a base da dependência significaria aprender o próprio conceito pela experiência, e, como todo aprendizado se dá no tempo, a sincronicidade da dependência assimétrica só poderia ser compreendida diacronicamente:

Fodor interpreta esta assimetria de forma sincrônica, em termos de dependências contrafactuais. Não discutirei esse ponto aqui, mas acho que a melhor maneira de entendê-la é diacronicamente. Um conceito [CÃO] é aquele que foi criado no contexto de encontros com cães. Os encontros com raposas não fariam com que o conceito fosse ativado se cães não tivessem feito isso *no passado*, mas não o contrário (PRINZ, 2005, p. 934).

Mais ainda, essa diacronia empiricamente fundada é capaz de estabelecer o tipo de referencialismo puro almejado por Fodor, pois, segundo Prinz (2002, p. 250) “o conteúdo intencional de um conceito é a classe de coisas à qual pertencem o(s) objeto(s) que causou(m) a criação original desse conceito”. Como *proxotypes* são conjuntos de representações esquemáticas e dinâmicas altamente estruturadas e construídas inconscientemente a partir de dados sensoriais, a origem de R, em S, é, ao mesmo tempo, aquilo que faz R covariar com Z em X: detectores são criados espelhando aquilo que detectam, e, por mais que contenham as mais variadas informações sobre um objeto, estas estão contidas em um quadro delimitado pela ontologia da categoria aprendida.

Prinz chama de “causa incipiente” qualquer coisa que realmente cause, historicamente, os primeiros *tokens* de um conceito, identificando-a com o conteúdo intencional de nossas representações (PRINZ, 2002, p. 250). O primeiro encontro de Manuela com um cachorro foi com um labrador, assim, criando uma pasta mental (um quadro perceptual esquemático na memória de longo prazo) chamada CÃO, contendo papéis com informações sobre labradores. Ao encontrar um novo membro da categoria, um schipperke, a correspondência com um

proxytype simulado por Manuela a partir de CÃO adicionou novos papéis a esta pasta. Outros encontros com instâncias dessa categoria adicionam ainda mais papéis com características às pastas já armazenadas na memória, e todas essas informações convergem etiologicamente à categoria com a qual Manuela covariou na primeira experiência com uma de suas instâncias. Dessa forma, Manuela, ao encontrar uma raposa, simula CÃO (raposas são bastante parecidas com Schipperkes), mas raposas não causariam CÃO se um cão não tivesse causado CÃO no passado (PRINZ, 2005, p. 934).

Fica claro, contudo, que a etiologia sozinha não é suficiente para a aquisição de conteúdos intencionais. Dizer que uma causa incipiente se refere a uma categoria de coisas ignora o fato de que uma mesma coisa pertence a várias categorias. Manuela, ao encontrar um labrador, está encontrando ao mesmo tempo um cão e um animal. Por qual motivo a causa incipiente de CÃO não é, então, todos os animais ou o próprio labrador? Faz-se necessário, aqui, o apelo à covariação nomológica. Em um mundo possível mais próximo onde existam todos os animais exceto cães, CÃO não é instanciado. Da mesma forma, CÃO não se refere apenas a labradores, pois, apesar de causarem tokens de CÃO em todos os mundos possíveis próximos, o mesmo acontece com todas as outras raças, justamente a razão de CÃO se referir a cães em geral. A categoria da referência fica assim delimitada⁶⁷.

Assim, de acordo com Prinz, o conteúdo intencional de um conceito é apreendido através de dois tipos de causalidade, pois a causa incipiente é um elemento dentro de um subconjunto delimitado pela covariação nomológica:

Causalidade nomológica: o conceito está disposto a ser ativado de forma confiável por encontros com membros da categoria, e

Causalidade etiológica: os encontros com membros da categoria desempenharam um papel na aquisição do conceito. (PRINZ, 2005, p. 934)

Ou seja, X é o conteúdo intencional de R se e somente se R covariar nomologicamente com X e X for a causa incipiente de R em um primeiro encontro de S com X (PRINZ, 2002, p. 251).

⁶⁷ Há um caso semelhante em relação a causas proximais e distais. Objetos distais que causam uma representação fazem parte de uma cadeia de causas distais e proximais. Cavalos causam CAVALO da mesma forma que a luz refletida no cavalo, a imagem na retina, atividade no nervo óptico e atividades cerebrais. Se o critério do significado é a causa, a qual delas CAVALO se refere? A resposta é que se cavalos não causassem CAVALO, imagens na retina, por exemplo, também não causariam, porque ocupam uma posição intermediária na corrente causal cavalo/CAVALO. Mas se imagens na retina não causassem CAVALO, cavalos continuariam a causar, visto que CAVALO pode ter várias causas, como o som do relinchar. Ou seja, CAVALO não depende de causas proximais específicas.

Causas incipientes ajudam também a solucionar o problema do verificacionismo implícito em semânticas informacionais. Como vimos, o problema da disjunção na teoria representacional da mente de Fodor só pode ser resolvido com o uso de capacidades epistêmicas para o estabelecimento da base da dependência assimétrica, de forma sincrônica. O encontro com H₂O em nada constitui ÁGUA. Fodor é claro em sua argumentação contra um empirismo “segundo o qual o conceito X é adquirido a partir de experiências como-Xs (presumivelmente por algum tipo de processo de abstração)” (FODOR, 2008, p. 180). Para o cartesianismo conceitual, o conceito interpreta a informação a partir de mecanismos de acesso semântico⁶⁸. Prinz, por sua vez, argumenta que causas incipientes resolvem essa questão:

A covariância nomológica delimita o conjunto de conteúdos potencialmente intencionais. Ela determina que tipo de conceito algo é e a classe de indistinguíveis aos quais responderia. A etiologia então intervém e seleciona a partir desse conjunto delimitado (PRINZ, 2002, p. 250-251).

Assim, Manuela covaria ÁGUA tanto com H₂O como com XYZ, mas, como ÁGUA foi de fato construído a partir de H₂O, respeita-se a intuição anti-verificacionista de que H₂O e não XYZ é o conteúdo intencional de ÁGUA. Porém, sempre pode existir a possibilidade de Manuela ter formado ÁGUA com a única poça de XYZ existente no mundo, passando posteriormente a covariá-lo somente com H₂O, sendo XYZ sua causa incipiente. *Tokens* de ÁGUA em Manuela quando bebe H₂O constituem, então, um erro, pois ÁGUA foi criado para detectar XYZ, saiba Manuela disso ou não:

Em um certo sentido intuitivo, um conceito adquirido como resultado de encontros com Xs *destina-se originalmente* a referir-se a Xs. As origens de um conceito podem fixar a sua identidade mesmo quando esse conceito nunca é aplicado aos objetos com base nos quais foi adquirido (PRINZ, 2002, p. 254).

Esse fato não é um problema, pelo contrário, pois a ideia de que o conteúdo intencional de conceitos está ontologicamente ligado a categorias no mundo reflete um essencialismo⁶⁹ crucial à prática científica. Verificacionismo, aqui, é apenas um recurso, e não a regra.

⁶⁸ Em algum momento no desenvolvimento de seu pensamento, Fodor chega a aventar a possibilidade de que o conteúdo intencional é delimitado por causas reais, mas logo abandona essa posição. O problema é que isso resolve questões relacionadas a terras gêmeas, que são somente causas potenciais, mas deixa intacto o problema do verificacionismo, pois podem existir entidades indistinguíveis na terra real.

⁶⁹ A ideia de que há uma essência subjacente às coisas não é *a priori*. Esse essencialismo pode ser sustentado por um *proxitype* formado por ligações hierárquicas, vinculativas, de transformação e situacionais. Adiante veremos com mais detalhes esse processo relacionado a conceitos abstratos.

5.2. CONTEÚDO COGNITIVO E DUPLA REFERÊNCIA

A fixação de conteúdos intencionais não é, contudo, suficiente para a individuação conceitual. Em primeiro lugar, embora com causas incipientes diferentes, ÁGUA, em Manuela e em sua sócia na Terra Gêmea, sustentam exatamente as mesmas generalizações psicológicas. Em segundo lugar, ainda que HÉSPERO e FÓSFORO tenham a mesma origem, Vênus, possuem poderes cognitivos diferentes em Manuela. Causas incipientes não explicam o fracasso de substituições *salva veritate* entre expressões correferenciais.

Frege resolve esses tipos de caso determinando referentes a partir da apreensão de seus modos de apresentação, ou seja, de seus sentidos. Essa abordagem está na origem do tipo de pragmatismo que baseia a individuação conceitual naquilo que está na mente do sujeito, em conteúdos cognitivos, e, como Fodor bem demonstrou, acabam por nunca conseguir apreender corretamente qualquer conteúdo intencional. Fodor, por sua vez, rejeita a ideia de sentidos e conduz individuações além da referência afirmando que habilidades epistêmicas atuam de modo meramente subsidiário a um pretense referencialismo puro informacionalmente fundado, acabando, por fim, sem conseguir explicar como sua semântica realmente consegue ser independente da psicologia e da epistemologia. Há, de Frege a Fodor, uma tensão aparentemente inconciliável entre conteúdos intencionais e cognitivos.

Vejamos, agora, como *proxytypes* resolvem essas questões. Manuela e sua sócia demonstram as mesmas generalizações psicológicas ainda que a partir de conceitos diferentes, pois seus *proxytypes* para ÁGUA foram construídos a partir de e covariam com as mesmas propriedades perceptuais, entre elas, líquidos transparentes, incolores e inodoros que matam a sede e são encontrados em vários lugares como rios, lagos, mares etc. Como, tanto em Manuela quanto em sua sócia, ÁGUA representa um tipo natural não *enquanto* tipo natural, como diria Fodor, seus *proxytypes* referem-se a aparências, ainda que sendo conceitos distintos por possuírem causas incipientes diferentes.

Em outros casos, o fato de *proxytypes* se relacionarem nomologicamente com suas causas incipientes explica por que conceitos correferenciais como HÉSPERO e FÓSFORO possuem poderes cognitivos distintos em Manuela: ambos foram criados para detectar aspectos diferentes da aparência de seu referente. HÉSPERO intende originalmente a detectar o corpo celeste mais brilhante ao anoitecer e FÓSFORO o corpo celeste mais brilhante ao amanhecer. Por serem quadros de representações perceptuais suficientemente diferentes,

Manuela falha em reconhecer a identidade referencial entre os dois conceitos. Por vezes, esse fenômeno se revela em contextos linguísticos. Palavras podem fazer parte dos quadros esquemáticos de *proxotypes* da mesma forma que qualquer outra representação perceptual. A coinstanciação da fonética ou escrita da palavra “cão” tem o mesmo poder de provocar simulações de estados perceptuais como imagens de cães, por exemplo. Assim, por produzirem *proxotypes* distintos, Manuela pode pensar que *Mithrandir* é nobre, mas não Gandalf, embora ambos sejam correferenciais. Pode acontecer, também, de um mesmo nome fazer parte do conjunto representacional de *proxotypes* diferentes, como quando Manuela falha em perceber que suas crenças sobre um Paderewski político e sobre um Paderewski pintor são na verdade sobre uma mesma pessoa.

Há um sentido, à primeira vista psicologicamente irrelevante, em que Manuela e sua sócia não compartilham ÁGUA, pois H₂O e XYZ intentam seus respectivos conceitos a detectarem propriedades diferentes. Porém, em um outro sentido, Manuela e sua sócia possuem *proxotypes* do mesmo tipo, pois constituídos por representações de características perceptuais também do mesmo tipo. ÁGUA, nas duas, pode ser um quadro esquemático contendo POTÁVEL, INSÍPIDA, INODORA e INCOLOR. Porém, como garantir que *tokens* de POTÁVEL, por exemplo, sejam do mesmo tipo? Deve-se, portanto, evitar o problema do regresso epistemológico:

Mas o que faz com que duas características sejam consideradas iguais? Em alguns casos, duas características contam como iguais se consistirem em características mais primitivas do mesmo tipo. Mas a decomposição deve parar em algum lugar. Devemos chegar a um conjunto de primitivos cujo tipo não é identificado por demais características. Sem uma maneira de dizer quando as características primitivas são idênticas, não há como dizer quando dois *proxotypes* são idênticos ou quantificar a similaridade entre os *proxotypes*. Assim como papéis funcionais, *proxotypes* devem ser ancorados (PRINZ, 2002, p. 273-274).

Poder-se-ia buscar uma saída reducionista e dizer que características perceptuais primitivas são individuadas, em última instância, por estados cerebrais, porém, estes são demasiadamente variados para que possibilitem “generalizações robustas entre indivíduos e espécies” (PRINZ, 2002, p. 274). A solução, contudo, não está muito longe disso, pois estados cerebrais podem ser funcionalmente individuados:

Nos cérebros de mamíferos, as células que respondem às bordas são semelhantes em morfologia, padrões de disparo, conectividade e localização anatômica. Chamemo-las de propriedades neurais puras. A similaridade nas propriedades neurais puras não é necessária para que se tenha células detectoras de bordas. Detectores de borda são assim chamados por causa do que supostamente detectam. Assim como mamíferos, polvos podem ter células que respondem às bordas. Elas podem ser chamadas de detectoras de borda, apesar do fato de os cérebros dos polvos diferirem dos nossos

em propriedades neurais puras. Humanos e polvos compartilham estados cerebrais, desde que se individualizem os estados cerebrais pelas propriedades distais que eles detectam (PRINZ 2002, p. 274).

Dessa forma, representações perceptuais primitivas podem ser individuadas pelo conjunto de propriedades distais que detectam. Assim, se *proxytypes* são individuados pelas representações que o constituem, e estas são individuadas por primitivos perceptuais que detectam aparências, *proxytypes* são individuados pelas aparências que detectam (PRINZ, 2002, p. 275).

Parece, contudo, haver algo de incoerente nisso tudo. Para pragmáticos e neofregeanos em geral, possui um conceito quem captura o sentido de seu referente. Porém, não é exatamente isso que estamos dizendo que fazem *proxytypes* ao serem construídos a partir daquilo que somos capazes de detectar e capturar na experiência sensível? Afinal, *proxytypes* são simulações reais ou possíveis na memória de trabalho que recolocam um sujeito em um estado perceptual similar àquele em que esteve quando da experiência sensorial original. Esse estado perceptual refere-se, antes de tudo, à aparência das coisas no mundo. Ainda que, por um lado, causas incipientes fixem o conteúdo intencional a partir de um conjunto delimitado pela covariação nomológica, por outro lado, a própria covariação é sustentada pela detecção de propriedades aparentes de objetos e eventos externos ao sujeito. *Proxytypes* seriam, à primeira vista, identificados com conteúdos cognitivos.

Portanto, questiona Prinz (2002, p. 276), “se *proxytypes* são conceitos e *proxytypes* se referem a aparências, então conceitos se referem a aparências. Mas se conceitos se referem a aparências, como podem se referir a tipos naturais? A resposta é simples. Eles se referem a ambos”. Prinz busca inspiração em uma distinção feita por Locke entre duas essências, uma real, outra nominal, para afirmar que conceitos podem se referir de duas maneiras⁷⁰. A essência real da água, por exemplo, é o que a faz ser o que é e possuir as propriedades observáveis que possui. É sua composição química subjacente, H₂O, que dá origem às suas características essenciais como liquidez, transparência e solvência. A essência nominal da água, por outro lado, é o conceito ÁGUA que temos em mente, formado pelas ideias correspondentes a suas propriedades observáveis e que nos fazem detectar algo como sendo água, ou seja, características como “incolor”, “insípida”, “inodora” e “essencial para a vida”.

⁷⁰ Não confundir com o que Fodor chama de “semântica de dois fatores” (FODOR, 2008, p. 53), onde conceitos supostamente possuiriam tanto sentido como referência. A crítica de Fodor é principalmente sobre a ideia de que sentidos são capazes de fixar a referência através da satisfação de suas condições de posse, ou seja, que um certo “representar como” é anterior e tem primazia sobre um “representar que”. Seu alvo principal são as semânticas de papel inferencial.

Assim, “as essências nominais estão na mente e as essências reais estão no mundo” (PRINZ, 2002, p. 277), e as primeiras, à medida que rastreiam as propriedades subjacentes da água através de suas características aparentes, se referem às últimas.

Assim, essências nominais se referem a essências reais, mas não somente:

Ideias têm na mente uma dupla referência: 1. Às vezes, referem-se a uma suposta essência real de cada espécie de coisas. 2. Às vezes, são projetadas apenas para serem imagens e representações na mente, de coisas que existem, através de ideias daquelas qualidades que podem ser descobertas nelas. Em ambos os sentidos, as cópias desses originais e arquétipos são imperfeitas e inadequadas (LOCKE, 1997, p. 339).

De acordo com Prinz, “esta passagem implica que as essências nominais se referem às essências reais das coisas e às ‘qualidades que podem ser descobertas nelas’” (PRINZ, 2002, p. 277). Pode-se, portanto, dizer que conceitos, ainda que considerados enquanto essências nominais, possuiriam uma dupla referência, e, por isso mesmo, um duplo conteúdo: conteúdo real e conteúdo nominal. *ÁGUA*, em Manuela, seria uma essência nominal constituída pelo conjunto de representações *INCOLOR*, *INODORA* e *INSÍPIDA*, construído a partir de primitivos perceptuais que se referem tanto às aparências de incolor, inodora e insípida da água, seu conteúdo nominal, quanto à essência real da água, H_2O , seu conteúdo real, que, por sua vez, constrange as instâncias nominais.

Percebe-se, dessa forma, que as perguntas “como conteúdos cognitivos podem fornecer conteúdos intencionais?”, dos pragmáticos conceituais, e “como conteúdos intencionais podem ser apreendidos independentemente de conteúdos cognitivos?”, dos cartesianos, parecem inadequadas, explicando o fracasso na obtenção de respostas. O fato é que há dois tipos de conteúdo intencional, pois conceitos se referem de duas maneiras, e, portanto, possuem dois tipos de conteúdo: um real, outro nominal. O que tradicionalmente se habituou chamar de conteúdo intencional é o que Prinz chama de conteúdo real. Já os conteúdos nominais, assim como os cognitivos, sobrevêm ao que está na mente, porém, o fato de serem um conjunto de propriedades no mundo, faz com que possam ser individuados externamente (PRINZ, 2002, p. 278).

Para ilustrar, imagine um sujeito S que acredita que P. S pode acreditar que P pois P foi, de uma forma ou de outra, individuado, senão S acreditaria em outra coisa qualquer. Para um neofregeano, como Peacocke, P adquire seu conteúdo a partir da satisfação das condições de posse de um conceito C, que, como vimos, acontece através de habilidades epistêmicas,

portanto, cognitivas, de S. Aqui, a apreensão de um sentido determina a referência. Fodor, por sua vez, diria que S acredita que P porque acreditar que P é o resultado de uma computação mental que ocorre sintaticamente sobre símbolos atômicos cuja semântica provém exclusivamente da covariação nomológica entre C, ou seja, o conteúdo de P, e seu referente. Aqui, a semântica se esgota na referência. Vimos, em tópicos anteriores, como essas duas posições são problemáticas. Na teoria de Prinz, S acredita que P, pois acreditar que P é simular um estado perceptual a partir de um *proxytype* que adquire seu conteúdo nominal ao covariar nomologicamente com a aparência de P, que, por sua vez, expressa as propriedades essenciais do conteúdo real de P. Logo, aquilo que faz P ser o que é constrange a aparência que P pode apresentar. Aqui, a referência determina o sentido, ou, em uma terminologia mais adequada, “conteúdos reais exercem controle normativo sobre *proxytypes*” (PRINZ, 2002, p. 282).

Esse último ponto é importante para entendermos que, ao contrário da primeira impressão, conteúdos reais possuem relevância psicológica. ÁGUA, em Manuela, tem como causa incipiente H₂O, e cada um de seus *tokens* é um *proxytype*. Em um primeiro momento, ÁGUA tinha como conteúdo nominal apenas “incolor”, “inodora” e “insípida”, sendo um *proxytype* covariante apenas com essas propriedades. Com o tempo e mais contato com água, *tokens* de ÁGUA passaram a incluir seus três estados, assim como seu ponto de ebulição. Poderia haver, contudo, um mundo possível mais ou menos próximo onde a pressão atmosférica impediria a fervura da água. Nele, *tokens* de ÁGUA em Manuela não possuiriam pontos de ebulição. A questão aqui é que diferentes *proxytypes* de ÁGUA se referem a diferentes conjuntos de propriedades da água, mas o conjunto desses *proxytypes* se refere à essência real da água, sua causa incipiente, H₂O. Dessa forma:

Para garantir uma correspondência constante entre conceitos e conteúdos reais, *proxytypes* devem evoluir em circunstâncias reais e contrafactuais de uma forma que reflita as características desses conteúdos. (...) As mudanças em nossos *proxytypes* são ditadas por características de conteúdos reais (PRINZ, 2002, p. 281).

Em outras palavras, a diversidade de *proxytypes* de ÁGUA servem para rastrear seu conteúdo real, H₂O. Torna-se mais claro, portanto, o que foi dito antes sobre causas incipientes intentarem suas detecções. Situações reais e contrafactuais para XYZ, por exemplo, estariam relacionadas a um outro tipo de conjunto de *proxytypes*. Assim, conclui Prinz (2002, p. 282):

Se os psicólogos quiserem compreender por que os conceitos das pessoas evoluem da forma como evoluem, prestar atenção ao conteúdo real desses conceitos é

inestimável. O desenvolvimento conceitual é uma questão de ajustar nossas habilidades para rastrear conteúdos reais por meio de aparências. Tanto o essencialismo psicológico como o amadurecimento representacional podem ser iluminados pelo apelo a conteúdos reais.

5.3. PUBLICIDADE

Por existirem dois conteúdos, um real e um nominal, “há, portanto, um sentido estrito de partilha de conceitos e dois sentidos menos rigorosos de partilha de conceitos” (PRINZ, 2002, p. 279). *Tokens* de um conceito C em dois sujeitos, S_1 e S_2 , são estritamente do mesmo tipo quando compartilham tanto seus conteúdos reais quanto seus conteúdos nominais. Frequentemente acontece, porém, desses *tokens* serem apenas de um mesmo tipo real ou de um mesmo tipo nominal, ao compartilharem somente uma forma de conteúdo.

Assim, S_1 e seu sócia na terra gêmea compartilham apenas #água#, de <água, #água#>, sendo o conteúdo nominal de ÁGUA suficiente para explicar as mesmas generalizações psicológicas entre os dois, apesar da falta de partilha entre os conteúdos reais H_2O e XYZ. Em outros casos, S_1 , para quem água é apenas um líquido incolor, e S_2 , para quem água é apenas um líquido transparente, compartilham apenas água, de <água, #água#>, sendo o compartilhamento do mesmo conteúdo real H_2O insuficiente para generalizações psicológicas. Muitas vezes, contudo, *tokens* de ÁGUA em S_1 e S_2 são de um mesmo tipo real e nominal. Quando mecanismos de detecção fazem parte da própria estrutura do veículo de conceitos, problemas como os de Frege ou sobre terras gêmeas perdem muito de seu apelo e mistério.

Fodor já alertava sobre alguns falsos problemas na individuação de conceitos em relação a sentidos e referências. Porém, para melhor entendermos o que Prinz quis dizer quando afirmou que a teoria de Fodor é mais adequada ao empirismo, vale a leitura de uma passagem completa:

Se o referencialismo for verdadeiro e o conteúdo de um conceito for a sua referência, podemos simplesmente parar de nos preocupar com a Terra Gêmea (...). Pois, se não existem sentidos, então não há dúvida se meu gêmeo e eu temos o mesmo conceito de ÁGUA. Claramente não o temos, uma vez que, por suposição, os nossos conceitos de ÁGUA nem sequer são coextensivos. Então: eu acredito que a água está molhada, mas meu gêmeo não; meu irmão gêmeo acredita que XYZ está molhado, mas eu não. Ponto. Não há (apesar de muita publicidade em contrário) nenhum enigma residual sobre a razão pela qual as nossas crenças bastante diferentes deveriam, no entanto, resultar na realização de ações arbitrariamente semelhantes. Isto porque é inteiramente compatível com o referencialismo (...) que a forma como alguém age de acordo com as suas crenças depende não apenas do seu conteúdo, mas também daquilo que se acredita sobre o que se está a pensar. Bem, o que meu gêmeo acredita sobre XYZ é exatamente o que acredito sobre H_2O . Então é

claro que ele age em relação a um assim como eu ajo em relação ao outro. Exatamente por que todo o alarido sobre o “externalismo” deveria ser um alarido? (FODOR, 2008, p. 17).

Fodor e seu gêmeo, portanto, compartilhariam somente crenças, mas não conceitos. Note, porém, que crenças são sensíveis à forma de conceitos, pois o que explica atitudes proposicionais são processos mentais sobre a sintaxe de veículos no Mentalês, que, por sua vez, é determinada pelo modo de acesso semântico ao referente. Logo, pelo menos em um sentido, Fodor e seu gêmeo possuem as mesmas generalizações psicológicas porque compartilham, sim, conceitos, mas somente em relação aos mecanismos epistêmicos que os determinam. *Proxymities*, ao colocarem tais mecanismos na própria estrutura conceitual, retira um nível de explicação desnecessário da teoria de Fodor e simplifica a natureza de nossos pensamentos. Para Prinz, *tokens* de ÁGUA em Fodor e seu gêmeo seriam simplesmente do mesmo tipo nominal, respeitando-se a distinção em relação ao “externalismo” de suas causas incipientes.

Há, no entanto, um problema mais sério: ainda que conteúdos reais exerçam controle normativo sobre *proxymities*, estes são individuados a partir de seus conteúdos nominais, ou seja, S_1 e S_2 podem possuir *proxymities* extremamente variáveis, pois “diferentes experiências e crenças explicativas levam a diferenças nas redes de memória de longo prazo” (PRINZ, 2002, p. 152). A dificuldade em explicar como pessoas podem compartilhar conceitos formados por estruturas tão distintas é crucial no debate se conceitos são representações mentais ou aquilo que representações mentais expressam. Como vimos, Peacocke, defensor da segunda opção, afirma que conceitos não podem ser representações mentais, pois um mesmo conceito pode ser representado pela mesma pessoa e por pessoas diferentes das mais variadas formas. Na mesma lógica, Georges Rey aponta que uma mesma representação pode expressar conceitos diferentes: “uma pessoa pode usar uma imagem de avenidas movimentadas para expressar CIDADE, outra para expressar POLUIÇÃO” (REY, 1998, p. 507). Por esse motivo, pessoas não compartilhariam representações mentais, mas conceitos, ponto que Frege já antecipava ao afirmar que pensamentos devem ser objetivos.

Para Fodor, conceitos são, sim, representações mentais, mas desprovidas de qualquer estrutura epistêmica constituinte. Pouco importa que *tokens* de C em S_1 e S_2 sejam diferentes, desde que sejam do mesmo tipo. Pensar em chihuahuas ou pastores alemães é sempre poder pensar, com CACHORRO, em cachorros:

Como (...) conceitos são símbolos, presume-se que eles satisfaçam uma relação tipo/token; dizer que duas pessoas compartilham um conceito (ou seja, que elas têm literalmente o mesmo conceito) é, portanto, dizer que elas têm tokens literalmente do mesmo tipo de conceito (FODOR, 1998, p. 28).

Em outras palavras, S_1 e S_2 compartilham C , pois possuir C é poder pensar em seu referente.

Já *proxytypes*, de acordo com Prinz, respondem com sucesso apontamentos como os de Peacocke e Rey e superam a posição de Fodor ao substituírem símbolos amodais e discretos por representações modais e dinâmicas no modelo de Barsalou:

Uma vez armazenado, um símbolo perceptual não funciona rigidamente como um símbolo discreto. Como um símbolo perceptual é um padrão associativo de neurônios, sua ativação subsequente possui propriedades dinâmicas. Em vez de ser restaurado exatamente igual em ocasiões posteriores, sua ativação pode variar amplamente. (...) Diferentes contextos podem distorcer as ativações do padrão original (...). (BARSALOU, 1999, p. 584).

Assim, conceitos variam com o contexto. S_1 , na cozinha de sua casa, simula FACA como um utensílio doméstico, S_2 , na rua, simula FACA como uma arma branca. Em situações comunicativas, esse tipo de variabilidade é uma vantagem, pois pessoas quando compartilham conceitos estão, normalmente, no mesmo contexto. Isso explica como, dentro da vasta quantidade de informações na memória de S_1 e S_2 , aquelas resgatadas para a simulação de um *proxytype* podem ser bastante similares, o que favorece a publicidade conceitual.

Prinz afirma, no entanto, que, na maioria das vezes, contextos sequer chegam a exercer influência sobre *proxytypes*, sendo suas simulações construídas a partir de representações padrão análogas a protótipos, por reunirem, entre outras coisas, informações de tipicidade, “conformando-se às tendências centrais comuns subjacentes às diferenças no conhecimento individual” (PRINZ, 2002, p. 161). Estes seriam como quadros esquemáticos de símbolos perceptuais que abstraem de detalhes insignificantes e contém apenas as informações mais frequentes e relevantes de uma categoria. Por partilharmos “um sistema cognitivo comum, experiência comum com o mundo físico e instituições socioculturais que induzem convenções” (BARSALOU, 1999, p. 588), *proxytypes* padrão são “relativamente estáveis, amplamente compartilhados e frequentemente responsáveis por orientar o comportamento ordinário direcionado a categorias” (PRINZ, 2002, p. 154) do mundo durante o rápido fluxo de nossas atividades cognitivas. Assim, na ausência de contexto, S_1 e S_2 ainda assim podem se comunicar, simulando *proxytypes* padrão e os adaptando no decorrer da interação, e, tanto S_1 quanto S_2 , no curso de seus fluxos mentais, estão livres do peso de detalhes desnecessários ao raciocínio como aqueles impostos pelas informações contextuais.

Para nossas inferências, CÃO às vezes é simplesmente um mamífero quadrúpede, de tamanho médio, peludo, com cauda, leal, brincalhão e que late.

Conceitos não precisam, portanto, de um compartilhamento perfeito para possuírem um caráter público. Para a satisfação do desiderato da publicidade é suficiente o controle que conteúdos reais exercem sobre *proxytypes*, a restrição contextual na construção de simulações e o uso de representações padrão relativamente estáveis. Fodor afirma que conceitos podem ser públicos porque transparentes em relação a seus conteúdos informacionais. S_1 pensa X a partir de um conceito C e S_2 pensa Y a partir de C, mas ambos pensam com a mesma semântica de C, ou seja, no mesmo referente. Para Prinz, C, em S_1 e S_2 , não são idênticos, mas somente similares, ainda que, eventualmente, do mesmo tipo real. Longe de ser um problema, essa concepção é muito mais plausível com a forma como conceitos funcionam na vida real:

A comunicação muitas vezes é imperfeita (...). Estas pequenas discrepâncias podem ser explicadas dizendo-se que nossos conceitos são semelhantes, mas não exatamente iguais. A publicidade explica melhor a comunicação e a congruência comportamental se admitir graus. (PRINZ, 2002, p. 159).

Assim, diferente do que defende Fodor, uma completa identidade não é necessária para a similaridade entre conceitos. É suficiente para a satisfação do desiderato da publicidade que conceitos expliquem o comportamento coordenado entre as pessoas:

Precisamos explicar por que as pessoas vão ao quiroprata quando têm dores nas costas. Precisamos explicar por que as pessoas seguem os mesmos passos para ferver um ovo. Nenhuma dessas semelhanças exige identidade perfeita de conceitos. E as diferenças também são fáceis de multiplicar. Se você acha que os quiropratas são charlatões, você irá para outro lugar com sua dor nas costas. Uma vez que começamos a considerar conceitos como orientados à ação, a variação torna-se tão essencial quanto a semelhança (CLARK; PRINZ, 2004, p. 62).

5.4. COMPOSICIONALIDADE

Um dos principais caminhos que levam Fodor ao atomismo informacional é sua rejeição à ideia de que representações mentais semanticamente estruturadas são capazes de compor entre si. Para ele, “a referência é a única propriedade semântica que compõe” (FODOR, 2008, p. 18), o que impossibilitaria que mecanismos de acesso e detecção, como protótipos, pudessem ser constituintes de conceitos. Como vimos, se conceitos fossem protótipos, o protótipo do conceito complexo estaria em função dos protótipos de suas partes, o que não acontece no caso de características emergentes: “a vaca marrom [prototípica] pode ser perigosa mesmo que a propriedade perigosa não pertença ao marrom [protótipo] ou à vaca

[protótipo]” (FODOR; LEPORE, 1992, p. 186). Para Fodor, PERIGOSA simplesmente não faz parte do conceito complexo, mas é apenas uma crença contingente, ou seja, o resultado de algum processo mental sobre a sintaxe de VACA MARROM, que, por sua vez, esgota sua semântica em VACA e MARROM. VACA MARROM é somente uma vaca que é marrom, e, se perigosa, isso não está em seu conceito. Ou seja, possuir VACA MARROM é ser capaz de pensar em vacas marrons. Essa possibilidade sustenta crenças sobre como vacas marrons podem ser perigosas. Assim, a forma como PEIXE e DE ESTIMAÇÃO combinam para formar PEIXE DE ESTIMAÇÃO deve ser totalmente insensível a contextos ou a crenças sobre peixes e animais de estimação. PEIXE deve levar sua semântica da mesma forma para PEIXE DE ESTIMAÇÃO e PEIXE FRITO, por exemplo, pouco importando se peixes de estimação vivem em aquários e peixes antes de serem fritos, no mar: características contingentes, se constituintes de conceitos, impediriam qualquer processo estável de composição. Mais ainda, protótipos substituiriam inferências necessárias por estatísticas em sua individuação, caindo na mesma armadilha da analiticidade definicional ao pressuporem algum tipo de identidade para explicar avaliações de similaridade.

Portanto, argumentaria Fodor, se *proxytypes* muitas vezes funcionam como protótipos e protótipos não compõem entre si, conceitos não poderiam ser *proxytypes*, pois sem o princípio da composicionalidade o pensamento e a linguagem seriam caóticos e imprevisíveis e a comunicação seria extremamente difícil. Ao menos desde Chomsky, um dos principais fundamentos da crença em símbolos amodais é de que só seríamos capazes de compreender novas expressões a partir de um conjunto de regras fixas para a produtividade e a sistematicidade mentais, e estas pressupõem que conceitos devem ser composicionais.

Já vimos como *proxytypes* superam questões concernentes à analiticidade e individuação: não são listas de características amodais como a psicologia costumeiramente considerou serem protótipos, mas, sim, tão informacionais como os símbolos do Mentalês de Fodor, apenas trazendo para sua constituição os próprios mecanismos de detecção a partir dos quais são construídos. Isso faz com que nosso conhecimento perceptual ocorra dentro de um sistema conceitual, e não de simples registro e gravação:

Um sistema conceitual interpreta as entidades em uma gravação. Ao perceber um piquenique, o sistema conceitual humano pode interpretar os indivíduos percebidos como instâncias de árvore, mesa, melancia, comida, acima e assim por diante. Para conseguir isso, o sistema conceitual liga *tokens* específicos na percepção (isto é, indivíduos) ao conhecimento de tipos gerais de coisas na memória (isto é, conceitos). Claramente, um sistema que registra apenas a experiência perceptiva não

pode construir indivíduos desta maneira – apenas os registra no contexto holístico de um evento indiferenciado (BARSALOU, 1999, p. 581).

Essas partes semanticamente interpretáveis são armazenadas como representações mentais dentro de quadros esquemáticas extremamente componenciais, dinâmicos, e, por esse motivo, altamente produtivos, o que permite que, em casos ordinários, diversos estados perceptuais sejam combinados entre si, inclusive no que diz respeito a relações espaciais. Como a mente é capaz de abstrair componentes de uma representação e transportá-los para outras, não seria difícil para um sujeito simular VACA MARROM a partir de VACA e MARROM combinando suas respectivas representações prototípicas e sobrepondo a cor marrom ao malhado típico de vacas. Pode-se também simular VACA MARROM ACIMA DO AVIÃO introduzindo na simulação relações espaciais abstraídas de quaisquer outras experiências anteriores⁷¹, ou VACA MUITO MARROM ACIMA DO AVIÃO, e, assim, indefinidamente.

Resta o problema de características emergentes. Supostamente, nenhuma combinação dos *proxytypes* VACA e MARROM adicionaria PERIGOSA à simulação de VACA MARROM. A questão central é que o tipo de empirismo pressuposto por *proxytypes* não permite que tais características sejam o resultado de crenças sobre símbolos amodais de uma linguagem do pensamento, ou, em outras palavras, que PERIGOSA seja resultado de processos em sistemas cognitivos diferentes daqueles sensoriais. Pensar, se conceitos forem *proxytypes*, é, em si mesmo, uma simulação de estados perceptuais, onde PERIGOSA deve, de alguma forma, estar contido em VACA MARROM. Para que isso seja possível, conceitos complexos devem poder ser construídos de uma forma além da puramente composicional.

Proxytypes, segundo Prinz, possuem ferramentas adequadas para essa tarefa. Características emergentes de conceitos complexos teriam sua origem em fontes externas às partes do conceito, como em exemplares ou outras informações de conhecimento de fundo. Assim, PEIXE DE ESTIMAÇÃO é simulado vivendo em aquários não pelo resultado combinatório entre suas partes, mas por ser um resgate na memória de um exemplar formado a partir do encontro com peixes de estimação reais. Ou seja, ainda que contingentes, pois Manuela pode ter um peixe de estimação em um lago, características emergentes muitas vezes são uma simples questão de coinstanciações observadas em exemplares. Em outro caso, CARPINTEIRO DE HARVARD é simulado como NÃO MATERIALISTA ainda que essa

⁷¹ “Durante a percepção de um balão acima de uma nuvem, por exemplo, a atenção seletiva concentra-se nas regiões ocupadas do espaço, filtrando as entidades nelas contidas. Como resultado, desenvolve-se uma representação esquemática de *acima* que contém duas regiões esquemáticas do espaço dentro de um dos vários quadros referenciais possíveis.” (BARSALOU, 1999, p. 593)

característica não esteja nem em CARPINTEIRO nem em DE HARVARD e mesmo sem o resgate na memória de qualquer exemplar de carpinteiros de Harvard. Tal característica emerge como resultado do conhecimento de fundo de que alguém formado em Harvard provavelmente pode alcançar profissões com altos salários, e, se escolheu ser carpinteiro, foi por motivos não financeiros, sendo, portanto, não materialista (PRINZ, 2002, p. 291). Como sabemos, *proxotypes* são simulações não somente de estados perceptuais estáticos, mas também de sequências de eventos, situações e transformações, o que explica seu poder inferencial:

Em vez de assumir que as pessoas utilizam teorias para enquadrar conceitos, pode ser mais realista assumir que as pessoas utilizam eventos simulados da experiência diária. Por exemplo, muitas vezes supõe-se que uma teoria intuitiva sobre a biologia enquadra conceitos de tipos naturais. Alternativamente, simulações de eventos biológicos podem enquadrar estes conceitos e representar implicitamente os princípios teóricos que lhes estão subjacentes. Especificamente, simulações de nascimento, crescimento e acasalamento podem enquadrar conceitos como *animal* e representar princípios teóricos como os de *mães dão à luz bebês, que crescem para produzir seus próprios descendentes* (BARSALOU, 1999, p. 604).

Aqui, se revela uma sutil diferença entre o racionalismo de Fodor e o empirismo de Prinz, que é, em última instância, a diferença entre o uso de veículos amodais ou modais pelo pensamento. Para Fodor, há uma profunda primazia do pensamento ante crenças, capacidades e ações; para Prinz, o pensamento traz consigo todas essas habilidades orientadas a ações, “que nos permitem classificar, fazer inferências e coordenar fisicamente o comportamento com objetos no mundo” (CLARK; PRINZ, 2004, p. 60). Imagine o conceito HOMEM INVISÍVEL. Possui tal conceito, segundo Fodor, quem é capaz de pensar em homens invisíveis, o que ocorre pela composição semântica de HOMEM e INVISÍVEL, que, por sua vez, se esgota na possibilidade de se pensar em homens e em ser invisível. A composicionalidade é, aqui, essencial: *é porque* conceitos compõem entre si que pensamentos podem ser computações mentais. Qualquer crença emergente sobre homens invisíveis, como ser perigoso ou um super-herói, é contingente e posterior, resultando de processos sobre a sintaxe de HOMEM INVISÍVEL. Se HOMEM e INVISÍVEL englobassem, cada um, conjuntos de representações contingentes, HOMEM INVISÍVEL seria, a cada instante e em cada pessoa, algo sempre diferente, o que produziria constantes erros sintáticos, afinal, “ter um conceito complexo é aceitar as inferências que são licenciadas pela sua estrutura composicional” (FODOR, 2004, p. 103).

Já para Prinz, HOMEM INVISÍVEL é uma simulação perceptual. Supondo que Manuela tenha encontrado alguns exemplares de homens invisíveis em sua vida, e, todos eles,

eram super-heróis. Assim, *HOMEM INVISÍVEL*, em Manuela, não é resultado da composição de *HOMEM* e *INVISÍVEL*, mas uma simulação que inclui, em si mesma, *SUPER HERÓI*. Pode acontecer, também, de Manuela não possuir representações de exemplares de homens invisíveis na memória, e, ainda assim, ser capaz de simular *HOMEM INVISÍVEL* como *PERIGOSO* por usar seu conhecimento de fundo sobre o potencial uso indevido da invisibilidade, como para espionagem, roubo ou causar danos sem consequências. Caso Manuela não possua exemplares na memória nem tampouco conhecimento de fundo sobre homens invisíveis, somente aí, usando a capacidade produtiva de *proxotypes*, *HOMEM INVISÍVEL* poderia ser produzido de maneira puramente composicional. Ou seja, aqui, a composicionalidade deixa de ser essencial e se torna apenas mais uma habilidade, onde a primazia, agora, é de simulações construídas pelo sujeito a partir de certos contextos.

Não que a capacidade composicional entre conceitos não seja importante, pois o que Prinz realmente sugere é que o desiderato da composicionalidade, da forma como coloca Fodor,

interpreta mal a modalidade do requisito de composicionalidade. Uma coisa é dizer que, na verdade, os protótipos de conceitos frasais não são derivados composicionalmente, e outra coisa é dizer que eles não podem ser derivados composicionalmente. Da mesma forma, uma coisa é dizer que conceitos devem *ser* composicionais e outra é dizer que devem ser *capazes* de combinação composicional. Afirmo que apenas esta última é necessária (PRINZ, 2002, p. 291).

Ou seja, “a composicionalidade, assim como a produtividade e a sistematicidade, é uma habilidade” (CLARK; PRINZ, 2004, p. 61). Características emergentes são essenciais ao comportamento humano, fazendo parte daquilo mesmo sobre os quais são construídos pensamentos. Conceitos, desde sua origem, são contextualmente produzidos com vistas à ação e orientação no mundo. Diante dessas constatações, Fodor, em resposta a Clark e Prinz, dá de ombros:

Ninguém duvida, é claro, que conceitos complexos têm características “emergentes”. (Cf. “As características emergentes são um guia para a vida”). Isso parece muito surpreendente, mas não é. Significa apenas que qualquer pessoa que tenha um conceito (complexo) provavelmente será consistente não apenas no que diz respeito às inferências analíticas em que está envolvido, mas também no que diz respeito a muitas inferências contingentes (FODOR, 2004b, p. 103).

Mas essa, definitivamente, não é a questão principal. Como já visto, a pureza composicional em Fodor é possível pois mecanismos de acesso semântico não são constitutivos de conceitos. Porém, como também vimos, a forma sintática de veículos no Mentalês é, em última instância, semanticamente determinada por estes mesmos mecanismos. Prinz, apoiando-se em

teorias como a de Barsalou, mostra como conceitos podem ser perceptualmente fundados, levando mecanismos de detecção para suas próprias estruturas. O ponto central, portanto, é: por qual motivo insistir em transduções de modalidades sensoriais para símbolos amodais quando conceitos podem, em si mesmo, simular perceptualmente crenças e todo o conjunto de habilidades às quais Fodor negou constituição conceitual? O fato de que nossos conceitos complexos possuem características emergentes é emblemático para compreendermos a diferença entre o racionalismo de Fodor e o empirismo de Prinz, ao mesmo tempo em que mostra o quão próximos estão um do outro.

5.5. AQUISIÇÃO

Para Fodor, não há aprendizagem de conceitos, mas somente aquisição através de mecanismos de acesso semântico, aprendidos ou inatos. A partir do momento que deixam de ser meros indicadores e trazem para sua estrutura os próprios mecanismos de detecção, conceitos deveriam ser, da mesma forma, aprendidos ou inatos. *Proxotypes*, no entanto, são simulações que são ou podem ser produzidas a partir de cópias de um conjunto de representações mentais construídas exclusivamente de forma perceptual, o que, a princípio, rejeitaria qualquer tipo de inatismo. O problema aqui é explicar como um sistema conceitual empirista, ao contrário de sistemas de simples gravação e registro, é capaz de interpretar a experiência sensível. Interpretar, aqui, deve ser entendido como compreender o todo não holisticamente, mas a partir do conjunto de suas partes. Como apontou Fodor, como um conceito pode ser aprendido através de dados sensíveis se o dado sensível é não conceitual e, por isso mesmo, precisa ser interpretado por um conceito?

Racionalistas, porém, tropeçam na incapacidade de explicar como ocorreria o processo de transdução de dados sensíveis e representações não conceituais para símbolos amodais dentro de uma linguagem do pensamento, e como, afinal, tais símbolos podem se referir a alguma coisa do mundo exterior. A saída para o empirista é, segundo Prinz, concordar que nem toda representação é conceitual, pois haveria uma espécie de nativismo que postula a existência de representações que não estão sob o controle endógeno do organismo e que seriam “causadas pela estimulação ambiental juntamente com mecanismos dentro dos sistemas de entrada” (PRINZ, 2002, p. 197). Como percepção e cognição partilham dos mesmos sistemas cerebrais, tais representações seriam da mesma natureza que as próprias estruturas sensoriais e motoras inatas que as sustentam e dão origem, o que torna irrelevante qualquer consideração sobre processos de transdução.

O linguista e filósofo George Lakoff chama representações desse tipo de conceitos corporificados, e que fazem parte de uma espécie de inconsciente cognitivo:

De uma perspectiva biológica, é eminentemente plausível que a razão tenha surgido dos sistemas sensoriais e motores e que ainda utilize esses sistemas ou estruturas desenvolvidas a partir deles. Isso explica por que temos os tipos de conceitos que temos e por que nossos conceitos têm as propriedades que possuem. Explica por que nossos conceitos de relações espaciais devem ser topológicos e orientacionais. E explica por que o nosso sistema de estruturação e raciocínio sobre eventos de todos os tipos deveria ter a estrutura de um sistema de controle motor (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 43)

Assim, representações perceptuais primitivas que servem de elementos fundamentais para a construção de quadros esquemáticos simulados por *proxotypes* seriam aprendidas inconscientemente pela experiência sensível a partir da própria forma como se dá a relação do corpo humano com o ambiente que o cerca⁷². Tais dados sensoriais primitivos seriam melhor qualificados como preconceituais, ao invés de não conceituais, pois “não conceitual implica uma distinção muito nítida entre o perceptual e o conceitual” (PRINZ, 2002, p. 112). *Proxotypes*, portanto, seriam capazes de interpretar o mundo a partir de um reduzido número de representações controladas por estímulos sensoriais exógenos, entre as quais, aquelas geradas pela capacidade de detectar bordas, cores, formas e movimentos em um ambiente visual, ou, ainda, pela capacidade de perceber o mundo em três dimensões e estimar distâncias.

De acordo com Fodor, a representação perceptual de três girafas na savana só é capaz de representar três girafas na savana *enquanto* três girafas na savana para quem possua TRÊS, GIRAFA e SAVANA (FODOR, 2008, p. 176-177). Para o empirista conceitual, o simples fato de possuímos, entre outros, conceitos de categorias de nível básico⁷³ ou conceitos de relações espaciais⁷⁴ explica como, a partir de dados sensíveis preconceituais, perceptos podem ser armazenados na memória como membros de uma categoria de nível básico localizados em

⁷² Como vimos, o próprio Fodor já flertava com um tipo de neokantismo ao abandonar o inatismo conceitual da primeira fase de seu pensamento em nome do inatismo apenas de mecanismos de detecção.

⁷³ “As categorias de nível básico distinguem-se das categorias superiores por aspectos dos nossos corpos, cérebros e mentes (...). O significado filosófico destes resultados segue diretamente. Primeiro, a divisão entre categorias de nível básico e de nível não básico é baseada no corpo, isto é, baseada na percepção gestaltica, programas motores e imagens mentais. Por causa disso, o realismo metafísico clássico não pode estar certo, uma vez que as propriedades das categorias são mediadas pelo corpo e não determinadas diretamente por uma realidade independente da mente.” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 27)

⁷⁴ “Os conceitos frente e verso são baseados no corpo. Eles só fazem sentido para seres com frentes e costas. Se todos os seres deste planeta fossem esferas estacionárias uniformes, flutuando em algum meio e percebendo igualmente em todas as direções, eles não teriam conceitos de frente ou de trás. Mas não somos nada disso. Nossos corpos são simétricos em alguns aspectos e não em outros. Temos rostos e nos movemos na direção em que vemos. Nossos corpos definem um conjunto de orientações espaciais fundamentais que usamos não apenas para nos orientar, mas para perceber a relação de um objeto com outro.” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 34)

algum espaço. A partir dessas representações, quadros esquemáticos podem ser construídos pelo acréscimo de cada vez mais detalhes e informações de coinstanciações, o que, por fim, possibilita a produção de *proxytypes* sob o controle do organismo, recebendo, finalmente, o *status* de conceitos.

5.6. ESCOPO

Frequentemente, o combate ao empirismo acontece através do fornecimento de contraexemplos. Se *proxytypes* são, todos, aprendidos através da experiência a partir de representações primitivas produzidas por estruturas e sistemas inerentes ao organismo, estando, estes também, sob o controle exógeno de estímulos sensoriais, como, afinal, um sujeito pode ter pensamentos a partir de conceitos abstratos? Tudo seria muito simples se pensássemos somente em peixes de estimação ou vacas pretas à noite, porém, possuímos conceitos como VERDADE ou DISJUNÇÃO, conceitos de relações e essências inobserváveis como CAUSALIDADE e QUARK, ou, ainda, conceitos morais e religiosos como VIRTUDE e DEUS.

5.6.1. Conceitos Abstratos

A estratégia preferida de Barsalou é explicar como conceitos abstratos podem ser empiricamente construídos pelo próprio poder produtivo de representações perceptuais e através do mapeamento entre simulações e estados de coisas no mundo (BARSALOU, 1999, p. 601), ou, na ótica de Prinz, mostrar que “aquelas coisas que não podem ser representadas usando *proxytypes* podem ser identificadas com operações em *proxytypes*” (PRINZ, 2002, p. 188). Dessa forma, poder-se-ia facilmente explicar a natureza de conceitos como VERDADE, por exemplo. Suponha um sujeito que, por algum motivo, pensa que “há um balão acima de uma nuvem lá fora”:

Análoga à simulação, a situação contém um balão e uma nuvem, e o balão está acima da nuvem. Ao estabelecer esse mapeamento bem-sucedido, o agente pode dizer: “É verdade que um balão está acima de uma nuvem”, sendo “verdadeiro” fundamentado no mapeamento. (BARSALOU, 1999, p. 601).

Percebe-se que VERDADE, em um primeiro momento, não é a própria simulação, mas algo que se abstrai do sucesso em se mapear simulações com situações reais. Aprende-se VERDADE quando tal abstração passa a ser, por si mesma, uma simulação. Embora isso pareça uma simplificação da verdade como simples correspondência, Prinz lembra que o empirismo conceitual não implica qualquer forma de empirismo epistemológico (PRINZ,

2002, p. 109). Não se trata, aqui, do conhecimento de fundamentos ou justificações, mas somente se VERDADE, assim como qualquer um dos demais conceitos abordados neste tópico, pode ou não possuir origem puramente perceptual, pouco importando se algumas simulações sequer possam ser verificadas: é a mera expectativa do mapeamento entre simulações e situações que fundaria VERDADE.

Tomemos agora um operador lógico como DISJUNÇÃO. Com Peacocke, podemos concordar que possui DISJUNÇÃO quem é capaz de pensar de forma disjuntiva. Agora, porém, DISJUNÇÃO deixa de ser um sentido a ser capturado e se torna possíveis preenchimentos de lacunas em simulações. Imagine a simulação de um evento contendo duas entidades, X e Y, e um espaço vazio entre ambas. Pode-se, agora, simular alternadamente duas outras entidades, A e B, entre X e Y, em um processo que leva o sujeito a pensar que, entre X e Y, há A ou B. DISJUNÇÃO, portanto, se fundamenta na alternância entre simulações preenchendo o espaço entre X e Y, de modo que a simulação pareça verdadeira seja com A, B, ou A e B. Como no caso de VERDADE, DISJUNÇÃO é aprendido quando se torna uma simulação que abstrai de casos específicos (BARSALOU, 1999, p. 602).

Por vezes, alguns conceitos referem-se às essências escondidas das coisas. Tomemos QUARK, por exemplo. Ainda que quarks não sejam observáveis, podemos inferir suas existências e propriedades através de experimentos e observações de suas interações dentro das partículas, servindo de base para a crença de que sejam os elementos mais básicos da matéria. Conceitos científicos como esse se fundam, em primeiro lugar, no controle normativo que conteúdos reais exercem sobre conteúdos nominais. Tal estabilidade conceitual é a base para nosso essencialismo psicológico, construído aos poucos desde a primeira infância a partir da descoberta, entre outras coisas, de que objetos possuem interiores escondidos de sua forma exterior, de que uma mesma entidade possui propriedades que podem ser rastreadas pelos mais diversos recursos, e de que seres podem ser classificados como vivos ou não vivos (PRINZ, 2002, p. 223). A profunda conexão entre os dois tipos de conteúdos de *proxotypes* explica a passagem, já explicitada por Fodor, do conceito de tipos naturais para o conceito de tipos naturais enquanto tipos naturais, que se dá, principalmente, pela extensão de nossos sistemas perceptivos através de instrumentos científicos.

QUARK pode, também, ser aprendido através da palavra “quark”, pois representações linguísticas podem “permitir que alguém entre indiretamente em uma relação que confere conteúdo com as coisas que essas palavras designam, desde que exista algum outro

mecanismo para conectar palavras com coisas” (PRINZ, 2002, p. 170), no caso, o mecanismo seriam os testemunhos de especialistas. Em outras palavras, *proxytypes* podem simular estados perceptuais criados através da coinstanciação entre um conjunto de representações mentais e um outro conjunto de sistemas cerebrais capazes de representar “fonemas, combinações de fonemas e regras sintáticas para combinar palavras” (DAMÁSIO, 1992, p. 89)⁷⁵. Nem sempre, contudo, essa intermediação lexical entre *proxytypes* e referentes é clara. De um lado, temos conceitos simples, como CÃO, onde, dentro do quadro esquemático de onde são resgatadas representações para a formação de *proxytypes* pode existir a palavra “cão”. Assim, Manuela, ao ouvir (ou ler) “cão”, pode facilmente criar um *proxytype* com informações sobre cães em sua memória, ou, simplesmente usar representações padrão. Da mesma forma, lembrar da imagem de um cão a faz pensar na palavra correspondente. Por outro lado, Manuela, ao ouvir “democracia”, tem dificuldade em formar um *proxytype* específico a partir das informações sobre democracias que existem em sua memória.

Assim, *proxytypes*, muitas vezes, são majoritariamente verbais, funcionando como nomes de rótulos para as pastas de arquivos em nossa mente, mas, ao invés de serem meros indicadores, como os símbolos da linguagem do pensamento de Fodor,

podem ser rótulos que criamos em línguas públicas. A linguagem pode ser usada dessa forma para expandir o poder de pensar. Os rótulos verbais servem como marcadores de posição para ideias que são complexas demais para serem mantidas na mente de uma só vez. Os rótulos também podem facilitar o raciocínio, apresentando o pensamento como um código linguístico e lógico (PRINZ, 2005, p. 947).

Dessa forma, DEMOCRACIA, por exemplo, pode conter em sua estrutura a palavra “democracia”, que exerce uma função cognitiva temporária em nome da fluência do raciocínio e do pensamento, e que, eventualmente, pode resgatar representações do quadro esquemático referente a democracias. Dentro desse quadro podem existir outras palavras frequentemente coinstanciadas com “democracia”, como “voto”, “representação” e “consenso”, ou também informações sensoriais externas como pessoas colocando uma cédula em uma cabine de votação.

⁷⁵ De acordo com Damásio, existem estruturas que realizam a mediação entre conjuntos de representações perceptuais e sistemas de produção linguística. Quando essas estruturas são danificadas, palavras perdem seu poder de evocar simulações esquemáticas. Alguém poderia, por exemplo, possuir um *proxytype*, com todas suas generalizações psicológicas, e, ainda assim, ser incapaz de entender ou pronunciar sua palavra correspondente: “Pacientes com lesões no córtex temporal posterior esquerdo e parietal inferior não perdem o acesso aos seus conceitos, mas apresentam um comprometimento abrangente de sua capacidade de produzir a morfologia adequada da palavra, independentemente da categoria à qual a palavra pertence” (DAMÁSIO, 1992, p. 90).

Nem a rede lexical nem informações perceptuais de objetos, fatos ou eventos são, isoladamente, suficientes para a posse de DEMOCRACIA. A primeira porque pressupõe que DEMOCRACIA é uma definição e as últimas por não serem capazes de capturar a complexidade do conceito. Para compreendermos verdadeiramente algumas ideias abstratas, precisamos, portanto, ir além da linguagem e das imagens e examinar conjuntos de práticas e interações sociais:

Algumas das palavras e frases que utilizamos para compreender o que são as democracias podem basear-se em práticas altamente complexas e socialmente distribuídas que rastreiam democracias (...). Se nossas competências verbais forem coordenadas com práticas sociais que, em última análise, circunscrevem as propriedades designadas pelos nossos conceitos, essas competências podem ajudar a garantir a referência (PRINZ, 2002, p. 180).

Ou seja, a palavra “democracia” está ligada a práticas sociais complexas que nos ajudam a identificar e rastrear propriedades de instâncias de democracias no mundo real. Assim, Manuela, ao ouvir “democracia”, simula uma representação linguística que serve, como apontou Prinz, como um marcador de posição, algo que faz as vezes e pode ser substituído por outras formas de representação de acordo com contextos. O importante é que Manuela possa, eficazmente, raciocinar com DEMOCRACIA, ainda que as informações de sua simulação sejam vagas⁷⁶.

Há, ainda, outra estratégia para fundar perceptualmente conceitos abstratos. Como sabemos, *proxytypes* são capazes de simular não somente objetos, mas também sequências e relações entre objetos e eventos, reunindo informações das mais variadas modalidades da percepção. Por vezes, conjuntos de representações são subsumidos por outros conjuntos maiores, formando grandes redes de sistemas representacionais em diversas camadas onde o nível de abstração aumenta sucessivamente:

O cérebro não apenas categoriza representações não linguísticas (ao longo de linhas como forma, cor, sequência ou estado emocional), mas também cria outro nível de representação para os resultados da sua classificação. Dessa forma, as pessoas organizam objetos, eventos e relacionamentos. Camadas sucessivas de categorias e representações simbólicas formam a base da abstração e da metáfora (DAMÁSIO, 1992, p. 89).

Representações são metafóricas quando “podem ajudar a organizar o conhecimento de conceitos abstratos, capitalizando estruturas que foram erguidas em domínios mais tangíveis”

⁷⁶ Poder-se-ia objetar que, dessa forma, conceito social algum poderia ser individuado. A questão é que alguns conceitos são essencialmente contestáveis: “Existem verdades sociais conflitantes baseadas em entendimentos conflitantes. Diferentes compreensões da natureza de conceitos tão contestados como justiça, direitos, democracia e liberdade levam-nos a ter compreensões concorrentes consideravelmente diferentes sobre o que é a sociedade e, portanto, sobre o que constitui a verdade social” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 107)

(PRINZ, 2002, p. 172) a partir de representações mentais perceptualmente fundadas⁷⁷. Se percepção e cognição compartilham os mesmos sistemas cerebrais, “os próprios mecanismos responsáveis pela percepção, movimentos e manipulação de objetos poderiam ser responsáveis pela conceituação e pelo raciocínio” (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 38). Isso significa que, frequentemente, o que nosso corpo faz ajuda a compreensão sobre o que a mente pensa. Assim, SABER pode ser uma extensão metafórica de VER, pois, em um primeiro momento, sabemos o que vemos, e, por isso, falamos em “ver a verdade”. Da mesma forma, CONHECIMENTO pode ser uma metáfora para CAPTURAR UM OBJETO, pois aprenderia algo não somente quem vê, mas quem agarra e traz esse algo para dentro de si, nos levando a falar em “capturar um conceito”.

Dessa mesma forma, ainda que contiguidade e sucessão não sejam suficientes para explicar a origem de nossas ideias sobre poderes causais, juntas com o aprendizado que temos logo nos primeiros anos de nossas vidas de que movemos ou mudamos objetos quando sobre eles exercemos força física, CAUSALIDADE pode, facilmente, ser simulado e usado efetivamente em inferências e raciocínios. Assim, ainda que não experimentemos diretamente qualquer relação intrínseca entre causas e efeitos, podemos compreendê-la e problematizá-la através de vários mapeamentos metafóricos. O primeiro entende 1) causalidade como um movimento fisicamente provocado, ou seja, uma força física agindo sobre um objeto, fazendo com que ele se mova ou mude. Por exemplo, “o vento soprou as folhas pelo jardim” ou “suas palavras a fizeram chorar”. Para o segundo, 2) causalidade seria algo como dar e receber, ou seja, um tipo de troca, onde uma entidade dá algo (uma ação, propriedade ou estado) a outra, resultando em uma mudança. Como exemplo, “ela lhe deu um resfriado” ou “a notícia tirou sua alegria”. Por fim, embora a lista não seja exaustiva, 3) causalidade como elos e conexões. Nesta metáfora, causas e efeitos são vistos como conectados, como elos de uma cadeia ou nós de uma rede. Por exemplo, “a preguiça levou ao seu fracasso” ou “a crise econômica foi desencadeada por uma série de acontecimentos”.

Prinz admite que a estratégia de relacionar conceitos abstratos a metáforas é insuficiente quando tentamos simplesmente explicar um grupo de coisas a partir de outro

⁷⁷ A ideia de que muitos de nossos conceitos abstratos são metáforas complexas construídas ontogeneticamente a partir de primitivos perceptuais e metáforas mais simples no decorrer da história de um indivíduo é sustentada por estudos empíricos: “apenas 10% do vocabulário das crianças de 3 anos é abstrato, aumentando para 25% nas crianças de 5 anos. A aquisição de conceitos abstratos aumenta de forma constante: >60% do vocabulário das crianças de 11 anos é abstrato” (VIGLIOCCO et al., 2014, p. 1767).

grupo de coisas, pois essa comparação, justamente por não ser de identidade, deixa em aberto exatamente em que consistem as diferenças:

Dizer que a força em uma obrigação moral é como a força de empurrar e puxar explica certas frases usadas no discurso moral. Mas as obrigações morais não podem literalmente puxar e empurrar da mesma forma que as forças físicas o fazem. A diferença entre obrigações morais e forças físicas é que as primeiras são morais e não físicas. Isto, claro, é exatamente o que torna difícil o conceito de OBRIGAÇÃO MORAL (PRINZ, 2002, p. 172).

Porém, a forma correta de se compreender metáforas conceituais não é por comparação entre conjuntos de representações, mas por seus agrupamentos e subsunção por conjuntos ainda mais abrangentes, afinal, metáforas “nem esgotam completamente nossa compreensão de conceitos abstratos nem explicam como se ligam a seus referentes no mundo, mas dizem-nos algo sobre como compreendemos e raciocinamos com tais conceitos” (PRINZ, 2002, p. 172).

5.6.2. Conceitos Morais

Em outra perspectiva, tudo indica que conceitos abstratos são, muitas vezes, emocionalmente fundados, existindo um elo fundamental entre seus processamentos e os de estados emocionais (VIGLIOCCO et al., 2014). Como sabemos, o aspecto multimodal de *proxytypes* engloba percepções não somente sensoriais, mas também relativas à propriocepção e interocepção. Manuela, quando pensa em aranhas, simula não somente estados perceptuais visuais através de ARANHA, mas também estados corpóreos coinstanciados com essa categoria. Se Manuela tem medo de aranhas, ARANHA simulará, também, esse medo. A questão é: uma coisa é dizer que *proxytypes* simulam estados corporais, outra seria dizer que tais estados corporais são, eles mesmos, uma forma de percepção, ou seja, que estados emocionais podem ser representacionais, o que seria necessário para que conceitos abstratos possam ser emocionalmente constituídos. De acordo com Prinz, emoções são, sim, uma forma de percepção, pois funcionam como “avaliações incorporadas” (PRINZ, 2003) que servem para representar e avaliar aspectos do mundo exterior.

Para isso, deve-se defender que emoções possuem algum tipo de intencionalidade intrínseca. Existem duas formas tradicionais de se entender emoções, a primeira, cognitivista, as vê apenas como adendos ao pensamento, onde o tom afetivo de experiências ocorre através de afetos que são simplesmente reações a determinados conteúdos cognitivos. Entendidas dessa forma, emoções são epistemicamente duvidosas, pois carecem de referência exterior ao sujeito, dirigindo-se apenas ao pensamento sobre um estado de coisas, e não a estados de

coisas enquanto objetos perceptuais. A segunda, não cognitivista, que remonta a William James e Carl Lange, inverte a ordem cognitivista e defende que emoções são percepções das mudanças de padrões em estados corporais, onde primeiro há a percepção emocional, e, somente depois, a cognição sobre o sentimento correspondente. No primeiro caso, Manuela vê uma aranha, processa a informação, tem medo e, por isso, sente um forte calafrio. No segundo caso, Manuela vê a aranha e, por sentir um forte calafrio, processa a informação e tem medo, fazendo com que o desconforto emocional aconteça, aqui, na própria experiência.

O filósofo John McDowell faz coro ao anti-cognitívismo emocional a partir de seu cognitívismo moral, que, por sua vez, se opõe ao projetívismo, uma linha de pensamento que busca explicar a experiência valorativa desmembrando-a em dois elementos: qualidades no mundo que são em si mesmas neutras de valor e uma subjetividade que projeta sobre essas qualidades suas próprias sensações. McDowell defende que a experiência é unificada, começando com uma percepção que é, em si mesma, afetiva⁷⁸. Assim, algo é admirável não porque um pensamento projeta essa sensação no mundo, mas porque, desde o início, a percepção admirada revela o admirável em um estado de coisas. Em outras palavras, o valor de ser admirável somente aparece através da emoção de admiração. A experiência se dá em um espaço, ele mesmo, emocional, tornando salientes certos eventos cujas propriedades revelam objetivamente um valor (MCDOWELL, 2002).

Objetivo, porém, possui dois sentidos em McDowell. A princípio, não é a subjetividade que simplesmente projeta o admirável no mundo, ao contrário, a atribuição de valor é uma proposição com algum critério e valor de verdade: algo é admirável quando possui certas características admiráveis, podendo haver precisão ou imprecisão no julgamento valorativo. Esse é o primeiro sentido de objetividade: se pode haver erro na atribuição de valor, a experiência não é totalmente determinada pelo sujeito, valores são, portanto, objetivos.

Porém, valores são objetivos no mesmo sentido em que qualidades secundárias também o são, ou seja, podem ser verdadeiros ou falsos, pois se referem a um determinado

⁷⁸ “A sugestão paralela, no caso de valores, seria que os membros de algum conjunto específico de valores são características genuínas do mundo, que somos capazes de detectar em virtude de nossas propensões afetivas e atitudinais especiais. E pode-se pensar que essa sugestão pode ser descartada de imediato por um apelo a (...) uma filosofia da mente que insiste em uma separação estrita entre capacidades cognitivas e seu exercício, por um lado, e (...) paixões ou sentimentos, por outro. A sugestão envolve pensar em exercícios de nossas naturezas afetivas ou conativas como eles próprios de alguma forma percipientes, ou pelo menos como expandindo nossa sensibilidade a como as coisas são (...).” (MCDOWELL, 2002, p. 200)

estado de coisas no mundo, mas, ao contrário das qualidades primárias, são dependentes da subjetividade: “Uma qualidade secundária é uma propriedade cuja atribuição a um objeto não é adequadamente compreendida, exceto como verdadeira, se for verdadeira, em virtude da disposição do objeto de apresentar um certo tipo de aparência perceptiva.” (MCDOWELL, 2002, p. 133) Esse é o segundo sentido de objetividade em McDowell. Assim, valores “não pertencem, misteriosamente, a uma realidade totalmente independente de nossa subjetividade e oposta a ela” (MCDOWELL, 2002, p. 159), mas também não são simples projeções do sujeito em direção ao mundo exterior. Há, aqui, um meio termo, onde valores, assim como qualidades secundárias, são subjetivos, pois existem somente através da experiência, mas, ao mesmo tempo, são também objetivos, ou seja, não são meras projeções, pois a percepção do sujeito se dá em relação a certas propriedades reais do mundo.

Isso é muito próximo do que Prinz afirmou sobre o controle normativo que conteúdos reais exercem sobre conteúdos nominais, e, da mesma forma como representações sensoriais são construídas a partir de primitivos perceptuais produzidos por capacidades e sistemas inerentes ao organismo, representações emocionais tem como origem estados corpóreos controlados de forma exógena a partir de um conjunto de predisposições do indivíduo a reagir a determinados estímulos do mundo ao seu redor:

Uma hipótese que acredito não levantar nenhuma dificuldade é a de que estamos programados para reagir com uma emoção de modo pré-organizado quando certas características dos estímulos, no mundo ou nos nossos corpos, são detectadas individualmente ou em conjunto. Exemplos dessas características são o tamanho (animais de grande porte); uma grande envergadura (águias em voo); o tipo de movimento (como o dos répteis); determinados sons (como os rugidos); certas configurações do estado do corpo (a dor sentida durante um ataque cardíaco) (DAMÁSIO, 2012, p. 172-173).

Essa capacidade de revelar saliências e relevâncias explicita o caráter intencional das emoções. É através dessas propensões que podemos reconhecer valores “no mundo”:

As emoções são concebidas para fornecer informações sobre a nossa relação com o mundo. Representam relevâncias e fazem-no de uma forma que capta a nossa atenção e influencia o nosso comportamento (...). Existe, em outras palavras, um papel funcional característico das emoções. As emoções são desencadeadas por *inputs* que influenciam o bem-estar e enviam *outputs* para centros envolvidos no planejamento e orientação de ações (PRINZ, 2006, p. 154-155).

Ou seja, emoções expandem nossa sensibilidade sobre como as coisas são, na mesma linha que qualquer outro modo de percepção, pois “o ponto chave é que as próprias emoções são estados perceptivos e seu significado deriva, como qualquer representação mental, dos tipos de coisas que as ativam” (PRINZ, 2005, p. 948-949). E se nossos sentimentos conseguem

fazer esse levantamento de características e propriedades das coisas, são, eles mesmos, formas de pensamento, possuindo conteúdo intencional.

O filósofo das emoções Peter Goldie descreve um experimento mental sobre Irene, uma cientista que conhece tudo sobre gelo. Irene sempre soube que o gelo é perigoso, mas, após escorregar e cair em uma superfície gelada, o perigo do gelo é pensado de uma nova forma, agora, emocionalmente relevante:

A diferença entre pensar em X como Y sem sentimento e pensar em X como Y com sentimento não incluirá apenas uma atitude diferente em relação ao mesmo conteúdo – um pensamento que antes era sem sentimento e agora é com sentimento. A diferença também está NO conteúdo. (GOLDIE, 2000, p. 59-60)

O *proxytype* GELO, em Irene, irá simular não somente estados físicos do gelo, mas também certos estados emocionais capazes de orientar Irene em suas futuras interações com membros dessa categoria.

A intencionalidade própria das emoções, o fato de que estados emocionais estão sob controle normativo de estados de coisas no mundo e a capacidade metafórica de *proxytypes* são fundamentais para entendermos, por exemplo, conceitos morais. Imagine um sujeito S, que simula o *proxytype* P, <p, #p#>, onde #p# é formado por um conjunto de representações perceptuais, sensoriais e emocionais, sob o controle exógeno dos estímulos aparentes de p. Se S, quando simula P, sente alguma espécie de desprazer, coinstanciações de P em níveis mais elevados de abstração carregarão esse valor. Agora S, que, desde cedo, internalizou AUTORIDADE como uma metáfora para uma figura paterna, aprendeu pela força dessa autoridade que deve evitar situações em que p é o caso, o que, nem sempre, é tarefa fácil. Visto ser AÇÃO uma metáfora para movimentos autopropelidos de nossos corpos pelo espaço, constranger uma ação requereria algum tipo de força física contrária. Assim, diante de p, S deve ser forte. VIRTUDE, portanto, está ligado metaforicamente à ideia de força física. Usamos frases como “um forte caráter moral” ou “resistir ao que é errado” para descrever ações virtuosas, onde a defesa dos princípios morais requer uma certa resiliência e coragem. Muitas vezes visualizamos indivíduos virtuosos como tendo uma postura forte ou permanecendo firmes diante da adversidade. Por outro lado, poderíamos descrever ações imorais como fracas ou diante das quais indivíduos se curvam.

Estas metáforas não só moldam nossa linguagem, mas também influenciam o nosso raciocínio moral, pois quando enquadrados dilemas morais em termos de força e fraqueza, é mais provável que escolhamos ações que consideramos fortes e corajosas, mesmo que sejam

díficeis ou impopulares. E seria muito difícil compreender um conceito como VIRTUDE se, em seu início, não existisse uma atração ou repulsa a determinados valores revelados no mundo, afinal, “alguns dos nossos conceitos mais elevados podem também ser os mais viscerais, e nenhum apelo a símbolos amodais pode capturar a força motivacional e o impulso do pensamento moral” (PRINZ, 2005, p. 948-949).

5.6.3. Conceitos Religiosos

Com capacidade cognitiva limitada e em um mundo repleto de estímulos, seres humanos selecionam apenas alguns assuntos como merecedores de atenção através dos padrões de saliência constituídos por percepções afetivas. Tais saliências, porém, não somente estabelecem novos pensamentos, mas também estimulam a ação. António Damásio narra o caso de um paciente com dano cerebral associado a um embotamento das respostas afetivas, ao mesmo tempo em que mantém intacta sua capacidade intelectual discursiva. Damásio tentava marcar uma data para um próximo encontro:

Apresentei-lhe duas datas possíveis, ambas no mês seguinte, apenas com alguns dias de diferença. O doente puxou sua agenda e começou a consultar o calendário. O comportamento que se seguiu, presenciado por diversos investigadores, foi extraordinário. Durante quase meia hora, o doente enumerou razões a favor e contra cada uma das datas: compromissos anteriormente assumidos, proximidade de outros compromissos, possíveis condições meteorológicas, praticamente tudo o que se pudesse imaginar a respeito de uma simples data (...) em uma análise de custos e benefícios, uma lista infundável e uma comparação infrutífera de opções e consequências possíveis. Foi necessária uma disciplina tremenda para escutar tudo aquilo sem dar um murro na mesa e mandá-lo calar-se, mas acabamos por lhe dizer calmamente que deveria vir na segunda das duas datas alternativas. Sua resposta foi da mesma forma calma e pronta. Limitou-se a dizer: “Está bem”. A agenda desapareceu no seu bolso e ele foi embora. (DAMÁSIO, 2012, p. 246).

Segundo Damásio, o que falta nas pessoas em casos desse tipo é a capacidade de associar com o mundo o que ele chama de “marcadores somáticos”, estados emocionais capazes de gerar saliências e influenciar e motivar decisões e ações vantajosas independentemente de outras atitudes cognitivas. Por vezes, tais marcadores exercem um papel semelhante ao de paradigmas científicos, estabelecendo uma agenda para o pensamento, oferecendo certas formas de leitura do mundo, escolhendo tópicos de reflexão e sugerindo a conveniência de se enfrentar certas questões ao invés de outras.

Esses paradigmas podem referir-se não somente a objetos, mas também a sequências de eventos e conjuntos de situações, sendo capazes de integrar a totalidade das modalidades sensoriais de uma experiência em uma percepção afetiva holística:

Estou sentado numa varanda, numa tarde de verão, observando as árvores balançarem suavemente à luz do sol. Minha consciência gradualmente se amplia e se aprofunda, e logo uma alegria começa a surgir em mim, um regozijo na plenitude do próprio mundo que é composto por mim mesmo, essas árvores balançando, esse céu azul e o "tudo o mais" indistintamente manifesto que se estende além de tudo o que estou percebendo. Neste regozijo estou experimentando uma intuição cativada da importância cada vez mais evidente da plenitude global... (...). Meu ambiente perceptível parece estar infundido com um fluxo de sentimento de alegria irradiado para cima, uma tonalidade de sentimento alegre que tem sua fonte, não no jardim, nas árvores e no céu, mas no interior global realizado que parece estar “muito atrás” e “muito dentro” desses fenômenos perceptíveis. (SMITH, 1986, p. 151).

O que está sendo dito é que algumas experiências profundamente significativas têm sua origem em um tipo de percepção que transcende os sentidos externos ao serem integradas a um tipo de sentimento que abarca o total experienciado, escapando, inclusive, de articulações verbais⁷⁹. Essa coinstanciação pode gerar um quadro esquemático capaz de produzir *proxotypes* que articulam essa experiência emocional totalizante na forma de paradigmas persistentes e através de metáforas que expressam uma imaginada intuição do universo, o que poderia estar por trás do misticismo e de sentimentos de espanto e admiração ante a natureza:

O veículo pelo qual somos movidos na espiritualidade apaixonada é a metáfora. O mecanismo dessa metáfora é corporal. É um mecanismo neural que recruta nossas habilidades de perceber, mover, sentir e visualizar a serviço não apenas do pensamento teórico e filosófico, mas da experiência espiritual (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 568).

Assim, a beleza majestosa de uma cordilheira, com seus picos nevados que se estendem até o céu, pode ser vista como uma manifestação da grandeza divina da natureza e do poder criativo de Deus. Da mesma forma, a profunda paz e conexão sentidas durante a meditação podem ser interpretadas como um vislumbre da consciência divina, onde todas as coisas estão unidas em um todo atemporal e ilimitado, sentidas como uma experiência mística da presença de Deus. DIVINO, portanto, pode ter um de seus muitos aspectos revelado a partir de uma metáfora para estados perceptuais subsumidos por algum tipo de totalidade afetiva, o que explicaria muito da linguagem que costumeiramente se usa em relação a conceitos como DEUS, por exemplo:

⁷⁹ John Teasdale e Philip Barnard (1991), buscando entender os mecanismos emocionais da depressão, desenvolveram uma teoria que mostra como o cérebro humano recebe informações do ambiente na forma de “códigos mentais”, que são processados e armazenados em subsistemas específicos para cada modo de percepção (audição, visão, propriocepção etc.). Alguns desses códigos agrupam vários outros, como é o caso do implicacional, que, reunindo informações de todos os outros códigos (exceto o proposicional), cria esquemas de estados corporais que são armazenados na memória e usados como modelos de comparação durante novas experiências. Tais modelos causam o chamado significado implicacional, um estado afetivo pré-reflexivo capaz de integrar a totalidade da experiência. Por não agrupar o código proposicional em sua origem e por causa de seu caráter integrativo, tais estados escapam a linguagem discursiva, sendo normalmente utilizadas metáforas para sua compreensão e comunicação.

Através da metáfora, a vivacidade, a intensidade e o significado da experiência comum tornam-se a base de uma espiritualidade apaixonada. Um Deus inefável torna-se vital através da metáfora: O Ser Supremo. O primeiro motor. O criador. O todo-poderoso. O pai. O rei dos Reis. Pastor. Oleiro. Legislador. Juiz. Mãe. Amante. Respiração (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 567-568).

Todas essas estratégias, seja o poder produtivo de *proxytypes*, a intencionalidade de percepções emocionais ou a subsunção de estados perceptuais por representações metafóricas, ajudam o empirismo conceitual a satisfazer o desiderato de uma teoria sobre conceitos. O que se percebe, por fim, é que “a gama de propriedades que podem ser rastreadas perceptualmente excede em muito a gama de propriedades que podem ser percebidas diretamente” (PRINZ, 2002, p. 187-188). Ou seja, *proxytypes* covariam não somente com objetos ou fatos simples, mas também com eventos ou conjuntos de eventos das mais variadas naturezas e complexidades. Dessa forma, pode-se dizer: todo e qualquer conceito é uma cópia ou uma combinação de cópias de representações mentais com origem na experiência sensível. Cabe, portanto, aos defensores de símbolos amodais o fornecimento de contraexemplos definitivos.

CONCLUSÃO

Conceitos, de acordo com Fodor, servem unicamente ao pensamento: é suficiente para um sujeito S possuir um conceito C a possibilidade de S pensar naquilo que cai na extensão de C. Qualquer conhecimento, capacidade ou habilidade de S estaria, dessa forma, fora da constituição de C. Não importa como, para quê ou por qual motivo S possui C, mas apenas que S pode pensar em C. Todo o resto é consequência disso. Para Prinz, S poder pensar em C é apenas uma parte da história, ainda que fundamental, pois, como mostrou Fodor, a tradição filosófica e psicológica falhou em mostrar como S pode pensar em C e não em outra coisa qualquer. A semântica informacional, porém, tem seus limites, mas que podem ser superados, como fez Prinz, ao levar para a própria constituição de C tudo aquilo que Fodor enfaticamente deixou do lado de fora. Assim, possuir C seria, ao mesmo tempo, também possuir um conjunto de conhecimentos, capacidade e habilidades.

Mas, afinal, qual a importância disso? A abordagem clássica da cognição entende que nossa mente é um sistema de produção que trabalha através de um conjunto de regras no formato "se X, então Y" e uma estrutura de controle que decide qual regra usar, comparando o que entra no sistema com a parte "se X" e escolhendo a ação apropriada, "então Y". Essa ação pode mudar tanto o próprio sistema quanto o mundo exterior, levando a uma nova regra a ser usada, o que, ao fim, pode resultar em comportamentos complexos (ELIASMITH, 2013, p. 3). Símbolos amodais, como os do Mentalês, são adequados para esse tipo de tarefa.

Imagine HAL 9000, o computador do filme 2001: Uma Odisseia no Espaço, que realiza computações sobre símbolos no formato "se X, então Y" mencionado. Funcionando dessa forma, HAL 9000 poderia, perfeitamente, passar no teste de Turing, uma série de perguntas feitas com o objetivo de descobrir se um avaliador humano seria capaz de distinguir, apenas pelas respostas fornecidas, um humano de uma máquina computadorizada. Se o computador conseguisse enganar o avaliador, seria a prova de que a máquina pode pensar. Este se tornou o objetivo de muitos cientistas de inteligência artificial: desenvolver um programa capaz de passar no teste de Turing, que seria não só imitação de uma mente, mas mente em si, como a humana. Porém, imitar o comportamento de uma mente não é o mesmo que ser uma mente. John Searle (1980), através do experimento mental chamado "O Quarto Chinês", no qual uma pessoa que não compreende o idioma chinês consegue, com a ajuda de um manual, conjugar significativamente símbolos dessa língua a partir de suas formas, mostra que todo esse processo pode ser realizado sem que o executor tenha dele a menor consciência.

Para Searle, simular um processo não é o mesmo que ser o processo. HAL 9000 passaria no teste de Turing e nem por isso seria uma mente como a humana, pois carece do que Searle chama de “poderes causais”, ou seja, atitudes proposicionais que pressupõem uma operação não mais meramente sintática, mas semântica, sobre símbolos. Aqui, S acredita na proposição P porque é capaz de apreender o conteúdo intencional de P através de um conjunto de habilidades inferenciais ou de reconhecimento.

Para realizar tal tarefa, não se pode abstrair daquilo pelo qual temos as habilidades que temos, ou seja, o fato de sermos humanos. Esse tipo de intuição está por trás de um outro exemplo retirado da ficção científica. No filme *Blade Runner*, replicantes, seres artificiais quase idênticos a humanos, são criados para realizar trabalhos perigosos e, com o tempo, se rebelam e passam a questionar sua própria mortalidade. Por conta disso, existe um teste para detectar replicantes, em que indivíduos são submetidos a uma série de perguntas e têm suas funções corporais analisadas com o intuito de descobrir se respondem emotivamente a determinadas provocações. Replicantes são descobertos por não apresentarem os mesmos padrões emocionais que humanos. Assim, no filme, alterações emocionais são fatores determinantes para diferenciar a réplica do humano, e replicantes, que também passariam no teste de Turing, continuam sendo simples imitações. Coisas do tipo levam Searle a afirmar que uma mente, para funcionar como a humana, deve existir em um cérebro humano.

Haveria, aqui, segundo Fodor, um erro e uma confusão. O erro, como vimos, seria em não perceber que compreender a semântica de um símbolo pressupõe a individuação desse mesmo símbolo, que, por sua vez, pressupõe sua posse; a confusão seria entre os tipos de pensamentos que podemos ter e a possibilidade de termos pensamentos. Para ele, HAL 9000, replicantes e seres humanos possuem mentes com poderes causais, e, por isso mesmo, atitudes proposicionais, afinal, são todos capazes de decisões baseadas em cálculos lógicos através de processos sobre a sintaxe de símbolos cuja semântica se esgota na relação informacional entre si mesmos e os dados a eles disponíveis. A diferença entre eles estaria não no funcionamento da mente, mas somente na variedade sintática permitida por seus mecanismos de acesso semântico próprios. Como sabemos, $\#s\#$, no símbolo mental $\langle s, \#s\# \rangle$, está em função do acesso a instâncias de s , assim, por mais avançado que seja o *software* de HAL 9000, sua natureza não orgânica limita *inputs* e *outputs* a textos e sons, o que, por consequência, limita a forma de seus símbolos. No mesmo sentido, replicantes teriam conceitos diferentes dos nossos por conta de sua limitada capacidade emocional. HAL 9000, replicantes e humanos poderiam, contudo, pensar da mesma forma.

Percebe-se, assim, uma cisão entre a natureza do pensamento e aquilo que o implementa. Não importaria, segundo Fodor, como uma criatura S pode pensar em uma propriedade P, importa apenas que S possa pensar em P. “Como”, “por que”, “para quê” e afins seriam questões contingentes ao pensamento. Essa dicotomia fica mais clara no modo como arquiteturas cognitivas são incorporadas em plataformas físicas. Em simulações de comportamentos cognitivos de alto nível, como solução de problemas, linguagem ou raciocínio lógico, a abordagem clássica costuma ser a preferida. Um computador digital moderno, assim como HAL 9000, recolhe uma informação fornecida por dispositivos de entrada, a converte em representações simbólicas amodais e arbitrárias, como dados binários, e, depois de processá-la algoritmicamente, a mapeia de volta para dispositivos de saída. Linguagens de programação em várias camadas de *softwares* erguidas sobre esse modelo computacional básico são capazes de representações cognitivas de alto nível, como inteligências artificiais e métodos de aprendizado de máquinas.

Por outro lado, embora um modelo avançado em robótica possa processar informações sensoriais de seu ambiente e tomar decisões com base nessas informações, seu foco está na resolução de problemas sensório-motores que exigem movimento, equilíbrio e coordenação, ou seja, como o corpo do robô se integra fisicamente com o mundo ao seu redor:

Como resultado, roboticistas raramente utilizam sistemas de produção para controlar o comportamento de baixo nível dos seus robôs. Em vez disso, caracterizam cuidadosamente a dinâmica do seu robô, tentam compreender como controlar tal sistema quando ele interage com a difícil de se prever dinâmica do mundo e buscam na percepção a orientação para esse controle (ELIASMITH, 2013, p. 4).

Mesmo plataformas robóticas que buscam realizar conjuntamente atividades cognitivas de baixo e alto nível o fazem de maneira não integrada, ou seja, cada sistema funcionando de maneira independente⁸⁰, o que reflete a falta de compreensão sobre a natureza do processo de transdução de informações perceptuais para símbolos amodais que seres humanos supostamente seriam capazes de realizar:

Outra deficiência dos sistemas de símbolos amodais é a sua incapacidade de fornecer uma explicação satisfatória do processo de transdução que mapeia estados perceptivos em símbolos amodais (...). Talvez ainda mais grave seja a completa falta de evidências cognitivas e neurais de que tal processo de transdução realmente exista no cérebro (...). Assim como não temos uma explicação de como os estados

⁸⁰ “O iCub foi adotado para uso por pesquisadores em controle motor, reconhecimento e síntese de emoções e percepção ativa. É claramente uma maravilha da engenharia robótica de alta tecnologia. Mas não é um sistema cognitivo – não é um sistema integrado e adaptativo capaz de realizar uma infinidade de tarefas perceptivas, motoras e de resolução de problemas. Em vez disso, ele tem várias funções, normalmente simples, incorporadas de forma independente” (ELIASMITH, 2013, p. 2).

perceptivos são mapeados para símbolos amodais durante a transdução, também não temos uma explicação de como os símbolos amodais são mapeados de volta para estados e entidades perceptuais no mundo (BARSALOU, 1999, p. 580).

Parece, portanto, existir uma lacuna na forma como entendemos o funcionamento de nossa mente: “por um lado, existem abordagens centradas na percepção e ação rápidas e dinâmicas do mundo real; por outro lado, existem abordagens centradas na cognição de nível superior. Infelizmente, estas abordagens são difíceis de conciliar (...)” (ELIASMITH, 2013, p. 4). O fato de que a incompatibilidade entre essas duas abordagens é, na verdade, um mistério sobre o que poderia as unir, é revelado na possibilidade de que representações mentais sejam reinterpretadas:

na verdade, nada impede que os sistemas dinâmicos incorporem alguma forma de representação; na verdade, uma característica interessante da abordagem dinâmica é que ela oferece oportunidades para repensar dramaticamente a natureza da representação em sistemas cognitivos, mesmo dentro de uma estrutura amplamente não computacional. (VAN GELDER, 1995, p. 376).

Curiosamente, o caminho para a recolocação de representações mentais dentro de um sistema cognitivo integrado é aberto pelo cartesianismo conceitual de Fodor e sua poderosa crítica a um tipo de pragmatismo que flerta com o behaviorismo ao tentar explicar a posse conceitual a partir de um conjunto de capacidade e habilidades, o que retiraria totalmente atitudes proposicionais do campo de investigação das ciências. Para Fodor, dizer que S acredita que P pois S sabe como apreender o conteúdo de P é o mesmo que dizer que S acredita que P pois S acredita que P, pois para S saber como apreender o conteúdo de P deve acreditar que P. Em outras palavras, nada é explicado quando não se coloca a individuação do conteúdo intencional de uma crença em primeiro lugar.

Fodor, então, aponta corretamente o local de disputa na discussão: atitudes proposicionais existem e são significativas pois são processos mentais sobre a sintaxe de símbolos cuja semântica se esgota na covariação nomológica entre o símbolo e as propriedades de seu referente. Porém, Fodor, também, comete um erro e uma confusão: erra ao considerar que sistemas perceptuais são apenas de gravação e registro de imagens holísticas, e confunde a sintaxe de símbolos no Mentalês com a semântica que os determina. Como demonstrou a teoria dos sistemas de símbolos perceptuais de Barsalou, subconjuntos de estados perceptuais podem ser extraídos e armazenados na memória para serem usados como símbolos (BARSALOU, 1999, p. 578), sendo variáveis e dinâmicos o suficiente para poderem covariar contextualmente com propriedades do mundo. Dessa forma, e a partir do momento

em que cognição e percepção operam dentro dos mesmos sistemas cerebrais, conceitos podem ser constituídos por mecanismos de detecção construídos a partir de modelos perceptuais.

Essa nova abordagem sobre representações fornece o material para a elaboração de um renovado tipo de empirismo e coloca em xeque a suposta necessidade de que conceitos devam ser entidades sem estrutura semântica interna, fazendo com que, à medida que os “argumentos de Fodor contra o pragmatismo são, na verdade, argumentos a favor do atomismo” (CLARK, PRINZ, 2004, p. 59), conceitos passem a ser não somente aquilo que possibilita o pensamento, mas também todo aquele complexo conjunto de habilidades que ancoram o sujeito a tudo aquilo que o cerca. Conceitos, portanto, são voltados à ação, e, como sabemos, nossas ações são falhas, muitas vezes até incoerentes, o que explica o motivo de *proxytypes* não comporem perfeitamente entre si ou não serem perfeitamente compartilhados. Nada disso é um problema, pois “a noção de sentidos imutáveis no terceiro reino deve ser substituída por sentidos que sejam suficientemente flexíveis para nos guiar através do reino terrestre” (CLARK, PRINZ, 2004, p. 62), através de um sistema cognitivo integrado que não priorize o pensamento, a percepção ou o controle motor, mas realize todos os aspectos de nossos comportamentos, dos mais simples aos mais complexos, de forma simultânea:

Contrariamente às afirmações do funcionalismo, os computadores não deveriam ser capazes de implementar um sistema conceptual humano, porque não possuem os sistemas sensório-motores necessários para representar conceitos humanos. Embora seja intrigante considerar como um sistema de símbolos perceptivos poderia ser implementado tecnologicamente, é provavelmente ingênuo acreditar que tal sistema corresponderia à inteligência humana. Essa correspondência aguarda o desenvolvimento de artefatos de natureza muito mais biológica (BARSALOU, 1999, p. 608).

“Natureza muito mais biológica” talvez seja um eufemismo de Barsalou. Como Searle anteviu, ter uma mente humana pressupõe um corpo humano, da mesma forma que uma mente canina pressupõe um corpo canino. Isso deveria ser uma platitude. O que não é uma platitude, porém, é a pergunta sobre qual o denominador comum de *proxytypes* nos mais variados seres que os possuem, ou seja, quais sistemas e estruturas inatas do organismo servem a função de modular a relação entre conceitos e o mundo exterior. O futuro da implementação de arquiteturas cognitivas está na incorporação em suas estruturas daquilo que é essencial à vida:

Propomos a concepção e construção de uma nova classe de máquinas organizadas de acordo com os princípios da regulação da vida. Estas máquinas têm construções físicas – corpos – que devem ser mantidas pela homeostase dentro de uma estreita gama de estados de viabilidade e, portanto, partilham algumas características essenciais com todos os sistemas vivos. A inovação fundamental destas máquinas é a

introdução do risco para si mesmas. Em vez de melhorar ou adicionar poder de processamento bruto para alcançar resiliência, começamos o design destes robôs, paradoxalmente, introduzindo vulnerabilidade. (MAN; DAMÁSIO, 2019, p. 446).

Assim, se há alguma lacuna explanatória na relação entre altos e baixos níveis dentro de sistemas cognitivos, devemos voltar nossa atenção à função, natureza e estrutura de conceitos, mais ainda, conceitos empiricamente construídos, pois estes, por serem moldados pela experiência, conectam nossos processos mentais aos nossos corpos e ao mundo ao nosso redor. Afinal, o pensamento é uma ferramenta que usamos para interagir com o ambiente, e sua natureza está intimamente ligada à nossa capacidade de agir:

O pensamento, da perspectiva situada e incorporada, emerge como uma fera muito mais familiar e que pode realmente fazer algum trabalho explicativo. O que os agentes ativos pensam é constituído pelo que eles podem fazer. É o seu papel na (potencial) ação que faz dos nossos conteúdos cognitivos o que eles são, e não o contrário. Basta perguntar à vovó⁸¹ (CLARK, PRINZ, 2004, p. 68-69).

Conceitos, nessa perspectiva, funcionam como uma espécie de ponto focal, onde mente, corpo e mundo convergem em uma espécie de nó, superando o intelectualismo e recolocando a razão em seu lugar de direito, vale dizer, a totalidade da vida humana.

⁸¹ “Granny” é uma interlocução imaginária de Fodor em seus textos e que funciona como um artifício retórico que representa o senso comum e a psicologia popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, F. **Thoughts and Their Contents: Naturalized Semantics.** *In:* STICH, S. P.; WARFIELD, T. A. (eds.) *The Blackwell Guide to Philosophy of Mind.* Blackwell, 2003.
- ARISTÓTELES, **De Anima.** São Paulo: Editora 34, 2006.
- _____. **Da Interpretação.** 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- AYDEDE, M. **Fodor On Concepts And Frege Puzzles.** *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 79, p. 289-294, 1998.
- BARSALOU, L. W. **Perceptual Symbol Systems.** *Behavioral & Brain Sciences*, v.22, n.4, p. 577-660, 1999.
- BECHTEL, W.; GRAHAM, G (eds.). **A Companion to Cognitive Science.** Blackwell, 1999.
- BOGHOSSIAN, P. **Content and Justification: Philosophical Papers.** New York: Oxford University Press. 2008.
- BRENTANO, F. **Psychology from An Empirical Standpoint.** Londres: Routledge, 2009.
- CAIN, M. J. **Fodor: Language, Mind and Philosophy.** Polity Press. Edição do Kindle. 2002.
- CHISHOLM, R. **Perceiving: A Philosophical Study.** Ithaca: Cornell University Press, 1957.
- CHOMSKY, N. **Language and Mind.** Cambridge: MIT Press, 2006.
- CHURCHLAND, P. M. **A Neurocomputational Perspective: The Nature of Mind and the Structure of Science.** Cambridge: MIT Press, 1989.
- CLARK, A.; PRINZ, J. J. **Putting Concepts to Work: Some Thoughts for the Twenty-first Century.** *Mind & Language*, Oxford, v.19, n.1, p. 57-59, fev. 2004.
- CUMMINS, R. **Meaning and Mental Representation.** 3ª ed. Cambridge: MIT Press, 1995.
- DAMÁSIO, A. **Concepts in the Brain.** *Mind & Language*, v. 4, n. 1 e 2, p. 24-28, 1989.
- _____. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano.** Edição Kindle. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- DAMÁSIO, A.; DAMÁSIO, H. **Brain and Language.** *Scientific American*, p. 88-95, set. 1992.
- DENNETT, D. C. **The Intentional Stance.** 7ª ed. Cambridge: MIT Press, 1998.

DRETSKE, F. **Knowledge and The Flow of Information**. Cambridge: MIT Press, 1981.

ELIASMITH, C. **How to Build a Brain: A Neural Architecture for Biological Cognition**. New York: Oxford University Press, 2013.

ELIASMITH, C. **Moving beyond Metaphors: Understanding the Mind for What It Is**. The Journal of Philosophy, v.100, n.10, p. 493-520, out. 2003.

EVANS, G. **The Varieties Of Reference**. Oxford: Clarendon Press, 1982.

FODOR, J. **Semantics, Wisconsin Style**. Synthese, v.59, p. 231-250, 1984.

_____. **Psychosemantics: The Problem of Meaning in the Philosophy of Mind**. Cambridge: MIT Press, 1987.

_____. **A Theory of Content and Other Essays**. 3^a ed. Cambridge: MIT Press, 1994.

_____. **Concepts: Where cognitive science went wrong**. New York: Oxford University Press, 1998.

_____. **In Critical Condition: Polemical Essays on Cognitive Science and the Philosophy of Mind**. Cambridge: MIT Press, 2000.

_____. **Having Concepts: A Brief Refutation of the Twentieth Century**. Mind & Language, Oxford, v.19, n.1, p. 29-47, fev. 2004.

_____. **Reply to Commentators**. Mind & Language, v. 19, n. 1, p. 99-112, fev. 2004b.

_____. **LOT 2: The Language of Thought Revisited**. Oxford: Clarendon Press, 2008.

FODOR, J.; GARRET, M. F.; WALKER, E. C. T.; PARKES, C. H. **Against definitions**. Cognition, v. 8, p. 263-367, 1980.

FODOR, J.; LEPORE, E. **Holism: A Shopper's Guide**. Cambridge: Blackwell, 1992.

_____. **The Compositionality Papers**. Oxford: Clarendon Press, 2002.

FODOR, J.; PYLYSHYN, Z. **Minds without meanings: an essay on the content of concepts**. Cambridge: MIT Press, 2015.

FREGE, G. **Sense and Reference**. The Philosophical Review, v.57, n.3, p..209-230, mai.1948.

_____. **The Thought: A Logical Inquiry**. Mind, v.65, n.259, p.289-311, jul.1956.

_____. **The Foundations of Arithmetic: A Logico-Mathematical Enquiry into the Concept of Number.** New York: Harper Torchbook, 1960.

_____. **Philosophical and Mathematical Correspondence.** Oxford: Basil Blackwell, 1980.

GILAITIS, M. **Causal Theories of Mental Content: Where Is The ‘Causal Element’ And How Does It Make Intentionality Relational?** *Problemos*, v.87, p. 19-30, 2014.

GOLDIE, P. **The Emotions: A Philosophical Exploration.** 1. ed. Oxford: Clarendon Press, 2000.

GRICE, P. **Meaning.** *The Philosophical Review*, v. 66, n. 3, p. 377-388, jul. 1957.

HELMIG, C. **Forms and concepts: concept formation in the Platonic tradition.** Berlin/Boston: De Gruyter, 2012.

HYLTON, P. **Frege and Russell.** *In: POTTER, M.; RICKETTS, T. (eds.) The Cambridge Companion to Frege.* Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

KENNY, A. **A New History Of Western Philosophy (Vol.3): The Rise of Modern Philosophy.** Oxford: Clarendon Press, 2006.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh: The Embodied Mind and its challenge to western thought.** New York: Basic Books, 1999.

LAURENCE, S.; MARGOLIS, E. **Concepts and Cognitive Science.** *In: LAURENCE, S.; MARGOLIS, E. (eds.) Concepts: Core Readings.* Bradford Books, 1999.

LOCKE, J. **An Essay Concerning Human Understanding.** Penguin Books, 1997.

LYCAN, W. G.; PRINZ, J. J. **Mind and Cognition: An Anthology.** Oxford: Blackwell, 2008.

MACHERY, E. **Concepts Are Not a Natural Kind.** *Philosophy of Science*, v. 72, n. 3, p. 444-467, jul. 2005.

MAN, K.; DAMÁSIO, A. **Homeostasis and soft robotics in the design of feeling machines.** *Nature Machine Intelligence*, v. 1, n. 10, p. 446–452, 2019.

MARGOLIS, E. **How to Acquire a Concept.** *In: LAURENCE, S.; MARGOLIS, E. (eds.) Concepts: Core Readings.* Bradford Books, 1999.

MCDOWELL, J. **Mind, Value, and Reality.** 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

MILLER, A. **Philosophy of Language**. 3^a ed. Londres: Routledge, 2018.

PEACOCKE, C. **What Are Concepts?** *Midwest Studies in Philosophy*, v.14, n.1, p.1-28, 1989.

_____. **A Study of Concepts**. Cambridge: MIT Press, 1992.

_____. **Content, Computation and Externalism**. *Mind & Language*, v. 9, n. 3, p. 303-335, set. 1994.

_____. **Being Known**. Oxford: Clarendon Press, 1999.

_____. **Fodor on Concepts: Philosophical Aspects**. *Mind & Language*, v. 15, n. 2 e 3, p. 327-340, abr/jun 2000.

PRINZ, J. J. **Furnishing the mind: Concepts and their perceptual basis**. Cambridge: MIT Press, 2002.

_____. **Emotion, Psychosemantics, and Embodied Appraisals**. *Royal Institute of Philosophy Supplement*, v.52, p. 69-86, mar. 2003.

_____. **The return of concept empiricism**. *In: COHEN, H.; LEFEBVRE, C. (eds.) Handbook of categorization in cognitive Science*. Elsevier Academic Press, 2005.

_____. **Is Emotion a Form of Perception?** *Canadian Journal of Philosophy*, v.36, p. 137-160, 2006.

_____. **Can Concept Empiricism Forestall Eliminativism?** *Mind & Language*, v. 25, n. 5, p. 612-621, nov. 2010.

PUTNAM, H. **The Meaning of 'Meaning'**, *In: PUTNAM, H., Philosophical Papers (Volume 2: Mind, Language and Reality)*, Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p. 215–271.

QUINE, W. V. **Two Dogmas of Empiricism**. *The Philosophical Review*, v.60, n.1, p. 20-43, jan. 1951.

REY, G. **Concepts**. *In: CRAIG, E. (ed.), Routledge Encyclopedia of Philosophy*. New York: Routledge, 1998.

ROSCH, E.; MERVIS, C. B. **Family resemblances: Studies in the internal structure of categories**. *Cognitive Psychology*, v. 7, n. 4, p. 573-605, 1975.

- SEARLE, J. **Minds, brains, and programs.** *The Behavioral And Brain Sciences*, v. 3, p. 417-457, 1980.
- SKINNER, B. F. **About Behaviorism.** *In: LYCAN, W. G.; PRINZ, J. J. (eds.) Mind and Cognition: An Anthology.* Oxford: Blackwell, 2008.
- SMITH, Q. **The Felt Meanings of the World: A Metaphysics of Feeling.** West Lafayette: Purdue University Press, 1986.
- SMITH, E. E.; MEDIN, D. L. **Categories and Concepts.** Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- TEASDALE, J. D.; BARNARD, P. J. **Interacting cognitive subsystems: A systemic approach to cognitive-affective interaction and change.** *Cognition & Emotion*, v. 5, n. 1, p. 1-39, 1991.
- THAGARD, P. **Mind: Introduction to Cognitive Science.** Cambridge: MIT Press, 2005.
- VAN GELDER, T. **What Might Cognition Be, If Not Computation?** *The Journal of Philosophy*, v. 92, n. 7, p. 345-381, jul. 1995.
- VIGLIOCCO, G.; KOUSTA, S.; DELLA ROSA, P.; VINSON, D.; TETTAMANTI, M.; DEVLIN, J.; CAPPA, S. **The Neural Representation of Abstract Words: The Role of Emotion.** *Cerebral Cortex*, v. 24, n. 7, p. 1767-1777, jul. 2014.
- VON ECKARDT, B. **The representational theory of mind.** *In: FRANKISH, K.; RAMSEY, W. M. (eds.) The Cambridge Handbook of Cognitive Science.* Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- WEITZ, M. **Theories of Concepts: A History of the Major Philosophical Traditions.** London: Routledge, 1988.